



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

YARA TERTULIANO DOS SANTOS

**ANÁLISE SOBRE A PESSOA IDOSA, O TRABALHO INFORMAL E AS
CONTRARREFORMAS NO BRASIL**

RECIFE

2024

YARA TERTULIANO DOS SANTOS

**ANÁLISE SOBRE A PESSOA IDOSA, O TRABALHO INFORMAL E AS
CONTRARREFORMAS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior.

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Santos, Yara Tertuliano dos.

Análise sobre a pessoa idosa, o trabalho informal e as contrarreformas no
Brasil / Yara Tertuliano dos Santos. - Recife, 2024.

101 p., tab.

Orientador(a): Adilson Aquino Silveira Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2024.

Inclui referências.

1. Mercado de Trabalho. 2. Trabalho Informal. 3. Pessoas Idosas. 4.
Previdência Social. 5. Saúde. I. Silveira Júnior, Adilson Aquino. (Orientação).
II. Título.

360 CDD (22.ed.)

YARA TERTULIANO DOS SANTOS

**ANÁLISE SOBRE A PESSOA IDOSA, O TRABALHO INFORMAL E AS
CONTRARREFORMAS NO BRASIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 02/04/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Mestra Rafaella Guimarães Sitcovsky (Examinadora interna)

Universidade Federal de Pernambuco

À memória de Milena Andressa, que foi
doce, gentil e corajosa até o fim.

AGRADECIMENTOS

À família, que jamais deixou de me apoiar, de incentivar meus estudos e minhas aventuras. Obrigada por acreditarem em mim e aceitarem minhas escolhas, mesmo quando o coração dizia o contrário! Obrigada pelos bolos de finais de tarde, pelas trilhas mais lindas do Itatins, pelas maratonas de filmes, pelos passeios históricos, pelas idas sem necessidade ao mercado, por me assistirem no teatro, por lerem meus textos, por me apresentarem à literatura e tantas outras experiências que levo sempre na memória! À Iris Maria, que escuta cada fantasia e cada sonho; ao Ygor, que ri das piadas mais bestas; à Yolanda, que viaja 4 mil quilômetros para me abraçar; à Estelita, que faz o *melhor* café do mundo!

Agradeço aos amigos de São Paulo, que compreenderam minhas decisões e acolheram todos os dramas ao longo do caminho. Na distância, houve apoio, risadas e fofocas. Obrigada por estarem comigo nos melhores e piores momentos (não sei se este trabalho existiria sem vocês). Ao Willian, companheiro de escrita, de leituras e de trocas riquíssimas, que sempre me encanta com sua imaginação exuberante; à Tahllia, que me acolheu no momento mais difícil, que me inspira a ser otimista e a confiar em todos os processos; à Maria, que está sempre disposta a novas experiências, que me completa e me proporciona as conversas mais fantásticas (eterno sal!).

Agradeço aos amigos de Pernambuco, que se uniram a mim em uma jornada de aprendizados inesquecíveis. À Ariely, que me recebeu com mais carinho do que eu poderia desejar; à Vitória e Yasmim, que me ajudaram a preencher cada centímetro de saudade com amor, leveza, diversão e companheirismo; à Adriele e Anna Beatryz, que foram suporte, união e verdadeiros seres de luz na minha vida (a sala de aula não é o mesmo sem vocês!); à Jamile, Gabriela e Carlos, que compartilharam momentos de alento, bem-estar e alegria. Aos amigos daqui, saibam que as memórias que escrevemos juntos fazem parte de um capítulo mágico, para mim. A riqueza dos últimos 4 anos jamais poderá ser esquecida.

Ao corpo docente da UFPE, obrigada pelos estudos. Sem vocês, minha paixão pelo Serviço Social não teria sido construída de maneira tão bonita. Em especial, às professoras Angela, Rafaella, Roberta, Rosa e Soraia, que mediaram reflexões importantíssimas para o meu desenvolvimento, como estudante e como futura profissional. Ao meu orientador, Adilson, pela compreensão e pelo conhecimento; à todas as reflexões e aos incentivos, obrigada por transformar uma etapa tão intensa em um processo agradável e divertido! À

Rafaella, por ter aceitado ler e avaliar este trabalho (os diálogos em sala foram inspiradores, serei, para sempre, grata!).

À equipe multiprofissional do NASF, que me direcionou pelas experiências mais cativantes e desafiadoras da profissão. O estágio foi uma surpresa afortunada! Às assistentes sociais, aos médicos, aos enfermeiros, aos agentes comunitários de saúde, aos fonoaudiólogos, aos fisioterapeutas, aos terapeutas ocupacionais, aos nutricionistas e a todos os profissionais que compõe a área da saúde. Obrigada pelos ensinamentos! E, acima de tudo, obrigada por dividirem comigo, no curto período de estágio, tanta dedicação e tanto amor pela saúde da família. Prometo me esforçar para atingir a excelência de vocês!

Por fim, apesar das saudades e dos desafios constantes, agradeço a mim por não ter desistido, por ter deixado a mente aberta para novas oportunidades, por confiar no meu próprio potencial e acreditar que reinvenções são possíveis. Aos leitores dos textos ficcionais que me acompanham, saibam que Recife agora faz parte de cada frase, personagem e enredo. Será impossível escrever sem que o ritmo e as cores pernambucanas tomem conta das palavras. Obrigada a *todes* que fizeram isso ser possível. Que a Yara de 2019 não tenha arrependimentos. Essa foi a escolha certa.

Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão. E com este labor e este pranto dos pobres, meu Príncipe, se edifica a abundância da Cidade!.¹

“A cidade e as serras” de Eça de Queirós.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. O que Deus quer é ver a gente aprendendo a ser capaz de ficar alegre a mais, no meio da alegria, e inda mais alegre ainda no meio da tristeza! [...] Será? Era o que eu às vezes achava. Ao clarear do dia.²

“Grande Sertão: Veredas” de Guimarães Rosa.

¹ (QUEIRÓS, 2010, p. 86)

² (ROSA, 2021, p. 293)

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre a pessoa idosa, o trabalho informal e as contrarreformas no Brasil, tendo como objetivo geral as determinações que condicionam a inserção dos trabalhadores idosos no trabalho informal. A pesquisa analisa o mercado de trabalho brasileiro; suas características mais expressivas; a participação das pessoas idosas nas atividades laborais (os impactos socioeconômicos, estruturais e sociais) e a presença dessa população nos setores da previdência social e da saúde (a recorrência e as dificuldades de acesso). Para tanto, adotou-se a estratégia da pesquisa documental com o intuito de explorar teses, reportagens, artigos e pesquisas estatísticas. Entre os documentos escolhidos para reflexão, destacam-se os indicadores sociais do IBGE, da PNAD Contínua e do AEPS com foco nos anos de 2020 a 2023. Utilizou-se a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, compreendendo a historicidade, a totalidade do indivíduo e as contradições inerentes ao MPC. Em primeiro momento, o estudo aborda a relação entre capital-trabalho, a trajetória das políticas sociais e as contrarreformas brasileiras; em seguida, discute os indicadores sociais da força de trabalho e seus condicionantes; e, por fim, analisa a movimentação das contrarreformas na previdência e na saúde.

Palavras-chaves: Mercado de Trabalho; Trabalho Informal; Pessoas Idosas; Previdência Social; Saúde.

ABSTRACT

This study seeks to reflect on the elderly, informal work and counter-reforms in Brazil, with the general objective being the determinations that condition the inclusion of elderly workers in informal work. The research analyzes the Brazilian job market; their most expressive features; the participation of elderly people in work activities (socio-economic, structural and social impacts) and the presence of this population in the social security and health sectors (recurrence and difficulties in access). To this end, the strategy of documentary research was adopted in order to explore theses, reports, articles and statistical research. Among the documents chosen for reflection, the social indicators from IBGE, PNAD Contínua and AEPS stand out, focusing on the years 2020 to 2023. The theoretical-methodological perspective of historical-dialectical materialism was used, comprising historicity, totality of the individual and the contradictions inherent to the MPC. Firstly, the study addresses the relationship between capital-labor, the trajectory of social policies and Brazilian counter-reforms; then, it discusses the social indicators of the workforce and their conditioning factors; and, finally, analyzes the movement of counter-reforms in pensions and health.

Keywords: Job market; Informal Work; Elderly people; Social Security; Health.

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma nº 1	Atividades de ocupação na categoria de pessoas empregadas	p. 44
------------------	---	-------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1	População ocupada no Brasil (2º trimestre de 2014 a 2023)	p. 47
Gráfico nº 2	Pessoas com carteira de trabalho assinada no setor privado (1º trimestre de 2023 - dados regionais)	p. 48
Gráfico nº 3	População desocupada no Brasil (2º trimestre de 2014 a 2023)	p. 51
Gráfico nº 4	Evolução do trabalho informal no Brasil por faixa etária	p. 53
Gráfico nº 5	Evolução do empreendedorismo entre pessoas de 60 anos ou mais	p. 55
Gráfico nº 6	Evolução da diferença do poder de compra e do reajuste anual	p. 57
Gráfico nº 7	Benefícios da Previdência Social (2019 a 2022)	p. 68
Gráfico nº 8	Benefícios cessados da Previdência Social (2020 a 2022)	p. 72
Gráfico nº 9	Evolução da população ativa nas EFPC e EAPC	p. 76
Gráfico nº 10	Orçamento previsto no setor da saúde (2013 a 2024)	p. 80

LISTA DE SIGLAS

AB	Atenção Básica
Abrapp	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
Abrasco	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AEPS	Anuário Estatístico da Previdência Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCNT	Doenças Crônicas Não-Transmissíveis
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAPC	Entidades Abertas de Previdência Complementar
EC	Emenda Constitucional
EFPC	Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESF	Equipe de Saúde da Família
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPA	Fundação Perseu Abramo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPS	Instituto de Estudos para Políticas de Saúde
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ipern	Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais
Ipsos	<i>Institut Public de Sondage d'Opinion Secteur</i>
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MPC	Modo de Produção Capitalista
NASF	Núcleo de Atenção a Saúde da Família
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNI	Política Nacional da Pessoa Idosa
PNS	Política Nacional de Saúde
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPC	Relatório Gerencial de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RPC	Regime de Previdência Complementar Brasileiro
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SUS	Sistema Único de Saúde
Susep	Superintendência de Seguros Privados
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR NO MPC E O PERCURSO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO BRASILEIRO	21
<i>2.1. A velhice sob a ótica da relação capital-trabalho.....</i>	<i>21</i>
<i>2.2. Síntese da trajetória das políticas sociais no Brasil.....</i>	<i>29</i>
<i>2.3. Intermediação estatal e o avanço das contrarreformas.....</i>	<i>34</i>
3. A PESSOA IDOSA PERANTE O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS.....	42
<i>3.1. Percepção das taxas de ocupação/desocupação da força de trabalho brasileira através dos indicadores nacionais do IBGE e da PNAD Contínua.....</i>	<i>42</i>
<i>3.2. Estratégias da população idosa condicionada às atividades laborais.....</i>	<i>52</i>
4. O IMPACTO DAS CONTRARREFORMAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS	64
<i>4.1. Sistematização acerca do trabalhador informal e da proteção social.....</i>	<i>64</i>
<i>4.2. Previdência social e envelhecimento do trabalhador</i>	<i>67</i>
4.2.1. Previdência pública: acesso e uso dos benefícios.....	67
4.2.2. Previdência complementar: mecanismos de privatização da proteção social	75
<i>4.3. Desmontes e restrições orçamentárias no serviço público de saúde.....</i>	<i>79</i>
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	95

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia visa estudar a pessoa idosa, o trabalho informal e as contrarreformas no Brasil. Será abordado as características mais expressivas do mercado de trabalho brasileiro; a participação do grupo destacado nas atividades laborais e os ataques direcionados aos setores da previdência social e da saúde. O tema implica na discussão sobre o crescimento absoluto da população idosa, a transição demográfica e o aumento da longevidade, indicando que a classe trabalhadora viverá e trabalhará por mais tempo. Nesta esfera, temáticas como a precarização dos serviços, a informalidade e o desemprego serão analisadas considerando a participação da pessoa idosa na força de trabalho. Utilizou-se a busca documental como principal ferramenta de pesquisa e priorizou-se os dados entre 2020 e junho de 2023.

A discussão a respeito do envelhecimento populacional teve ênfase na década de 1970 e colheu os primeiros frutos com a Constituição Federal de 1988, momento em que “o Estado reconheceu o idoso como cidadão, sujeito de direitos, tornando-se, portanto, um desafio para toda a sociedade brasileira” (Congresso, 2013, p. 2). Em 1994, foi criada a Lei nº 8.842, compreendendo a PNI; e, em 2003, a Lei nº 10.741, que atua como o Estatuto da Pessoa Idosa. De acordo com as legislações mencionadas, o cidadão brasileiro é reconhecido como idoso a partir dos 60 anos, todavia, cada programa social do Estado possui suas próprias particularidades. A previdência pública, por exemplo, concede a aposentadoria por idades diferentes, sendo 58 para mulheres e 63 para homens.³

As análises elaboradas sobre o envelhecimento do trabalhador percorrem as múltiplas realidades da população brasileira, foi necessário pensar nos grupos que tiveram empregos formais durante a vida adulta e aqueles que viveram na informalidade; nas pessoas que conseguem se aposentar e aquelas que não preenchem os requisitos exigidos pelo Estado; nos trabalhadores que sentem desejo de retornar ao mercado de trabalho e aqueles que sequer se permitem cogitar em sair. Deve-se lembrar que o benefício previdenciário é um direito concedido apenas aos trabalhadores formais, com isso, todas as camadas da informalidade ficam desassistidas. Como destacado por Beauvoir (1990), Neri (2007) e Teixeira (2006), os indivíduos não envelhecem de forma homogênea, são atravessados por contextos econômicos, políticos e culturais distintos.

³ Através da Reforma da Previdência novas regras de transição entraram em vigor. Hoje, a idade mínima para se aposentar é progressiva e sobe seis meses anualmente (para mulheres e homens). Espera-se que em 2031 as idades cheguem a 65 anos para homens e 62 para mulheres. Ver Ministério da Previdência (Imenes, 2024).

Para Barros e Muniz (2014), o trabalho está ligado ao ser humano durante toda a vida. Pode ser utilizado como instrumento de transformação da natureza, de reprodução das relações sociais e, sobretudo, entendendo que as condições exploratórias do capitalismo auxiliam tal cenário, para que o indivíduo consiga “garantir a própria subsistência e de sua família” (2014, p. 105). Além do viés sociológico, que estuda os preconceitos e estereótipos da sociedade a respeito da pessoa idosa e do processo natural do envelhecimento⁴, há de se pensar também na sobrevivência do indivíduo inserido no MPC. Na sociedade atual, Teixeira (2006) aponta que estar fora do mercado de trabalho representa estar fora da vida, visto que exclui a população idosa das principais interações, do contato com o mundo e das relações sociais. Ocorre que, fora do trabalho, a pessoa idosa é desvalorizada “por não contribuir para a riqueza social e para a reprodução biológica e social” (2006, p. 66).

As ideias alcançadas no presente estudo, revelam que as problemáticas sobre o tema são extensas. A população idosa, quando obrigada a permanecer no mercado de trabalho como único modo de garantir sua sobrevivência, é empurrada para as camadas mais precarizadas da atividade laboral. Pontua-se que gastos com a alimentação e a saúde são as principais razões para a permanência da pessoa idosa no mercado de trabalho. Além do mais, o preconceito etário intensifica a situação ao estreitar as oportunidades de trabalho formal. A informalidade torna-se, então, a via de maior adesão para esse grupo de pessoas. Para Marx (2013), a precarização do trabalho, a informalidade e o desemprego são inerentes ao capital, portanto, dinâmicas essenciais para que a acumulação continue se expandindo.

No intuito de obter mais dinheiro, a produção capitalista é criada por meio da compra dos meios de produção e da força de trabalho, a ação objetiva produzir mais mercadorias e vendê-las por uma quantia que seja maior do que o dinheiro investido no início da dinâmica. Isto posto, compreende-se que a força de trabalho é mercadoria essencial para o desenvolvimento dos meios de produção. Para tal, é vantajoso para o capital comprar a força de trabalho pelo menor valor possível e explorá-la o quanto puder. Berman (1986) afirma que a burguesia almeja unicamente o lucro, logo, atividades como acumular capital, intensificar os excedentes e manter a dinâmica do MPC em movimento constante são fundamentais para seu objetivo.

As contradições do sistema capitalista são inúmeras e o presente estudo buscou analisá-las no perímetro da reprodução da força de trabalho. Esta mercadoria, sendo a única capaz de produzir mais valor do que o indispensável para sua reprodução, é utilizada pelo

⁴ Ver Neri (2007) em *A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado*.

capital de modo que os excedentes sejam convertidos em lucro. Para Braz e Netto (2006), o valor da compra da força de trabalho, que garante sua reprodução, é vista na sociabilidade como a forma de salário. O valor precisa cobrir não apenas a produção de mais força de trabalho, como também garantir que o trabalhador tenha condições de reproduzi-la. Para tal, as necessidades fisiológicas e sociais devem ser atendidas, do próprio trabalhador e de sua família, que servirá para o capital como força de trabalho futura. A contradição é visível quando o capitalista compra a força de trabalho pelo menor valor possível (menor salário), limitando, por conseguinte, que o trabalhador possa reproduzir sua mercadoria.

Nesse contexto, a quantia oferecida para a compra da força de trabalho não garante que o indivíduo consiga recursos suficientes para viver com qualidade, ademais, os altos custos de vida na sociedade contemporânea tornam as atividades fisiológicas essenciais para a vida humana, como alimentação e saúde, insustentáveis. Teixeira (2006) relata que o trabalhador, especialmente durante a velhice, tem a força de trabalho desvalorizada e depende, em muitas situações, dos recursos públicos oferecidos pelo Estado. Contudo, no Brasil, as políticas sociais não possuem recursos suficientes para auxiliar toda a população, sofrem cortes e reformas regulares, competem com as entidades privadas e, além do mais, coexistem mediante aos embates políticos e econômicos que percorrem toda a trajetória da formação da sociedade brasileira.

A escolha do tema surgiu através das experiências adquiridas nas disciplinas de Estágio I e II — matérias obrigatórias na grade curricular do curso de Serviço Social da UFPE. Nos atendimentos sociais compartilhados com a supervisora de campo, assistente social do NASF⁵, observou-se que os usuários eram majoritariamente idosos e mulheres. Apesar do BPC previsto pela LOAS ser uma ferramenta importante para o enfrentamento da miséria da população atendida pelas equipes NASF, visualizou-se que a renda não alcançava a todos os usuários e não proporcionava uma quantia financeira suficiente para que as famílias atendidas tivessem uma vida estável e digna — o recurso do governo tornou-se um auxílio mínimo quando verificado as intensas demandas da população. Ocorre que o alto custo de vida na sociedade moderna é incapaz de ser suprido apenas com o benefício — este garantido apenas para uma parcela da população.

Através dos estágios obrigatórios foi visto que os usuários, possuindo ou não o BPC, viam-se obrigados a trabalhar, de modos informais variados, para completar a renda familiar.

⁵ A nomenclatura do NASF foi modificada no final de 2023 (pós-estágio obrigatório) através da portaria GM/MS nº 635/2023. Atualmente, os profissionais que compõe essa equipe multiprofissional são chamados de eMulti. Escolheu-se manter a sigla mais antiga por motivos da familiaridade construída ao longo do estágio.

Vender doces, costurar, limpar casas, cuidar de pessoas acamadas e auxiliar pedreiros na construção ou manutenção de habitações foram os trabalhos informais mais mencionados pelos usuários. A idade, como mencionado acima, foi um indicativo de que a população idosa está inserida no mercado de trabalho sem planejamento de se afastar, visto que o trabalho é necessário para sua subsistência — e da família, pois, a pessoa idosa continua sendo, em muitos casos, a principal provedora da casa. Percebeu-se, durante as vivências dos estágios, que o setor da saúde é o serviço mais requisitado pela população destacada. Com os cortes e os baixos recursos nas áreas da saúde, constatou-se, através das atividades do NASF, uma sobrecarga neste setor e uma população cada vez mais adoecida, trabalhando por mais tempo, de formas mais intensas, mais precárias e envelhecendo presa a esse cenário de exploração.

Refletindo na situação exposta, as análises deste estudo foram norteadas pelo seguinte questionamento: por qual razão os trabalhadores idosos, ao permanecerem ou retornarem para o mercado de trabalho, são compelidos à informalidade? Para respondê-lo, o objetivo geral estudará as determinações que condicionam a inserção dos trabalhadores idosos no trabalho informal no Brasil. Quanto aos objetivos específicos, três foram delimitados: compreender o trabalhador idoso sob a ótica no MPC e a relação entre capital-trabalho; investigar a pessoa idosa perante o mercado de trabalho informal no Brasil; e averiguar o impacto das contrarreformas nas políticas sociais. A fim de alcançar os objetivos, o presente estudo foi dividido em 5 partes, incluindo este texto introdutório (Capítulo 1) e as considerações finais (Capítulo 5).

No capítulo 2, o interesse foi desenvolver uma revisão da literatura por meio dos textos de Marx (2013), Netto (2009), Behring e Boschetti (2008), Teixeira (2006), Mészáros (2011), entre outros, para que fosse possível compreender a temática a respeito do trabalho, especificamente, os modos de produção e reprodução da força de trabalho; o avanço das políticas públicas; e os retrocessos causados pelos ataques burgueses, com ênfase nas contrarreformas direcionadas aos setores da previdência pública e da saúde. No capítulo 3, optou-se por uma busca quantitativa das estatísticas acerca da empregabilidade do brasileiro, para isso, foi utilizado as principais divulgações do governo no recorte de 2020 a 2023. Este capítulo percorre o debate sobre o inchaço dos dados, os indicadores sobre desemprego, e o entendimento que os órgãos governamentais possuem sobre o trabalho informal.

Dando continuidade a análise quantitativa, o capítulo 4 explora os dados da previdência pública e privada, visando ampliar a discussão para os embates políticos e econômicos no país; e os dados sobre o setor da saúde, enfatizando os gastos públicos, o

avanço das privatizações e os efeitos que causam na população idosa. O capítulo 5 conclui o estudo abordando os principais conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa e as respostas encontradas. Em comentário prévio, descobriu-se que o empreendedorismo têm atraído fortemente a população idosa. Esta categoria, apesar de não possuir proteção social, é vista como um trabalho formal para muitos trabalhadores e entidades, pois incorpora elementos de aproximação com o mercado formal, como a rotina, o salário e a interação entre empregador e cliente. O assunto abre novos caminhos de pesquisa, visto que o empreendedorismo está vinculado, para alguns autores, às ideologias neoliberais e, portanto, é utilizado como uma máscara para o real problema do desemprego no país.

Identificou-se que o cenário de exploração do trabalhador brasileiro se prolonga até sua velhice e é afetado pelos avanços neoliberais, as contrarreformas e o afastamento do Estado das responsabilidades sociais. Na velhice, o usuário que não consegue ingressar na aposentadoria pública, é obrigado a retornar ao mercado de trabalho e, competindo com os trabalhadores jovens, fica sem oportunidades nos serviços formais — ponderou-se também o preconceito etário e a dificuldade dos empregadores em abrir vagas para trabalhadores com mais de 50 anos; existem aqueles que conseguem o acesso a aposentadoria, porém, decidem retornar ao mercado de trabalho para garantir uma renda maior que um salário mínimo para suas famílias — reúnem-se aqui um grande contingente de trabalhadores, pois, mesmo na velhice, as pessoas idosas continuam sendo a principal fonte de renda familiar. O problema se manteve ao analisar o setor da saúde. A diminuição da oferta de medicamentos gratuitos e a longa espera para atendimentos especializados torna o retorno para o mercado de trabalho uma condição cada vez mais urgente. Com o desmonte da saúde pública, a saúde privada enriquece e progride.

Como mencionado, a abordagem escolhida foi a perspectiva teórico-metodológica marxista, considerando, assim, o materialismo histórico-dialético, os elementos da historicidade, as transformações da sociedade, as contradições e os fenômenos sociais. Para Richardson (2012, p. 45), a dialética marxista visa o estudo do “processo dialógico de debate entre posições contrárias” e foi utilizada nesta pesquisa em prol de uma análise das condições sociais que enxergassem a totalidade do indivíduo e de suas relações sociais. O estudo baseia-se em uma pesquisa documental, possibilitando a compreensão do fenômeno analisado mediante aos registros escritos em diversos meios, como jornais, artigos, teses, publicações de órgãos públicos e afins. Richardson (2012, p. 228) afirma que os documentos de base

estatística formulados pelo Estado mantém uma ordem regular “dos acontecimentos mais importantes da vida social: demográficos, econômicos, educacionais, sanitários etc”.

A estratégia definida para o estudo julgou coerente levantar os dados a serem analisados, traduzi-los e reconstruí-los de forma didática por meio de gráficos. As análises dos indicadores sociais foram realizadas com o objetivo de entender a visão atual do Estado em relação ao mercado de trabalho e sua população excedente, para, em seguida, serem comparados com a realidade do trabalhador brasileiro. A mesma dinâmica ocorreu com as divulgações estatísticas, orçamentárias e salariais. Ressalta-se que a tradução e a elaboração dos gráficos (capítulos 3 e 4) foram desafiadoras, visto que disciplinas como *Estatística* e *Financiamento/Orçamento das Políticas Sociais*, apesar de constarem na lista de eletivas do curso de Serviço Social, não estão sendo ofertadas e seriam conhecimentos fundamentais para o estudo orçamentário e as análises quantitativas.

A interpretação dos dados tentou compreender a realidade do trabalhador brasileiro, suas particularidades e evoluções, contudo, poucos documentos foram encontrados com ênfase no trabalhador idoso. A lacuna foi preenchida com outros materiais, como entrevistas, pesquisas de opinião pública, reportagens e trabalhos acadêmicos. Aponta-se que o contingente de trabalhadores idosos é uma crescente no país e estudos sobre o cenário são cruciais para o desenvolvimento das políticas, programas e projetos sociais. Para atender as demandas da população, deve-se identificar o usuário, seu espaço dentro da dinâmica brasileira e as relações sociais que compõe sua vivência. Esta pesquisa buscará dar visibilidade para os usuários idosos e sua participação no mercado de trabalho.

2. O ENVELHECIMENTO DO TRABALHADOR NO MPC E O PERCURSO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CENÁRIO BRASILEIRO

No presente capítulo, será trabalhado a fundamentação teórica que guiará as análises posteriores desta pesquisa. Para compreender os processos do envelhecimento do trabalhador brasileiro, faz-se preciso discutir sobre o sistema de produção o qual está inserido e as dinâmicas sociais que intensificam o trabalho exploratório. A teoria marxista, articulada com as teses de Paiva (2012) e Teixeira (2006), é essencial para a reflexão. Em seguida, a sobrevivência das pessoas idosas abrirá a discussão teórica a respeito da emergência da proteção social no Brasil, com apoio de Netto (2009). E, fechando o círculo teórico, pensar-se-à nas contrarreformas/revoluções que afetam a Seguridade Social desde sua criação, em principal, nos ataques que os setores da saúde e previdência sofreram.

2.1. A velhice sob a ótica da relação capital-trabalho

As categorias que envolvem a exploração da força de trabalho no sistema capitalista instauram-se em um processo de acumulação onde o principal objetivo é o lucro. A priori, dois conceitos devem ser estudados: a força de trabalho enquanto mercadoria e o valor da força de trabalho. Para Braz e Netto (2006), o MPC surge com a transformação da sociedade feudal para a sociedade pré-moderna, porém, é somente no século XXI que a dinâmica passa a dominar de forma soberana os países centrais e periféricos. Com o tempo, a burguesia remodelou as relações sociais para utilizar o MPC de forma a gerar lucro, visto que, a acumulação primitiva só poderia ser utilizada como capital se houvesse trabalho para ser explorado (Huberman, 1982).

Nos primórdios do MPC, os trabalhadores produziam o próprio alimento e eram detentores de terras, ou seja, detinham o próprio meio de produção. Houveram inúmeros cenários que corroboraram para a ascensão do sistema capitalista — reflexões que não serão abordadas neste estudo —, todavia, deve-se ter em mente que a autonomia dos trabalhadores rurais nunca foi almejada para o sistema que nascia (Huberman, 1982). Percebe-se que as leis de fechamento de terras, no século XX, expulsaram os moradores de suas terras e obrigaram-os a trabalharem para outras pessoas. De toda forma, entende-se que o MPC participa ativamente das metamorfoses das relações sociais.

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida [...] penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; [...] enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (Berman, 1986, p. 16).

Como se observa, as constantes mudanças na sociedade inseriram a classe trabalhadora forçadamente em um novo modo de produção. De modo simples, Braz e Netto (2006) propõem um desenho rápido dos processos de produção do sistema de acumulação moderno. Inicia-se com o capitalista, detentor dos meios de produção, comprando mercadorias e utilizando sua compra na produção com a meta de produzir mais mercadorias; em seguida, a mercadoria produzida é vendida em troca do dinheiro acrescido àquele do início da dinâmica, assim, o MPC seria ilustrado na seguinte ordem: D - M - D¹ (Braz; Netto, 2006)⁶. A principal diferença entre o MPC atual e o MPC mercantil está no fato de que o capitalista moderno não vê o dinheiro como valor de troca, o que ele almeja com a venda de mercadorias é obter mais dinheiro.

Nota-se que ao falar em mercadoria, diz-se não apenas dos meios de produção, sejam eles máquinas, instalações ou matéria-prima, mas também da força de trabalho. De acordo com Braz e Netto (2006), o processo de produção capitalista é desenvolvido por meio da compra dos meios de produção e da força de trabalho; tal dinâmica produzirá mais mercadorias, que serão vendidas por uma quantia de dinheiro superior a que foi investido (o dinheiro acrescido). A força de trabalho, segundo os autores, articula-se de uma forma distinta das demais mercadorias, porque é a única que quando utilizada produz mais valor do que o necessário para sua reprodução e ultrapassa o valor do seu custo inicial (Braz; Netto, 2006). Pode-se dizer que o dinheiro, sob a forma inicial do capital, é o elemento pioneiro do MPC. Berman (1986), Braz e Netto (2006) e outros autores importantes para o Serviço Social concordam com a máxima:

a única atividade que de fato conta, para seus membros, é fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes; todos os seus empreendimentos são apenas meios para atingir esse fim, não têm em si senão um interesse transitório e intermediário (Berman, 1986, p. 92).

Dito isto, é interessante questionar o valor da força de trabalho, pois sabe-se que ela é essencial para o funcionamento dos meios de produção. Pela lógica da dinâmica capitalista, entende-se que o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho que será

⁶ A fórmula é traduzida por Braz e Netto (2006) como: *dinheiro, mercadoria e dinheiro acrescido*.

utilizado para produzir novas mercadorias, ou seja, sua reprodução (Braz; Netto, 2006). Com isso, a força de trabalho é adquirida pelo capitalista por um valor pré-determinado que irá corresponder a sua reprodução.

[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso (Braz; Netto, 2006, p. 100).

Na mente capitalista, espera-se que o trabalhador, ao vender sua força de trabalho, produza um valor superior ao que foi utilizado no início do processo de produção. O valor superior ou excedente é chamado, na teoria marxista, de mais-valia e é desse valor excedente que o capitalista almeja se apropriar (Braz; Netto, 2006). Entende-se, portanto, que o salário é a expressão social do valor da força de trabalho e, com isso, deve cobrir o valor de sua reprodução. O salário deve garantir não apenas as necessidades fisiológicas, como alimentação, saúde e repouso, mas também as demandas de ordem social, como educação, cultura e lazer. Esse cenário faz surgir as primeiras contradições do MPC, sendo que, ao visar o lucro através da expropriação dos valores excedentes, o capitalista tenta comprar a força de trabalho pelo menor valor possível e, caso o faça, estará limitando os trabalhadores de reproduzirem a força de trabalho.

Tratando sobre o trabalho assalariado, Braz e Netto (2006, p. 104) relatam que o pagamento está submetido ao MPC e, “por mais significativas que sejam as conquistas salariais dos trabalhadores [...] não afetam o núcleo do caráter explorador da relação capital/trabalho”. Outra ideia a ser mencionada é em relação a homogeneização do trabalho. Para os autores, a força de trabalho é diferente para cada indivíduo, bem como a natureza do trabalho a ser realizado, todavia, procurando os caminhos mais rápidos para economizar dinheiro, o capitalismo passa a tratar o trabalho concreto como trabalho abstrato. Este indica o valor de troca; e aquele o valor de uso (Braz; Netto, 2006). Permitindo o capitalista realizar “a eliminação das particularidades das diversas formas de trabalho e com a sua redução a um denominador comum” (2006, p. 105), têm-se, portanto, um trabalho quantificado, servindo ao valor da mercadoria gerado no final da produção.

Com as informações reunidas até o momento, compreende-se que o valor da força de trabalho é atribuído por meio das atividades de subsistência do trabalhador, ou seja, a reprodução de sua força de trabalho. Para Huberman (1982), a jornada do trabalhador se divide em dois momentos, sendo o primeiro indicado pelo tempo de trabalho necessário para produzir seu salário ou sua reprodução, e o segundo pelo tempo de trabalho excedente,

indicando assim a mais-valia. Outro ponto a se examinar é o desgaste da força de trabalho. Citando Marx, Huberman (1982) aponta que a força de trabalho “deve ser continuamente substituída, no mínimo, por um volume correspondente de nova força de trabalho” (Marx apud Huberman, 1982, p. 231). Tal pensamento indica que a subsistência do trabalhador deve incluir sua família e o futuro das próximas gerações, pois estas também servirão como força de trabalho.

Nota-se que as condições de mais-valia podem variar a medida que novas condições de trabalho são criadas na sociedade. O capital, segundo Braz e Netto (2006), precisa controlar os processos de trabalho, visto que seu objetivo é conseguir o maior excedente possível durante a dinâmica. É válido constatar que o capital subordina o trabalho em todas as suas etapas para benefício próprio.

A divisão capitalista do trabalho no interior das unidades produtivas propiciará um enorme aumento da produtividade do trabalho e terá como efeito uma diferenciação da força de trabalho que favorecerá os desígnios do capitalista: de um lado, criará uma pequena parcela de trabalhadores altamente especializados, que disporá de condições de negociar em posição de força com o capitalista; mas, de outro, *desqualificará* a maioria das atividades produtivas, na medida em que a divisão do trabalho multiplica atividades simples – então, abre-se o espaço para a exploração do trabalho feminino e infantil e para a constituição de um grande contingente de trabalhadores que não dispõem de saberes de ofício (Braz; Netto, 2006, p. 112).

A acumulação de capital é dependente da exploração da força de trabalho, sem o acúmulo o MPC não existiria. Deste modo, pode-se concluir que o investimento em novo capital é uma exigência para a acumulação capitalista, o processo de produção precisa ser contínuo e sempre passar por renovações — bem como discutido no início do texto sobre as constantes transformações do MPC. Braz e Netto (2006) concluem que o capitalista almeja o menor tempo de rotação possível na dinâmica de produção, quanto mais investimentos podem ser feitos, mais lucros serão obtidos. Teixeira (2006) segue este raciocínio ao lembrar que o tempo do trabalho torna-se matéria-prima a ser otimizada. Para a autora, o capitalismo é um sistema que expropria o tempo de vida, reconstituindo-o como tempo abstrato para ser submetido e manipulado pelos interesses do capital.

Sabendo que o tempo de vida e a força de trabalho são mercadorias categorizadas como abstratas, o próximo tópico a ser comentado diz respeito ao desemprego constante e naturalizado no sistema capitalista. Para Braz e Netto (2006), os capitalistas utilizam do desemprego para manter sem reajustes ou diminuir ainda mais os salários. Sendo chamada de população excedente ou de exército industrial de reserva, os trabalhadores desempregados são vistos “como sobrança em face das necessidades de acumulação” (2006, p. 133). Foi comentado acima que a acumulação capitalista deve estar sempre em movimento, por esta

razão, seu desenvolvimento tecnológico, produtivo e acumulativo precisa ser constante. A força de trabalho não é capaz de acompanhar as metamorfoses ágeis do sistema, tanto em razão de sua energia, como de categorias intelectuais. Por conseguinte,

[...] o avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações, matérias e insumos seja maior que a demanda de força de trabalho [...] essa parcela de supérfluos (excedentes) constitui o exército industrial de reserva; trata-se, mesmo, de uma população que, diante das exigências da acumulação, pode ser designada como *população excedentária* ou *superpopulação relativa* (Braz; Netto, 2006, p. 133).

O fortalecimento do capital acompanha as mudanças do MPC, que, por sua vez, segue o ritmo da acumulação capitalista. Marx (2013) explica que a rápida acumulação interfere nas proporções investidas no capital constante e no variável — este indica os gastos com a força de trabalho; aquele os gastos com os meios de produção. Sabe-se que a demanda de trabalho não é determinada pelo volume total do capital, mas, sim, por sua condição variável, logo, “ela decresce progressivamente com o crescimento do capital” (Marx, 2013, p. 856). Sobre o assunto, o texto marxista reúne algumas afirmações: o aumento da população trabalhadora é sempre mais rápido do que o capital variável; a acumulação capitalista cria regularmente uma população trabalhadora excessiva para as exigências do capital, dessa forma, supérflua (Marx, 2013).

Ocorre que o cenário descrito acima gera muitas influências na dinâmica capitalista, como a ampliação da escala de produção, o número de trabalhadores em movimento, o desenvolvimento da força produtiva e a expansão das riquezas sociais. O interesse dos trabalhadores também é ampliado, pendendo entre a atração e a repulsão pelo capital. Os salários mais altos, por exemplo, atraem uma parte maior da população disponível até que as categorias oferecidas sejam saturadas ao ponto do salário cair novamente. Para Marx (2013, p. 858), a situação, realizada pelo próprio capital, encaminha que os trabalhadores produzam “em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária”. Têm-se, assim, uma população excedente que é necessária para a acumulação das riquezas e, como indica o autor, é “uma condição de existência do modo de produção capitalista” (2013, p. 958).

O exército industrial de reserva constitui, então, uma mercadoria fácil de ser explorada, não importando os limites de seu crescimento ou as condições de sua subsistência. É uma população que movimenta não apenas a lei de oferta e demanda do trabalho, mas também acelera o enriquecimento e acumulação capitalista. De acordo com Marx (2013), nenhum trabalhador está livre de evitar o contingente de reserva, em algum momento, todos participam da superpopulação relativa. Apesar de três categorias serem identificadas no

exército industrial de reserva (flutuante, latente e estagnada), somente a esfera abaixo da superpopulação relativa será destacada, pois é a mais próxima das características atribuídas para a população idosa. O último nível é exposto como pauperismo.

Marx (2013) comenta que o próprio pauperismo detém de suas sub-categorias, iniciando nos indivíduos em condições de trabalhar, passando pelos órfãos e filhos de indigentes e, por último, os incapacitados para o trabalho. Nota-se que a acumulação capitalista utiliza das partes mais vulneráveis da sociedade para se desenvolver, usa da miséria, da escravidão, da ignorância e da degradação moral para explorar e reproduzir suas dinâmicas (Marx, 2013). Isto posto, afirma-se que a população trabalhadora cresce inversamente ao crescimento dos meios de produção, pois, quanto maior for o capital em movimento, maior será o exército de reserva e maior será a magnitude do pauperismo. Pensando ainda na camada mais baixa desse agrupamento:

Estes são candidatos ao exército industrial de reserva [...] Em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. –, cujo número aumenta com a maquinaria perigosa, a mineração, as fábricas químicas etc. (Marx, 2013, p. 874).

É no pauperismo onde o asilo para inválidos ocupa espaço, sendo preenchido com as pessoas inválidas do trabalho ativo e o peso morto do exército de reserva (Marx, 2013). Observa-se que os trabalhadores na velhice são descartados pelo capital, mas, expressando uma contradição do sistema, permanecem sendo exigidos para dar continuidade ao ciclo de reprodução com o uso do trabalho supérfluo. Como verificado, a circulação em crescimento do capital produz o exército industrial de reserva, que, por conseguinte, expande a massa da superpopulação em situação de miséria. Destaca-se que a informalidade, a precarização e os subempregos constituem a camada estagnada da superpopulação relativa.

Adiciona-se às contradições do capitalismo os pensamentos sobre desemprego e a valorização da população idosa. Mészáros (2011) defende a ocorrência de uma visão manipulada a respeito do desemprego sendo uma consequência da explosão populacional. Para o autor, o capitalismo criou uma ideia distorcida de que o excesso populacional, também lido como trabalho supérfluo, é a causa da pobreza, da fome e do aumento da criminalidade da sociedade. No entanto, é o próprio sistema que se apropria das terras dos trabalhadores rurais para controlar a produção de alimentos, inclusive, desperdiçando seu produto para maximizar os lucros (Mészáros, 2011). Outra contradição é descartar grupos de indivíduos do mercado de trabalho ao mesmo tempo em que o capital necessita que essa população tenha

condições financeiras ora para assumir papéis de consumidores, ora para reproduzir novas forças de trabalho, seus familiares.

Pois as grandes massas de pessoas — em praticamente todos os campos de atividade — que continuam a ser impiedosamente expulsas do processo de trabalho e consideradas “redundantes” pelos imperativos da expansão lucrativa do capital estão longe de poder ser consideradas supérfluas como *consumidoras* que asseguram a continuidade da reprodução ampliada e da autovalorização do capital (Mészáros, 2011, p. 321-322).

As contradições do capital revelam que seu desenvolvimento está sempre caminhando por duas direções: àquela que visa descartar os excedentes da população para evitar gastos futuros; e àquela que necessita que a população continue sendo explorada, manipulada e reproduzida. A discussão será erguida novamente nos capítulos seguintes ao trazer indicadores que manifestam a participação das pessoas idosas nas posições de consumidores, principalmente, ao pensar nos setores da saúde com atendimentos privados e venda de medicamentos. Mészáros (2011, p. 324) relata que o número de desempregados está inserido na ideia distorcida sobre o cenário, atuando como uma “maquiagem das estatísticas é o meio preferido de minimizar os problemas”. A reflexão do autor será importante a medida que a discussão dos dados estatísticos se aproxime da pesquisa.

Em suma, o desemprego é uma importante ferramenta utilizada pelo capital para diminuir os salários, sendo que a população excedente ainda precisará do dinheiro para sobreviver e, por isso, aceitará com mais facilidade um pagamento inferior por sua força de trabalho. Entende-se que o MPC não produz/reproduz somente as mercadorias e excedentes, como também produz/reproduz a relações sociais. Para Paiva (2012), a sociabilidade produzida pelo capital torna o processo de trabalho um agente decisivo à totalidade da humanidade. A autora comenta ser fundamental pensar que as relações sociais reproduzem toda a vida do trabalhador e não o libertará na velhice — tal como relata Huberman (1982), a dinâmica só terminará através do desgaste ou da morte.

É visto que o esgotamento da força de trabalho atrela-se a perda do valor de uso, indicando que as pessoas idosas têm um espaço limitado dentro do MPC. Os comentários de Teixeira (2006, p. 106) sintetizam a dinâmica mencionada:

Com a abundância de mão-de-obra, o capital cria um “ciclo de vida produtivo” para a força de trabalho, conforme seus critérios de “utilidade” e de “uso”, gerando enormes massas de excedentes, podendo utilizar abusivamente dos critérios seletivos e alijando a mão-de-obra “desgastada” do mercado de trabalho, que tem seu valor de uso limitado, mesmo que não necessariamente em idade avançada. Ao perder seu “valor de uso” e sua funcionalidade para a sociedade capitalista, os trabalhadores idosos atingem um potencial desumanizante de “supérfluos” para o capital e de peso morto do exército industrial de reserva.

As categoria até então mencionadas erguem a reflexão de que nem mesmo na velhice o trabalhador será emancipado do MPC. Paiva (2012) completa essa discussão ao afirmar que, diante dos mecanismos modernos de acumulação, a juventude do trabalhador é vista como um valor estimado a ser trocado como mercadoria, enquanto a velhice do indivíduo sofre da oposição, é condicionada a um valor menor, desvalorizado. Para ser valor de troca, segundo a autora, a mercadoria deve proporcionar, antes, ao capital o “valor de uso e, com a perda da força de trabalho, o velho, tornado um incapaz, passa a ser descartado do processo como são as máquinas obsoletas ao sistema do capital” (Paiva, 2012, p. 122).

O cenário indica que o trabalhador não possui, em nenhum momento de sua vida, o controle de seu tempo de vida, pois este é definido pelo tempo de produção de novas mercadorias e excedentes. Isto posto, vê-se que o tempo de trabalho está relacionado com o tempo de validade da força de trabalho. Deste modo, Teixeira (2006) indica que tempo de uso da força de trabalho não é definido de forma cronológica, mas, sim, pelas características que a fazem degradar mais rápido. São as intensas e constantes necessidades de produção e reprodução do capital as causadoras desta consequência. Na vida da pessoa idosa,

O uso extensivo ou intensivo da força de trabalho acelera a degradação natural do trabalhador e é um mecanismo de precoce expulsão dos trabalhadores mais velhos do mercado de trabalho, que, aliado à existência de um excedente muito grande de força de trabalho, permite que os empregadores estabeleçam critérios de seletividade como: sexo, idade, etnia, dentre outros, além dos requisitos de qualificação inerentes às tarefas (Teixeira, 2006, p. 107).

Os comentários articulam-se com a necessidade de subsistência dos trabalhadores idosos, pois, sem conseguirem vender sua força de trabalho, os meios de sobrevivência na sociedade capitalista tornam-se desafiadores. Em sua visão, Teixeira (2006, p. 107) revela que a velhice “está fadada à pobreza e à dependência dos recursos da família e da sociedade, como está sujeita a uma desvalorização social, que reflete a desvalorização da vida humana fora dos circuitos produtivos”. Nos capítulos seguintes, a pesquisa abordará os desafios enfrentados pela população idosa no âmbito do trabalho precarizado e na desigualdade mediante aos baixos investimentos nos setores mais significantes para a sobrevivência do grupo. Em síntese, é visto que as contradições do MPC empurram os trabalhadores para uma precarização e desgaste fisiológico exorbitante, mantendo-os nessa dinâmica até não encontrarem mais valores de uso na força de trabalho dos indivíduos.

2.2. Síntese da trajetória das políticas sociais no Brasil

Seguindo as reflexões expostas, para que o capitalista obtenha seu lucro no processo de produção, é preciso explorar a força de trabalho através da mais-valia. Todavia, para que a reprodução ocorra, os trabalhadores devem ganhar uma quantia mínima de dinheiro garantindo sua subsistência a fim de serem capazes de vender outra vez sua força de trabalho. O sistema capitalista, prezando pelo lucro, tenta comprar a força de trabalho pelo menor preço possível, portanto, é viável dizer que não há nenhum planejamento que se preocupe devidamente com o bem-estar dos trabalhadores. Como mencionado por Teixeira (2006), o trabalhador, sobretudo na velhice — momento onde o valor de uso de sua força de trabalho é desvalorizado —, depende dos recursos sociais, em outras palavras, do Estado.

A historicidade das políticas sociais é longa e ainda enfrentará um percurso de muitas lutas até que contemple todas as demandas expressas nas questões sociais. Este texto focará na emergência da proteção social e de que forma o projeto societário contemporâneo abraça a população idosa. Assegura-se, de início, que as políticas sociais são atividades recentes no Brasil, tendo seu maior avanço com a Constituição Federal de 1988 e a criação da Seguridade Social. Como será visto no capítulo 4, os setores da saúde e da previdência foram escolhidos como principal palco de debate para a pesquisa, dessa forma, o presente texto buscará abordá-los também.

Para Behring e Boschetti (2008), é difícil relatar uma data específica para o surgimento das políticas sociais, visto que as metamorfoses da sociedade tiveram múltiplos protagonistas. Aproximando-se de um período, as autoras relatam que os diálogos a respeito das políticas sociais teriam aparecido durante o século XIX com a influência do capitalismo, da “Revolução Industrial, das luta de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal” (2008, p. 47). Porém, é no capitalismo monopolista que sua ascensão ocorre.

O coroamento da conquista da cidadania [...] acompanha o surgimento da idade do monopólio: as demandas econômico-sociais e políticas imediatas postas por todo este processo reivindicativo e organizativo macroscópico não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que a tenham condicionado em medida considerável. Antes, ao absorvê-las, o poder político adquiriu um cariz de *coesionador* da sociedade que, não casualmente, desempenhou funções diversionistas e ilusionistas sobre inúmeros protagonistas políticos desvinculados dos interesses monopolistas (Netto, 2009, p. 23-24).

Através dos comentários de Netto (2009), pode-se refletir em algumas características intrínsecas às transformações sociais que auxiliaram na emergência das políticas públicas. Ao dialogar sobre o Estado burguês, sabe-se que as políticas sociais foram absorvidas para uso e benefício próprio — uma ação que caminha juntamente ao controle das forças produtivas mencionadas no tópico anterior. Teixeira (2006, p. 28) concordará com tal perspectiva, afirmando que o “movimento do capital (e sua lógica expansionista), que absorve essas demandas, recria-as e transforma-as em espaços de reprodução social em escala ampliada”. Detendo do controle das organizações sociais, o Estado é capaz de mediar como bem entender os recursos, os cortes e os projetos societários que serão firmados na sociedade.

Nos capítulos seguintes, serão identificadas algumas ações onde o controle do Estado burguês afeta diretamente o bem-estar do trabalhador brasileiro, atribuindo menores investimentos para os projetos públicos, permitindo cortes, reduções e tetos de gastos, e dando maior atenção aos projetos privados. Fica evidente que o pensamento liberal não apenas se mantém vivo na sociedade contemporânea, como se expande cada vez mais. Behring e Boschetti (2008) enfatizam que os ideais liberais são contra a intervenção do Estado. Para este grupo político, “o Estado não deveria intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento das necessidades sociais” (2008, p. 61). Tratar-se-ia de uma sociedade cujo individualismo predomina sob o coletivo, onde o bem-estar individual é superior ao bem-estar coletivo; competitividade, onde cada indivíduo deveria usufruir de benefícios através de mérito próprio.

Assim, não cabe ao Estado garantir bens e serviços públicos para todos. [...] Os liberais vêem a miséria como natural e insolúvel, pois decorre da imperfeabilidade humana, ou seja, a miséria é compreendida como resultado da moral humana e não como resultado do acesso desigual à riqueza socialmente produzida. [...] o Estado deve assumir um papel de “neutro” [...] sua intervenção deve restringir-se a regular as relações sociais com vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado (Behring; Boschetti, 2008, p. 62).

Apesar do cenário vantajoso para os liberais clássicos, a ideologia ganhou força somente após a Segunda Guerra Mundial com uma sequência mundial de crises econômicas. Anderson (1995) comenta que o movimento operário recebeu a culpa da situação, pois, os neoliberais da época acreditavam que o poder excessivo dos sindicatos “havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais” (1995, p. 1). À vista disso, os ideais antigos ressurgiram sob o pretexto de manter um Estado forte. O autor comenta que a solução para os neoliberais seria podar os gastos sociais, intervir economicamente e garantir estabilidade financeira (Anderson, 1995).

O controle, como bem visto, é essencial em todas os processos de acumulação do capital. Teixeira (2006) cita diversos modelos de práticas neoliberais, como a mobilização solidária no cuidado da população idosa, o trabalho voluntário e a permanência da pessoa idosa na família. As medidas inspiradas no neoliberalismo servem para “redistribuir as responsabilidades sociais no enfrentamento das refrações da questão social” (Teixeira, 2006, p. 81), dessa forma, o Estado teria os custos reduzidos e poderia focar na estabilidade financeira que os neoliberais pregaram no final do século XX. A autora cita a construção de um *Welfare Society*, que não exclui por completo o modelo do *Welfare State*, mas, sim, mescla as relações entre o público e o privado. O exemplo do *Welfare Society* traz legitimidade ao discurso neoliberal de contenção de gastos, pois visa uma cidadania solitária em conjunto com a participação empresarial, ou seja, distanciando-se da responsabilidade estatal e abrindo portas para que a privatização ganhe mais força (Teixeira, 2006).

O debate entre público e privado será aprofundado no tópico seguinte, mas é válido mencioná-lo aqui, visto que os assuntos estão interligados. Para Anderson (1995), o neoliberalismo, no âmbito econômico, não conseguiu reduzir significativamente o desejo pela intervenção estatal, e ao tentar regular o mercado, desenvolveu uma desigualdade social mais agressiva do que outrora. No entanto, política e ideologicamente, as ideias tiveram êxito. Isso é perceptível, para o autor, pois, se antes os governos de direita radical internalizavam as políticas neoliberais, com o tempo, os governos ditos de esquerda também passaram a adotar os pressupostos neoliberais (Anderson, 1995).

Retomando a discussão sobre as políticas sociais, resgata-se no texto de Behring e Boschetti (2008), que o movimento operário foi a primeira organização a pensar em fundos previdenciários para a população idosa.

Em meados do século XIX, os trabalhadores organizaram caixas de poupança e previdência (sociedades de mutualidade) como estratégia de fundo de cotização para fomentar a organização operária e manter os trabalhadores em greve. [...] foram iniciados timidamente sob a ótica privada e destinados a reduzidas categorias profissionais, mas se espalharam no final do século XIX e início do século XX (Behring; Boschetti, 2008, p. 65-66).

As autoras comentam o percurso da modalidade destacada, indicando que 20 países da Europa, Ásia e Américas possuíam algum tipo de seguro contra doença na década de 30; 24 possuíam aposentadoria contributiva; 8 países tinham seguros obrigatórios contra o desemprego e 3 países cobriam as situações mais apresentadas, sendo elas doença, velhice e desemprego (Behring; Boschetti, 2008, p. 66). Nota-se que a ocupação dos movimentos operários em espaços culturais, educacionais e parlamentares foram de suma importância para

os avanços das políticas públicas. O enfrentamento à burguesia exigia que fossem reconhecidos os direitos de cidadania política e social para toda a população.

Em contexto nacional, é válido pensar que o Brasil teve uma transição lenta, enfrentando um capitalismo dependente e tardio. Levando em conta a prolongação do trabalho escravo, o dinamismo do mercado interno e a ruptura com a aristocracia agrária, o país teve uma situação estrutural que “retardou a consciência e a ação política operárias no Brasil, cujas primeiras manifestações como tal datam do início do século XX” (Behring; Boschetti, 2008, p. 77). Além de lidar com uma lenta modificação social, o país lidou com instabilidades dos direitos sociais, revelando a fragilidade com que foram constituídos e “as dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis” (Behring; Boschetti, 2008, p. 79). Considera-se, portanto, que a luta de classes está diretamente ligada a política social, logo, quando o país está enfrentando ainda expressões das questões sociais latentes do escravismo, é notável as dificuldades na conquista pelos direitos sociais.

No Brasil, é em 1923, através da Lei Eloy Chaves, que se torna obrigatório a criação de caixas de aposentadorias e pensões para ferroviários e marinheiros (Behring; Boschetti, 2008). A ação está atrelada a um processo estratégico do Estado, como dialogam as autoras:

Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação — eis aqui a base da nossa heteronomia —, produto responsável por cerca de 70% do PIV nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias (Behring; Boschetti, 2008, p. 80).

Apontar as características do Brasil é interessante, porque as particularidades de cada país, principalmente os periféricos, revelam que os Estados irão tratar as demandas sociais de maneiras distintas. Segundo Teixeira (2006, p. 97), “a emergência da sociedade do trabalho abstrato não obedeceu a um modelo universalizante, nem ocorreu no mesmo período histórico”, portanto, a organização dos trabalhadores, a ocupação em território políticos e as diferentes configurações de políticas sociais aparecem de maneira a respeitar as relações entre Estado e sociedade de cada território. Todavia, válido enfatizar as palavras de Netto (2009), pois, o autor debate a intervenção sistemática e estratégica do Estado burguês sobre as políticas sociais. Têm-se palcos distintos de atuação do sistema capitalista, mas os interesses burgueses não se afastam tanto. O lucro, como mencionado acima, é o objetivo do capitalista, independentemente das particularidades as quais está inserido.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores

cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (Netto, 2009, p. 26-27).

Isto posto, a função da política social para o Estado se apresenta através dos processos que visam preservar e controlar a força de trabalho. Esta é a contradição mencionada no tópico anterior, o Estado deve assegurar a reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo em que age de acordo com as necessidades e projetos do capital (Netto, 2009). A reflexão proposta pelo autor converge com a historicidade da sociedade brasileira, sendo que as conquistas em prol de direitos e cidadania só foram realizadas devido as articulações burguesas. Exemplo disto é o fim tardio do escravismo, a ruptura com o conservadorismo, a luta pela redemocratização e afins.

No mesmo sentido, vê-se que a Constituição Federal de 1988 também foi acometida pelos interesses burgueses. Behring e Boschetti (2008, p. 141) indicam que a nova legislação passou por um “processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses mais específicos”. De um lado, havia o interesse neoliberal, do outro as reivindicações da classe trabalhadora. A conquista pela Seguridade Social é um marco a ser destacado, todavia, traços conservadores foram mantidos, como a resistência ao enfrentamento militar. Seguindo por um caminho onde o velho e o novo pudessem ser contemplados, a Constituição Federal expressa o real cenário do Brasil e reforça as palavras de Netto (2009) ao dizer que os avanços na proteção social só ocorrem diante de interesses burgueses.

Behring e Boschetti (2008) comentam sobre a importância dos movimentos sociais e das organizações sindicais. É do encontro entre movimentos, partidos e organizações democráticas que a Seguridade Social é introduzida, atuando em três esferas essenciais para o bem-estar do trabalhador: saúde, previdência e assistência social. A previdência, segundo discutem as autoras, teve ampliações fundamentais, que alcançaram os trabalhadores rurais e o BPC⁷ para pessoas idosas e pessoas com deficiência. Apesar disso, a assistência ainda teve anos de mobilizações para ser reconhecida como política pública, tendo sua legitimização somente anos mais tarde.

É diante desse cenário de embates políticos e contradições que a virada de século ocorre. Behring e Boschetti (2008) relembram que apesar das conquistas no final da década de 80, a partir dos anos 90 uma transição rápida entre o conservadorismo e o neoliberalismo cria árduos empecilhos para a estabilidade dos direitos sociais recém conquistados. A situação pode ser comparada com o início do século XX, ponderado pelas autoras como um momento

⁷ Hoje, o BPC foi vinculado a política de assistência social, previsto pela LOAS. Ver Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024).

de instabilidades no Brasil. Ocorre que, mediante a fragilidade dos pactos políticos que culminaram na Constituição de 1988, tornou-se muito fácil para que a burguesia derrubasse ou atrasasse ainda mais o avanço das políticas sociais.

2.3. Intermediação estatal e o avanço das contrarreformas

Os diálogos teóricos expostos até o momento se unem na ideia de que a burguesia está em constante transformação, sendo esta uma condição essencial para sua sobrevivência. Entende-se que a competitividade faz parte do capitalismo, de tal modo, que as classes burguesas também devem competir entre si. A década de 90 demonstra esses elementos ao ser palco de um confronto direto entre o conservadorismo e o neoliberalismo, sistema que vinha crescendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, como comentado anteriormente. Fernandes (2006) afirma que a burguesia usa, em todas as oportunidades, seu poder para atualizar e reafirmar o sistema o qual está inserida. É possível interpretar que as conquistas de 1988 foram realizadas por intermédio desta burguesia, caracterizada como oportunista, tornando a evolução dos direitos sociais desfavoráveis no país.

A respeito da nomenclatura “contrarreforma”, é importante situar que existem debates aprofundados sobre o assunto, análises que visam compreender o objeto de estudo de maneira crítica, relacionando-o com diferentes visões sociais, culturais e políticas. O objetivo do presente texto não é estudar cada uma das vertentes teórico-críticas mencionadas, mas, sim, valer-se do conceito para visualizar a precarização da Seguridade Social e os efeitos na população idosa no Brasil. Para fins de elucidação, dois comentários serão feitos acerca da escolha semântica que autores do repertório do Serviço Social optam por empregar.

Ao percorrer o debate de contrarreforma neoliberal e política social, Behring e Boschetti (2008, p. 149) indicam que o termo “reforma” foi apropriado pela ideologia reformista, de maneira a propagar que toda e qualquer reforma fosse uma mudança, “não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica”. O termo, segundo as autoras, ganha destaque na ascensão do movimento operário socialista, sob o sentido de melhorar as condições da classe trabalhadora. Com isso, apesar de concordarem que existam críticas a serem feitas na utilização da palavra “reformismo” e seus derivados, Behring e Boschetti (2008, p. 149) aceitam recorrer ao termo, afirmando que “é um patrimônio da esquerda”.

As reflexões feitas por Coutinho (2010) direcionam-se pelo mesmo caminho, visto que o termo “reforma” está ligado às lutas sociais e seu uso entrelaça-se ao viés progressista de esquerda. Para o autor, o neoliberalismo procurou apossar-se da palavra “reforma” com o intuito de mascarar o controle social e caracterizá-lo de modo mais suave. Assim, se o termo “antes da onda neoliberal queria dizer ampliação de direitos, proteção social [...] significa agora corte, restrições, supressão desses direitos” (2010, p. 35). Aproveitando as reflexões gramscianas, Coutinho (2010) visualiza certa similaridade entre a revolução passiva⁸, citada por Gramsci, e as ideias reformistas. A principal diferença encontrada pelo autor se manifesta na restauração pertencente a ideia de revolução passiva, acatando algumas exigências de estruturas antigas; enquanto as contrarreformas se desenvolvem não nos cenários novos, mas, sim, operando-se nos antigos cenários (Coutinho, 2010).

Seguindo a discussão proposta no capítulo, Behring e Boschetti (2008) comentam que desde os anos 90 a sociedade presencia uma onda atenuante de contrarreformas, criando obstáculos para o desenvolvimento dos direitos sociais e redirecionando as conquistas de 1988 para benefício da burguesia. Isto, porque, as lutas democráticas e os movimentos sociais não detêm o controle das relações sociais submetidas pelo capital, podem reivindicar seus direitos e manter uma luta permanente para que a burguesia não retorne atrás dos acordos políticos. Fernandes (2006, p. 369) é pontual em dizer que “os conflitos com as classes antagônicas [...] sufocados por meios repressivos e violentos, perderam sua conexão com a revolução nacional democrático-burguesa, sendo capitalizados, por sua vez, pela própria burguesia”. O comentário reforça a força de transformação do capitalista e indica que as reformas sociais são moldadas por uma entidade dominante, que possui o controle das relações sociais e dos meios de produção.

Anderson (1995) relatava que a ideologia liberal não foi capaz de estabilizar-se na economia mundial, todavia, o autor demonstra que o neoliberalismo surge para sanar os erros cometidos nas décadas anteriores. Ao longo desta pesquisa serão divulgados as consequências herdadas dos pensamentos que emergiram na década de 90. É verificado por Behring e Boschetti (2008) que a expansão do desemprego e da violência foram características marcantes da época em questão e, compreendendo que o neoliberalismo carrega o objetivo de distanciar cada vez mais o Estado de suas responsabilidades, é notável a força política que estes ideais possuem.

⁸ Ver Carlos Nelson Coutinho, “A hegemonia da pequena política”, em *Hegemonia às avessas* (São Paulo: Boitempo, 2010), p. 29-43.

Tratou-se, como de pôde observar, de ‘reformas’ orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos 1980. Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros — a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada, — estaria aberto o caminho para o novo ‘projeto de modernidade’ (Behring; Boschetti, 2008, p. 148).

Nota-se que a proposta do Estado não se articulava unicamente para a proteção social dos indivíduos, ia além. Bebendo dos pensamentos clássicos liberais, visavam alcançar a abertura do mercado, a estabilidade econômica e o distanciamento das políticas públicas foram os caminhos escolhidos pelo Estado brasileiro. Aprofundando as reflexões anteriores, Netto (2009) dialoga que a burguesia, sobretudo o Estado burguês, procura utilizar as políticas sociais como forma de controle das expressões das questões sociais, a fim de “atender às demandas da ordem monopólica” (2009, p. 30). O objetivo, como bem observado na Constituição Federal de 1988, é absorver as demandas diversas e moldá-las em sistemas que sejam variados e operantes. Mais uma vez, Netto (2009) alerta que as políticas sociais, sob controle do capitalismo, não são uma conquista natural da luta de classes.

Netto (2009), Behring e Boschetti (2008), e Fernandes (2006) enfatizam a importância da mobilização popular para o desenvolvimento dos direitos sociais, o que é criticado nos textos é a utilização dessas forças de luta e transformação para benefício do capital. Sob a particularidade brasileira, Fernandes (2006, p. 372) diz que a moderação da burguesia só permanece enquanto seu controle existir diante “do radicalismo burguês, das massas populares e do proletariado, as quais tenderão a reconstituir-se, a crescer e a fortalecer”. No instante em que os trabalhadores, as organizações e movimentos sociais se unem para contestar o tratamento precário recebido pelo Estado, a burguesia revida.

Ao lembrar os estudos de Fernandes (2006), observa-se similaridades de atuação entre a antiga e a nova burguesia brasileira. Desta maneira, existe coerência em unir os pensamentos do autor com as reflexões feitas sobre a ideologia neoliberal, visto que, a atuação da burguesia utiliza, em amplos cenários, as mesmas ferramentas de repressão, violência e controle. Nos tempos contemporâneos, a burguesia, através do neoliberalismo, objetiva individualizar as expressões das questões sociais, optando por deixar que cada indivíduo cuide de seus interesses particulares e seja responsável por seu próprio desenvolvimento. Separados, a população perde a força incontestável do coletivo popular.

[...] basta recordar que a própria consideração dos *direitos sociais*, corolário da legitimação das políticas sociais, contribui para erodir pela base o *ethos* individualista que é componente indissociável do liberalismo econômico e político. [...] nas condições da idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das

refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista ressitando-o como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa (Netto, 2009, p. 35).

Sabe-se que a ideologia neoliberal propaga a ideia de que os gastos públicos dificultam o crescimento do mercado, logo, a solução é afastar o Estado das políticas sociais. Quando não é viável o distanciamento, a burguesia rapidamente redireciona as demandas estatais, recuperando, em vista disso, o controle das relações sociais. Para Netto (2009), é nessa instância que ocorre a redefinição do público e privado — sendo a privatização uma das características do neoliberalismo e das contrarreformas. Ao definir que o sujeito social deva se responsabilizar pelas consequências do próprio sistema ao qual está inserido, o bem-estar coletivo é ignorado. Assim, os problemas sociais se tornam problemas pessoais.

A imposição de uma sociabilidade individualista auxilia em grandes medidas a acumulação capitalista, sendo que a ideia de que os sistemas privados são de maior qualidade do que os sistemas públicos começa a se propagar na sociedade. É nítido, para Netto (2009), que o cenário faz parte de uma estratégia da classe dominante, um modo de converter os direitos sociais em “áreas de valorização potencial do capital monopolista” (2009, p. 39). Reitera-se, com os debates apresentados, que o lucro, o controle das relações de produção e a estabilidade do mercado financeiro são os verdadeiros projetos da burguesia do Estado, visto que este é submetido aos interesses do sistema capitalista.

Tratando das medidas contrarreformistas, percebe-se que o objetivo da burguesia não foi modificado com o passar dos anos. As ferramentas usadas no passado são utilizadas também na contemporaneidade. Como exemplo, vê-se que os pensamentos de Fernandes (2006), sobre as características burguesas de sua época, revelam a ideia de que as contrarreformas — ou contrarrevolução, como prefere o autor — são guiadas pelo esforço da burguesia em conseguir ter a estabilidade de sua dominação e a ampliação do poder burguês. Se contrastar com a burguesia atual, mediada pelo neoliberalismo, será possível observar que o cerne dos objetivos não foram modificados, mas, sim, atenuados pelo acréscimo de outros agentes no cenário sociopolítico brasileiro. Entre os instrumentos disponíveis para alcançar tal objetivo estão a modernização constante e a mercantilização total das relações sociais. Ambas serão citadas nos capítulos seguintes, momento em que a pesquisa tratará das transformações nos setores da saúde, do trabalho e da previdência. Ressalta-se que:

A esse esforço se prendem a criação e a aplicação de novas estruturas jurídicas e políticas, a modernização de estruturas jurídicas e políticas preexistentes, a renovação e a racionalização da maquinaria de opressão e de repressão do Estado e a adaptação de todo o aparato ideológico e utópico da burguesia a uma situação contra-revolucionária que pretende “vir para ficar” (Fernandes, 2006, p. 403).

As novas estruturas, bem como as antigas, são percorridas por transformações constantes e fundamentais para a renovação do sistema capitalista. Pensando no contexto atual, a estrutura acompanha uma tríade — “privatização, focalização e descentralização” (Draibe, 1993 apud Behring; Boschetti, 2008, p. 155), que absorve as conquistas sociais e reprograma-as de acordo com seus interesses. Boschetti e Teixeira (2019) discutem a expropriação dos direitos sociais como consequência das ações contrarreformistas da burguesia neoliberal. As ferramentas de controle são inúmeras, por exemplo, a procura dos capitalistas em se apossar dos fundos públicos, ampliar os ajustes fiscais e definir tetos de gastos. Como indica Fernandes (2006) as transformações necessárias para a reprodução do capital se inserem tanto nos campos judiciários e como nos políticos.

Boschetti e Teixeira (2019), e Silveira Jr. (2019) reafirmam o cenário de acordos políticos em 1988, contudo, os autores são enfáticos ao dizer que a prática conciliatória de classe “se revelou insustentável e se dobrou aos interesses do capital” (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 68). A prática, ineficaz para a classe trabalhadora, permitiu que a privatização dos setores da saúde e previdência fossem atacados sem dificuldades. Como mencionado por Anderson (1995), os liberais culpam os movimentos operários pelas intensas crises do século XX e a pauta se mantém consistente, visto que, Silveira Jr. (2019) apresenta os movimentos reformistas como sendo uma resposta às crises capitalistas — realizadas e mantidas pelo próprio sistema burguês. Segundo o autor, os ataques à Seguridade Social visam “socializar os custos da crise, reerguer as taxas de crescimento e combates as sequelas sociais da estagnação econômica” (2019, p. 101).

Pensando nos setores que serão analisados nos capítulos seguintes, válido trazer os comentários de Boschetti e Teixeira (2019, p. 68):

Na previdência, as contrarreformas nos anos 1998, 2003 e 2015 fortaleceram os planos privados por capitalização. Na saúde, a mercantilização destroi direta e indiretamente o SUS, por meio das Organizações Sociais da Saúde (OSS), criadas em 1988 e [...] também por meio da regulamentação dos planos privados. A jovem seguridade social que completa 31 anos em 2019, núcleo central do Estado Social no capitalismo, nunca esteve imune aos ataques do capital pela enorme soma do fundo público que mobiliza, seja em sua arrecadação compulsória, seja em seus investimentos sociais.

Como mencionado em reflexões anteriores, o capitalista procura absorver as políticas sociais para uso próprio; o objetivo por trás das privatizações não é diferente. Observa-se que as medidas de ajuste fiscal não carregam o propósito de conter gastos públicos, mas, sim, em canalizar os “recursos públicos para amortecer os efeitos da crise junto aos interesses do capital” (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 71). De maneira contraditória, a Seguridade Social, que

foi criada no intuito de garantir a proteção social a toda a população, passou a ser duramente atacada e desfigurada desde seu surgimento. Em toda ação estatal, as demandas capitalistas aparecem com maiores urgências. Exemplo disso foi a Reforma da Previdência, em 2019, que surge como resposta ao teto de gastos criado anos antes.

Articulado com a individualidade desejada pelos neoliberalistas, a formação de um “teto reduzido para o valor dos benefícios intenta impelir os trabalhadores e trabalhadoras para planos privados por capitalização” (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 90). O cenário será abordado com mais detalhes no capítulo 4, todavia, é válido trazer aqui que o plano neoliberal apresenta contradições ao crer que o trabalhador brasileiro, sujeito explorado e assumindo posições cada vez mais precarizadas no mercado, terá condições de arcar com os custos privativos dos setores da Seguridade Social. Ademais, a problemática brasileira não apresenta melhorias, sendo que a Reforma Trabalhista, em 2017, impulsionou o mercado de trabalho a terceirizar e informalizar ainda mais os serviços — as consequências desse ato poderão ser lidas no capítulo 3.

A expansão do trabalho informal, não sendo protegido pelo Estado, forma mais um elemento que acelera o projeto neoliberal a conter os gastos públicos, pois, ao optar pela informalidade, os trabalhadores não terão direito a aposentadoria contributiva.

Sob o argumento do envelhecimento populacional e de existência de um suposto déficit da previdência social, esta política vem sofrendo constantes ataques desde o início da década de 1990, cujos efeitos têm sido a redução no valor dos benefícios, o aumento das contribuições e a ampliação da idade para obtenção de aposentadoria (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 90).

Tais atividades não apenas restringem o acesso a previdência como também dificultam a permanência dos aposentados nessa política, como será estudado no capítulo 4. Os cortes e baixos investimentos reforçam o pensamento neoliberal de que a previdência social provoca dívidas públicas e instabilidade no Estado. Silveira Jr. (2019) compartilha outros elementos dos ataques burgueses além da restrição ao acesso aos benefícios públicos. Sabe-se que as metamorfoses do capital decorrem de sua sobrevivência e da necessidade de manter o MPC sempre em movimento. Não é diferente com as políticas sociais, que sofrem com as “reconfigurações no aparelho administrativo instaladas para compor as medidas restritivas” (Silveira Jr., 2019, p. 106), como identificado na Reforma de 2019. Outrossim, são os fundos do trabalho, que se vinculam a acumulação do capital.

Para Salvador (2019), o fundo público brasileiro é altamente disputado, pois armazena todos os recursos estatais disponíveis seja para intervir na economia, seja para investir nas

empresas pública. Sendo extraído de impostos, contribuições e taxas o autor comenta que o fundo público faz parte do trabalho excedente (discutido no tópico 2.1) e é apropriado pelo Estado para a realização de inúmeras funções. Salvador (2019) indica que o Estado utiliza o fundo público para socorrer instituições falidas durante as crises bancárias, demonstrando, mais uma vez, que o Estado burguês serve aos interesses da burguesia. Um rápido comentário sobre as crises revela que o capitalismo só pode enfrentar esse cenário possuindo uma “parcela significativa da população mundial vivendo em condições extremamente precárias” (Mészáros, 2002 apud Salvador, 2019, p. 103).

De tal forma, pode-se dizer que as crises favorecem e se articulam com as contrarreformas brasileiras, porque, em ambas as situações, é necessário que o Estado contenha os gastos públicos e mova-se em direção a financiar o mercado. Recorda-se as palavras de Fernandes (2006) ao mencionar que a burguesia deseja condições para seu crescimento, apesar das contradições mediante a competitividade e movimento constante. Vê-se a estratégia do capital em controlar as relações sociais e, quando não o consegue, produz “inúmeros antagonismos sociais, acirra as lutas de classe, aumenta a vulnerabilidade dos trabalhadores e potencializa as refrações da questão social” (Mészáros, 2002 apud Salvador, 2019, p. 103).

Ao pensar nas contrarreformas do setor da saúde, encontram-se inúmeras similaridades com os ataques à previdência. A mercantilização e sucateamento da saúde pública inferem, notavelmente, as privatizações projetadas pela burguesia — com o objetivo de lucrar em cima das políticas públicas, como dialogado antes. Sem dúvidas, o SUS é o maior alvo, sofrendo com a EC nº 95 e com os desmontes desde 2016. Dialogando com a questão do trabalhador precarizado, é viável dizer que as condições exploratórias intensificam a saúde do trabalhador, agravando doenças e acidentes relacionados ao trabalho (Oliveira, 2019). Sendo o SUS essencial para a vida do trabalhador, os sucateamentos ocasionam uma sobrecarga enorme no sistema.

A contrarreforma trabalhista teve por objetivo o ajuste do padrão de regulação do trabalho, de acordo com as características do capitalismo contemporâneo, fortalecendo a autorregulação do mercado ao submeter o trabalhador a uma maior insegurança e por outro lado ampliar a liberdade do empregador em determinar as condições de contratação, o uso da mão de obra e a remuneração do trabalho (Oliveira, 2019, p. 195).

Os retrocessos vão de acordo com os interesses da burguesia e da ideologia neoliberal, percorrendo a descentralização nas regras de contratação dos empregados. Além do impacto na saúde dos trabalhadores, que deverão trabalhar por mais horas, em condições mais

precarizadas, por mais anos e recebendo valores inferiores, Oliveira (2019) ainda traz à tona que as contrarreformas desarticulam os sujeitos das organizações coletivas e deslegitimam as instituições que protegem os direitos dos trabalhadores. Reitera-se que os movimentos operários, nos séculos XIX e XX, foram agentes cruciais para o desenvolvimento das primeiras políticas sociais no Brasil e no mundo, dessa forma, as reformas em evidência causam uma forte ruptura nos diálogos entre os movimentos e os trabalhadores.

Por fim, importante destacar o pensamento de Fernandes (2006) ao expor suas conclusões sobre a burguesia brasileira — entende-se que o movimento do capital não é novo, suas transformações e inovações são cíclicas e o desenvolvimento constante. Para o autor, o grupo não pode abrir mão de suas vantagens e de seu controle, correndo o risco de se autodestruir, irão se mover de todas as formas para manter o controle “de que dispõem sobre si mesmas, como e enquanto classes; e dos controles de que dispõem sobre as classes operárias, as massas populares e as bases nacionais das estruturas de poder” (Fernandes, 2006, p. 421). Dito isto, os estudos sobre o trabalhador brasileiro, devem alertar as contradições, vícios e articulações da burguesia contra seu bem-estar, enfatizando que um equilíbrio entre classes não é possível. É necessário pensar na fase da vida onde o trabalhador está mais propenso a estar no exército reserva e, sobretudo, analisar as condições reais e futuras que o trabalhador terá de enfrentar.

3. A PESSOA IDOSA PERANTE O MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: CARACTERÍSTICAS E DESDOBRAMENTOS

Neste capítulo, a abordagem consistirá em explorar e analisar os levantamentos estatísticos divulgados por diversas entidades do Brasil. Para compreender as características do mercado de trabalho brasileiro, faz-se preciso investigar as principais organizações nacionais, como o IBGE e a PNAD Contínua, a fim de observar os números da população idosa e a visibilidade que as questões de trabalho desse grupo recebem. Visa-se entender as particularidades dos empregados e desempregados no país e seus desdobramentos. Em seguida, será observado a particularidade dos trabalhadores idosos em pesquisas fora do eixo IBGE-PNAD, com o intuito de compreender outras visões da questão. Os documentos selecionados partem do princípio de que o debate estatístico mediante a população idosa no mercado de trabalho ainda é escasso, com isso, o recorte temporal de 2020 a 2023 pode ser descartado em alguns momentos da análise, caso seja viável.

3.1. Percepção das taxas de ocupação/desocupação da força de trabalho brasileira através dos indicadores nacionais do IBGE e da PNAD Contínua

A priori, antes de analisar os levantamentos sobre a manifestação do trabalho informal perante a população idosa brasileira, é válido debater sobre o mercado de trabalho no país e suas características. Buscar-se-à, para tal, pensar na evolução dos números sobre emprego e desemprego, bem como no contraste de dados das principais Instituições do Brasil. O presente texto terá como principal apoio os dados trimestrais da PNAD Contínua, de 2020 ao 2º trimestre de 2023; do IBGE, de 2020 a 2023; e pesquisas paralelas sem fins lucrativos ou com informativos acerca de temáticas particulares, a fim de enriquecer a discussão. Será priorizado a mesma data-recorte para todos os casos com exceção da evolução do emprego e desemprego no país, que tentará resgatar dados mais antigos.

Sabe-se que a PNAD Contínua e o IBGE são os principais agentes de divulgação estatística de todo o território nacional, atendendo a amplos recortes e cenários da população brasileira, portanto, tornam-se a fonte de maior relevância para inúmeras pesquisas e debates teóricos. Em resumo, o IBGE procura “[...] retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” (Portal do IBGE, 2023), assim, o

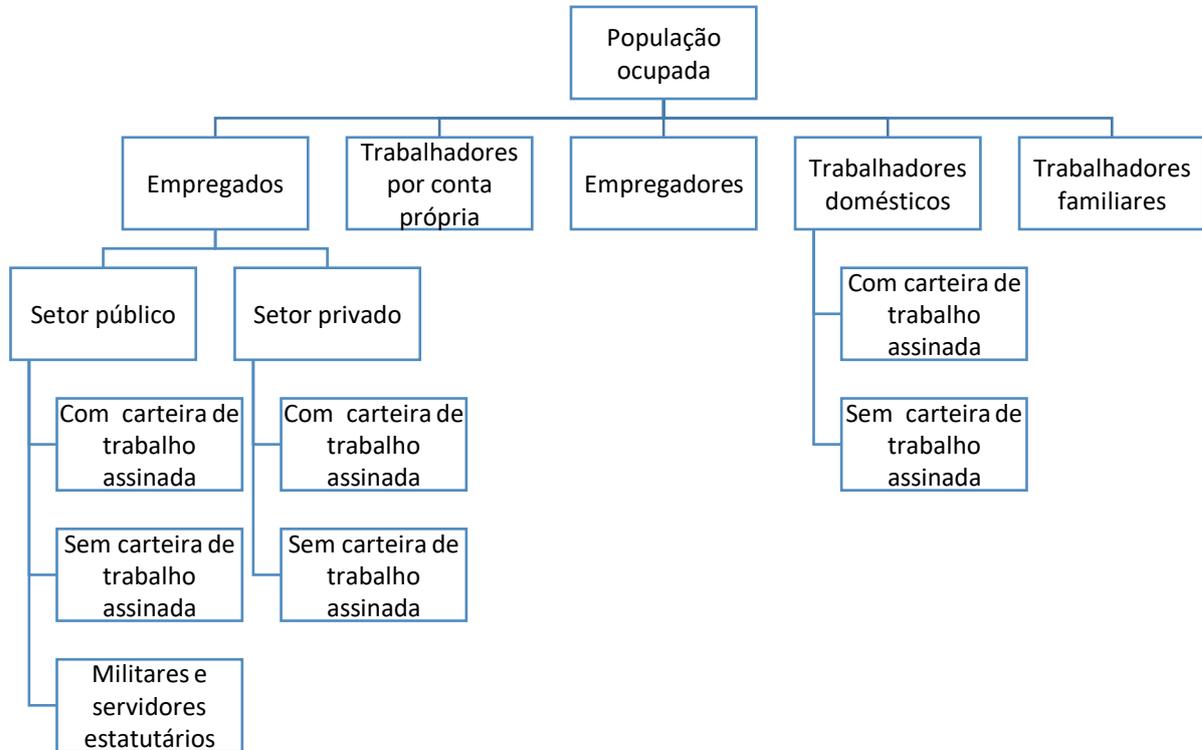
Instituto realiza múltiplas pesquisas coletando dados nos domicílios. Exemplo disso é a PNAD Contínua que compreende as flutuações mensais, trimestrais e anuais da força de trabalho, das condições de ocupação, das formas de trabalho e pesquisas complementares, como educação, habitação, saúde, justiça e segurança, participação político-social e quaisquer outras temáticas que auxiliem o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país.

Pesquisas de maior porte utilizam de indicadores próprios, elaborando seus próprios parâmetros de coleta que visam auxiliar na quantificação dos dados coletados, na interpretação dos resultados e no alcance dos objetivos. Os indicadores nacionais do IBGE, bem como de suas pesquisas paralelas, refletem não apenas na coleta de dados, como também nos indivíduos selecionados, na apresentação e na divulgação ao público, logo, compreende-se a necessidade de identificá-los e traduzi-los. Entendendo que a Instituição é referência nacional, faz-se importante enfatizar seus conceitos de emprego e desemprego.

Para o IBGE (2023), duas características determinam o trabalhador brasileiro: possuir 14 anos ou mais de idade e ter ocupado qualquer atividade por pelo menos 1 hora na semana de referência — seja de maneira formal, informal, remunerada de forma direta, indireta ou sem remuneração. Utilizando os conceitos indicados pela OIT desde 2013, o IBGE divide a população em idade para trabalhar em ocupadas e desocupadas ou, respectivamente, empregadas e desempregadas. Na condição de ocupação, as pesquisas não integram os números de pessoas desalentadas ou presentes na força de trabalho potencial, como será debatido a seguir.

Em primeiro momento, nota-se uma abrangente variedade de atividades na categoria de ocupados, unindo setores do mercado de trabalho com características divergentes.

Organograma nº 1 - Atividades de ocupação na categoria de pessoas empregadas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (2023).

O conceito de “trabalhadores familiares” é diferente da categorização, para o IBGE (2023), de “donas de casa” — estas ocupam o grupo de pessoas fora da força de trabalho, ou seja, pessoas sem interesse ou condições de trabalhar, junto com aposentados e crianças. Outro ponto a se pensar é a ausência de um conceito específico para os trabalhadores informais, sendo contabilizados de forma a mesclar os números com os trabalhadores formais. A ausência desse conceito provoca desafios nas análises de cunho investigativo sobre o mercado de trabalho, porque ao conceituar o emprego e o trabalhador de maneiras amplas, os resultados adquiridos pelas coletas de dados mantêm-se amplos e a realidade do mercado de trabalho brasileiro é mascarada, deixando o cenário real dos trabalhadores cada vez mais distante da amostragem de dados divulgada nas pesquisas.

Os órgãos governamentais compreendem o desemprego através de pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam

encontrar trabalho — este sendo entendido como toda atividade com mais de 1 hora/semanal de maneira formal, informal, remunerada ou não. Têm-se aqui outra conceituação ampla do mercado de trabalho, que inclui como pessoas ocupadas desde vendedores ambulantes, revendedores e entregadores de aplicativos até profissionais contratados pelo Estado e empreendedores, sejam micro ou macro. Pode-se entender que a principal dificuldade de interpretação ao utilizar os indicadores nacionais está nas condições divergentes que as próprias categorias de emprego apresentam. Um indivíduo ocupado em um trabalho informal está inserido em precarizações que um indivíduo ocupado em um trabalho formal, assistido pela proteção social, não está.

Outrossim, enfatizando o número de pessoas ocupadas, é interessante refletir que o IBGE (2023) também considera ocupada toda a população que não ganha remuneração direta, porém, auxilia em alguma atividade doméstica — mulheres que passam a ser cuidadoras de algum parente acamado e, em troca, recebem moradia, alimentação, roupas ou dinheiro, são um bom exemplo do caso discutido. É visto ainda, nos indicadores da Instituição, que pessoas afastadas a menos de 4 meses do vínculo de trabalho são contempladas, na semana de referência da pesquisa, como população ocupada — desconsiderando aqueles que saem das atividades sem receber benefícios trabalhistas e, por isso, retornam imediatamente à procura de trabalho. Não é encontrado nos indicadores sociais espaço para se estudar a heterogeneidade dos indivíduos e de suas realidades.

Com esse debate, entende-se que os atuais indicadores do IBGE inflam o número de pessoas ocupadas, contabilizando múltiplos cenários de trabalho em uma única categoria. O quantitativo de empregados e desempregados no país é afetado ainda pela população desalentada ou presentes na força de trabalho potencial, ambas sendo excluídas das taxas de desemprego. Em divulgação especial da PNAD Contínua (2023), os números de subutilização da força de trabalho no Brasil buscaram complementar os dados do mercado de trabalho. Em síntese, 3 conceitos foram utilizados:

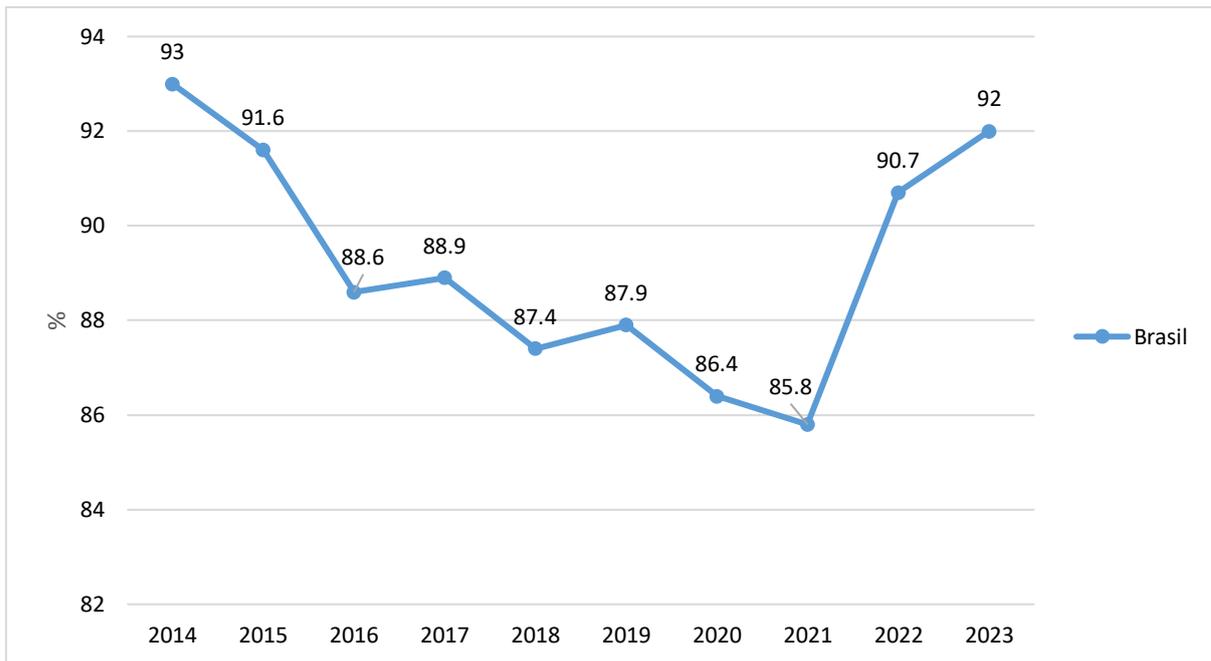
- I. **Pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas:** refere-se aquelas que trabalharam menos de 40 horas/semanais; gostariam de trabalhar mais horas que as trabalhadas; e estavam disponíveis a trabalhar mais horas;
- II. **Pessoas desocupadas:** indica aquelas que estavam sem trabalho e procuraram por um vínculo na semana de referência;

III. **Pessoas inseridas na força de trabalho potencial:** categoriza aquelas que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência da pesquisa, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho; indica as pessoas que não procuraram por um trabalho, mas gostariam e estavam disponíveis para um e aquelas que procuraram, mas não estavam disponíveis para iniciar prontamente.

Ademais, os indicadores do IBGE convergem entre si, visto que os números da população ocupada incluem as pessoas subocupadas; e que os números correspondentes as pessoas fora da força de trabalho incluem o grupo de pessoas inseridas na força de trabalho potencial. Outro fator a se pensar são as pessoas desalentadas, pois, para os órgãos governamentais, aquelas que param de procurar emprego deixam de ser contabilizadas como desocupadas. Em outras palavras, o quantitativo atual de desemprego exclui um número significativo de pessoas sem emprego. As pessoas desalentadas são incluídas, portanto, na força de trabalho potencial do país.

Atenta-se que a construção dos indicadores do IBGE ocorre de forma complexa e coopera para que os números expressivos do desemprego do país sejam ocultados. Para Oliveira (2020), as oscilações do desemprego revelam muito sobre a desistência da população em procurar emprego. O Instituto vê a diminuição dos números de desocupados como algo positivo, sem tecer questionamentos, contudo, os indicadores revelam o reflexo da população que aceitou o desemprego como sendo uma condição imutável. Dessa forma, o grupo é transformado e inserido em outra categoria, no caso, de pessoas desalentadas. A criação de outra categoria indica a diminuição dos números de desocupados (desempregados), mas não diminuem a expressão do problema.

A seguir, o texto ampliará as reflexões apresentadas informando os dados mais recentes disponibilizados pelo governo. De início, observa-se no gráfico abaixo a evolução da percentagem das pessoas ocupadas em nível nacional. Na amostragem do 2º trimestre de 2023 da PNAD Contínua, estimou-se que o Brasil possuía 92% da população ocupada, cerca de 98,9 milhões de pessoas. Ocorreu um aumento de 0,8% quando comparado ao trimestre anterior de 2023 que contabilizou 91,2% de ocupadas, cerca de 97,8 milhões de pessoas.

Gráfico n° 1 - População ocupada no Brasil (2º trimestre de 2014 a 2023)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (2023).

De acordo com a metodologia do IBGE, o mercado de trabalho apresenta uma evolução positiva, tendo a porcentagem mais alta de empregados desde 2015, período onde a crise estourava no país. Além do mais, resgatando os indicadores da Instituição relacionados a população ocupada (organograma n° 1), o 2º trimestre de 2023, 68,7% das pessoas são empregados, incluindo os trabalhadores domésticos, 4,2% são empregadores, 25,8% trabalham por conta própria e 1,6% são trabalhadores familiares (PNAD Contínua, 2023). Unindo os trabalhadores formais e informais, deve-se ter em mente que apesar do crescimento dos números, o cenário dos trabalhadores brasileiros ainda é de precarização e exploração. Para os trabalhadores informais, a problemática se agrava e, com 25,8% trabalhando por conta própria, a porcentagem de empregados em condições informais pode ser mais alta do que se é divulgado nas pesquisas.

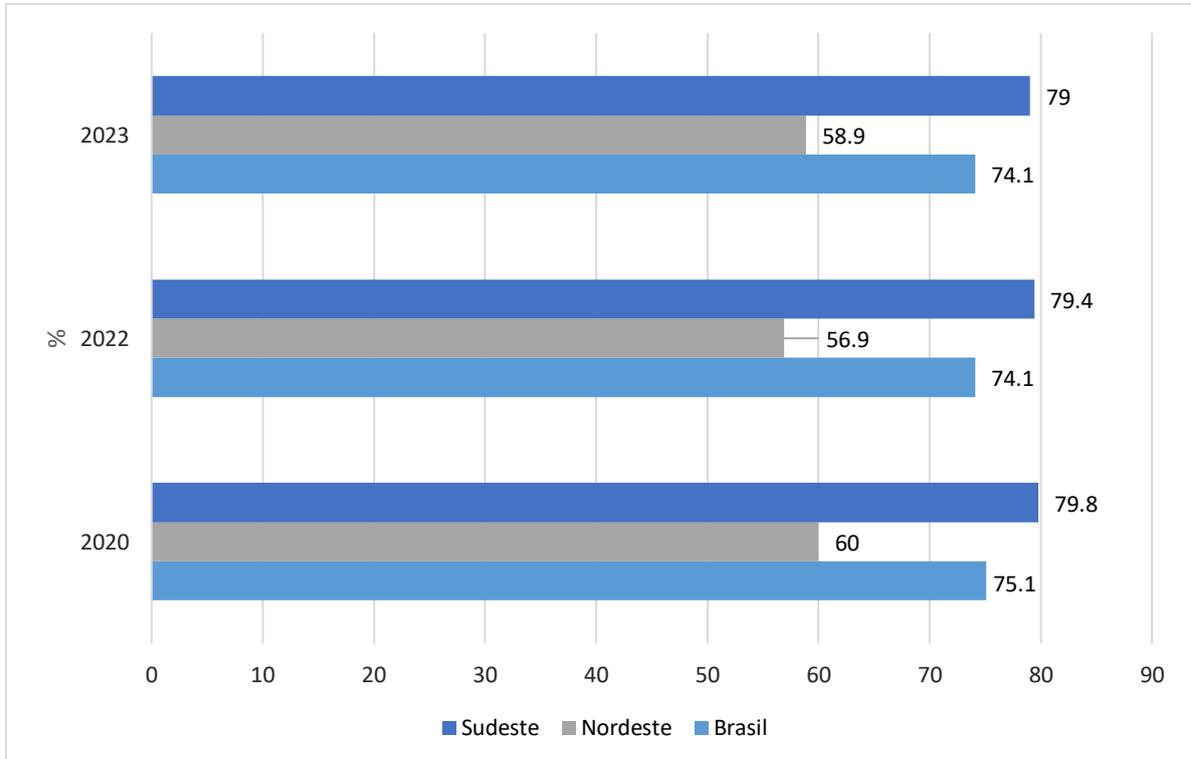
Neste interim, acompanhando os dados do 2º trimestre de 2023, as pesquisas revelam que a maior proporção de pessoas ocupadas se encontra no setor privado com 73,4%; nas posições seguintes, apresentando uma grande distância numérica, encontram-se o setor público com 18% e o trabalho doméstico com 8,6% (PNAD Contínua, 2023). Na categoria de emprego, no mesmo período, verifica-se que a maior distribuição de empregos com carteira

assinada pertence ao setor privado com 73,7%. De forma inversa, no trabalho doméstico, 74,5% encontram-se sem carteira assinada (PNAD Contínua, 2023).

Tais dados revelam a estrutura histórica do país, este ampliando cada vez mais o poder das instituições privadas no mercado de trabalho e a imensa distribuição de pessoas inseridas no trabalho doméstico sem carteira assinada, em outra interpretação, ocupadas no trabalho informal. Apesar dos dados disponibilizados pelo IBGE não detalharem o quantitativo de gênero e raça/cor entre a população ocupada no trabalho doméstico, historicamente, é sabido que são as mulheres pretas aquelas quem mais preenchem esse serviço.

Ao pensar nos números por região, o percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada no setor privado revela-se a categoria de ocupação com os números mais altos de todo o Brasil. O gráfico a seguir foi elaborado na tentativa de confrontar os dados entre as regiões Nordeste e Sudeste:

Gráfico nº 2 - Pessoas com carteira de trabalho assinada no setor privado (1º trimestre de 2023 - dados regionais)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (2023).

Nota-se uma maior estabilidade no Sudeste, apresentando números que ultrapassam as médias nacionais. No 1º trimestre de 2020, o percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada nesta região atingia 79,8%, mantendo-se estável durante e após a pandemia da Covid-19. Ao pensar nos dados do 2º trimestre, o Sudeste atingiu 81,7% em 2020 (PNAD Contínua, 2023), tornando-se a segunda região do país que mais ocupa trabalhadores com carteira assinada no setor privado. O panorama indica o crescimento das instituições privadas e o investimento em contratar força de trabalho, revelando, inclusive, que o mercado privado no Sudeste não foi afetado em níveis alarmantes durante a pandemia.

Em confronto, o cenário do Nordeste indica números mais instáveis e abaixo das médias nacionais. Sobre isto, o 1º trimestre de 2023 carrega o percentual de 58,9% de trabalhadores com carteira assinada no setor privado; o período pandêmico afetou os trabalhadores da região, perdendo 3% de pessoas com carteira assinada no setor privado em 2022 e recuperando-se apenas 1,1% em comparação com o início da Covid-19 (PNAD Contínua, 2023). Entre as regiões destacadas, o Nordeste foi aquela que mais sofreu baixas em população ocupada com carteiras assinadas no setor privado e é a localidade do país que está demorando mais para se recuperar.

Refletindo ainda sobre a ocupação dos trabalhadores, ao observar que a metodologia ampla do IBGE não se propõe a diferenciar as atividades formais e informais, é essencial investigar a percentagem da informalidade que seja a mais próxima da realidade. Para tal reflexão, considerar-se-á as categorias de ocupação (organograma nº 1). Quando se pensa nos trabalhadores familiares e nos trabalhadores por conta própria como informais, o país teria 27,5% dessa população na informalidade no 1º trimestre de 2023; se analisado os empregados sem carteira assinada, o setor privado carregaria 25,9% e o setor público 23,5% (PNAD Contínua, 2023) no número de informais. Seguindo uma média aproximada, 1/4 quarto da população brasileira estaria sem acesso a proteção social dos direitos trabalhistas.

Com a escassa informação dos indicadores sobre a informalidade brasileira, dados acerca de raça/cor, idade e gênero são inexistentes nos documentos trimestrais — utilizados nesta pesquisa. Encontram-se apenas os números que expressam uma totalidade da população ocupada ou não e, ainda assim, como compreendido ao longo deste texto, os números totais são incapazes de demonstrar a realidade de forma autêntica. No 2º trimestre de 2023, o número de mulheres em idade para trabalhar foi superior ao dos homens, sendo 51,7% contra 48,3%. Todavia, ao pensar nos percentuais de pessoas ocupadas na força de trabalho, as

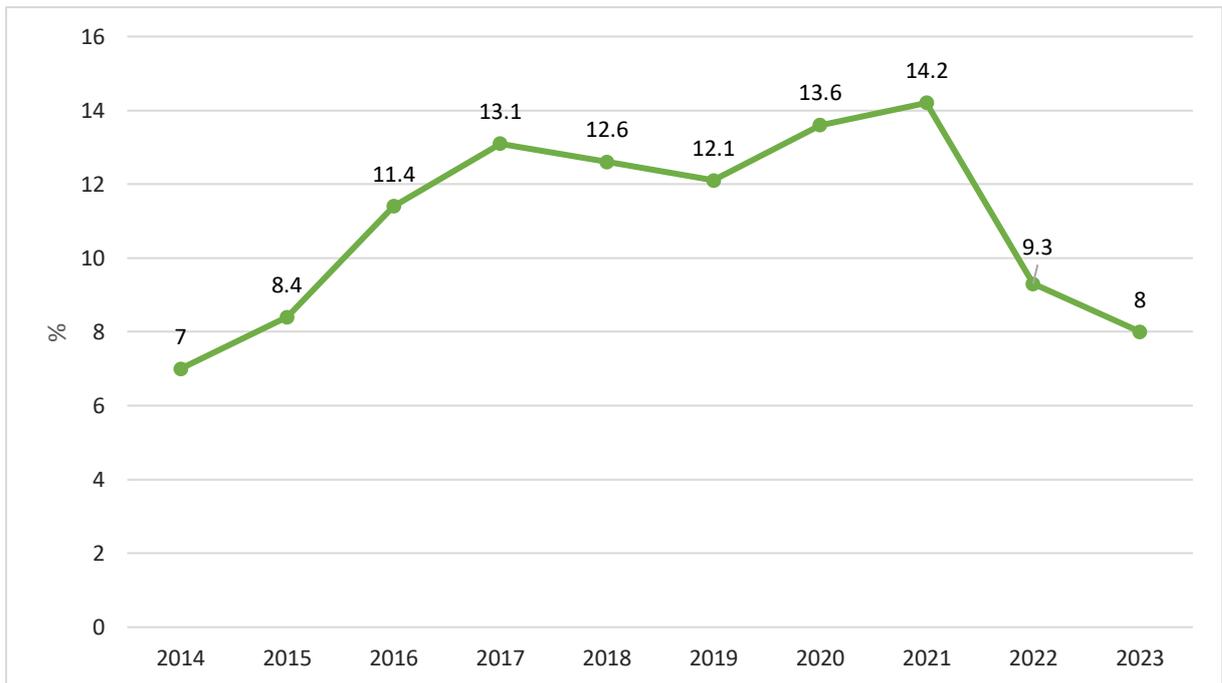
posições sofrem uma inversão, tendo os homens 57% de ocupação, enquanto as mulheres 43% (PNAD Contínua, 2023).

Somado a isso, na categoria raça/cor, no 1º trimestre de 2023 a população em idade para trabalhar parda supera a população branca, possuindo 44,8% e 42,8%, de modo respectivo (PNAD Contínua, 2023). Destaca-se que a Instituição divide a população em pardos e pretos, afastando as percentagens da realidade visto que ambos os grupos fazem parte da população preta. Como exemplo, na mesma pesquisa a população preta representaria apenas 11,2% das pessoas em idade para trabalhar. Tais números podem revelar a dificuldade da população brasileira em se enxergar como preta, por conseguinte, aumentando os percentuais do grupo pardo.

Sobre a questão da faixa etária, os dados refletem um baixo nível de ocupação do grupo com 60 anos ou mais, apesar de possuírem uma distribuição percentual mais alta em idade de trabalhar que a população mais nova. Em síntese, há mais pessoas em idade para trabalhar e dispostas a trabalhar possuindo 60 anos ou mais do que, a população jovem, com 24 anos ou menos. No 1º trimestre de 2023, 19% da população a partir de 60 anos se encontrava em idade de trabalhar, superando a população entre 18 e 24 anos que possuía apenas 12,8% (PNAD Contínua, 2023). Na mesma pesquisa, apura-se que 7,5% do grupo de idosos estava ocupado na semana de referência contra 3,2 desocupados (PNAD Contínua, 2023). Quando se pensa nos níveis regionais, o Nordeste possui os números mais baixos com 18,2% da população idosa em nível de ocupação; já o Sudeste aparece com 23,8% (PNAD Contínua, 2023).

Com a exposição dos dados até o presente momento, é notável que alguns grupos sociais são mais afetados com a desocupação do que outros. Diante do conceito de pessoas desocupadas, é válido lembrar que o IBGE (2023) examina para essa soma apenas as pessoas que estavam sem trabalho e procuraram por um vínculo na semana de referência. Dois grupos são excluídos: as pessoas que desistiram de encontrar trabalho; e aquelas que não procuraram de forma alguma (seja pela ausência de experiência profissional, de oportunidades na cidade em que residia; por ser considerado muito jovem ou muito idoso). Para essas particularidades, caracterizadas como “pessoas desalentadas” pelos indicadores do IBGE, não é divulgado nenhuma percentagem nas pesquisas da PNAD Contínua.

No gráfico a seguir, a amostragem demonstra a totalidade de desocupados mediante os números do 2º trimestre de 2023 da PNAD Contínua:

Gráfico n° 3 - População desocupada no Brasil (2° trimestre de 2014 a 2023)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD Contínua (2023).

De acordo com a metodologia do IBGE, o mercado de trabalho apresenta uma evolução positiva nas taxas de desemprego, tendo a percentagem mais baixa desde 2016, período onde a crise político e econômica estourava no país — válido enfatizar as Reformas que ocorreram durante o período. Os números, como dito antes, excluem a população desalentada e aquelas fora do mercado de trabalho pela ausência de condições sociais justas. Em comparação, no 1º trimestre de 2023, o país demonstrou que apenas 8,8% da população estaria em situação de desemprego, cerca de 9,4 milhões de pessoas desocupadas (PNAD Contínua, 2023) — 0,8 percentuais a menos que o 2º trimestre.

Destaca-se ainda que os indicadores do IBGE não quantificam o número de pessoas idosas aposentadas que desejam voltar para o mercado de trabalho, esse grupo é contabilizado como pessoas fora da força de trabalho. Outrossim, é viável ponderar o número de mulheres desocupadas e fora da força de trabalho, em virtude dos indicadores confirmarem a estrutura patriarcal e machista da sociedade brasileira. Apesar de serem maioria na população em idade de trabalhar, 53,7% das mulheres estão desocupadas e 64,3% fora da força de trabalho de acordo com os dados do 1º trimestre de 2023 (PNAD Contínua, 2023). Não foram encontrados informativos sobre as mulheres idosas, mas, pela tendência, espera-se que sigam os altos números de desocupação.

Nos casos destacados, as mulheres e as pessoas idosas são afastadas do mercado de trabalho para se ocupar por mais tempo em atividades não-remuneradas — indicando cuidados de casa, dos filhos e de familiares. Diante desse cenário, os números poderiam sofrer mudanças caso houvessem mais políticas sociais que beneficiassem exclusivamente as trabalhadoras, em todas as faixas etárias, para que fossem capazes de conciliar as atividades reprodutivas e as atividades remuneradas. Como exemplo, cita-se a Lei nº 14.457/2022, que institui o Programa Emprega + Mulheres, onde o objetivo é a inserção e a manutenção das mulheres no mercado de trabalho criando, com isso, mais condições para essa população permanecer ativa.

Ao identificar o distanciamento dos órgãos governamentais com a realidade da população brasileira, é preciso um exercício de reflexão que articule dados mais próximos da realidade. Diante do exposto, caso seja considerado os números apresentados até o momento: desocupados (9,4 milhões) e força de trabalho potencial (7,1 milhões; sendo 3,9 milhões desalentados), o Brasil teria, no início de 2023, cerca de 16,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho — em situação de desemprego, se for permitido ampla interpretação. Alcançando uma marca 2 vezes maior do que a contabilizada pelo governo.

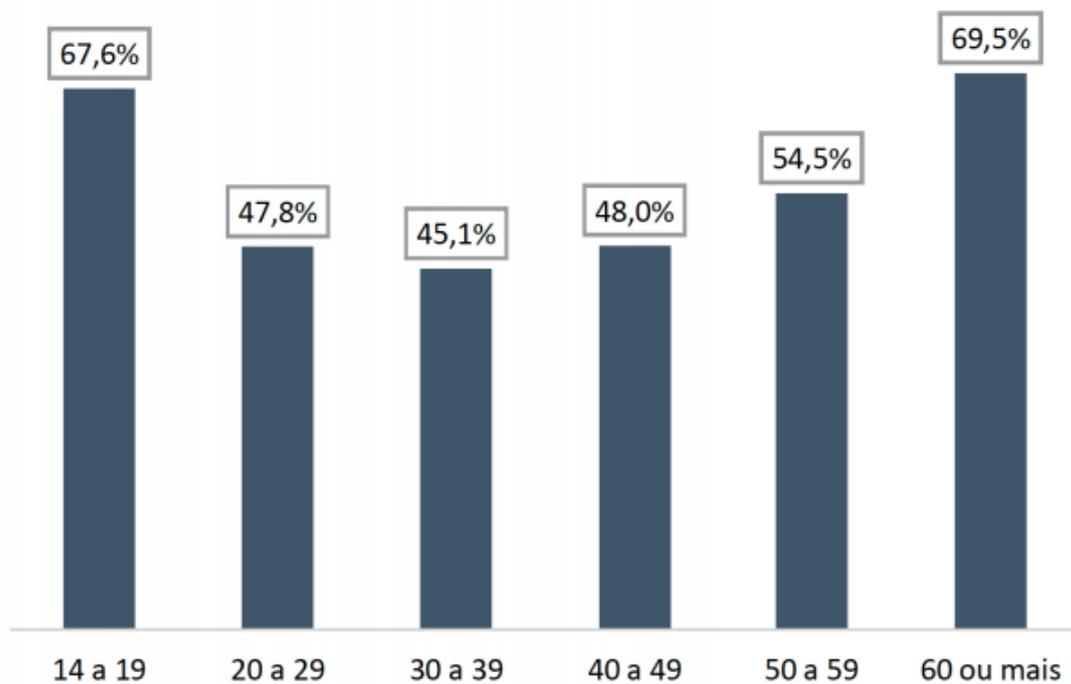
3.2. Estratégias da população idosa condicionada às atividades laborais

Somado a mistificação dos dados de desemprego, os números de trabalhadores informais percorrem o mesmo caminho de insuficiência de informações nas pesquisas divulgadas pelos órgãos governamentais. É possível encontrar organizações sem fins lucrativos que estudam a temática, proporcionando uma visão diferente da exposta pelo IBGE. Para exemplo, o Fundo Brasil (2022) utilizou uma metodologia que avalia “informais” todos os trabalhadores que são identificados como conta-própria, alcançando resultados interessantes. O número de pessoas ocupadas no trabalho informal seria de “[...] 40,1% de acordo com a metodologia do IBGE e por 50,4% quando se amplia para todas as pessoas que trabalham por conta própria” (Fundo Brasil, 2022, p. 24), caracterizando metade da população ativa como informal.

A pesquisa mencionada realiza ainda um estudo por faixa etária, mantendo-se na metodologia ampliada. Destaca-se, de antemão, que a interpretação do Fundo Brasil (2022) não se propôs a questionar os níveis da informalidade na população idosa. Há um curto

espaço onde se discute a temática, mas sem nenhuma análise dos motivos que levam as pessoas idosas a retornarem ao mercado de trabalho ou a prolongarem a força de trabalho ativo. O retorno ao mercado de trabalho provoca reflexões tanto por razões de sobrevivência/subsistência, quanto por pressão social, tendo em vista que o trabalho é uma atividade que garante status, reconhecimento e garante uma vida ativa na sociedade. Pensando na questão da idade:

Gráfico nº 4 - Evolução do trabalho informal no Brasil por faixa etária



Fonte: Fundo Brasil (2022).

Constata-se que a questão da informalidade atinge com mais força as extremidades do gráfico, ou seja, a população mais jovem e a mais velha do país. O ingresso ao mercado de trabalho informal é a principal porta para os grupos destacados, pois, diante das dificuldades em acessar o mercado formal, restam as pessoas idosas um trabalho precário e vulnerável. Além do mais, na interpretação do Fundo Brasil (2022), os números de trabalhadores informais aparecem com mais intensidade entre os homens, visto que são o grupo de maior percentagem na força de trabalho. São 51,7% dos homens ocupados no trabalho informal e 48,8% das mulheres, referente ao 1º trimestre de 2022 (Fundo Brasil, 2022).

Tendo em conta outros interlocutores sobre a temática, salienta-se a pesquisa de elaboração própria do Sebrae (2021), uma empresa privada, que verificou a questão do empreendedorismo na terceira idade utilizando os microdados disponibilizados pelo IBGE. Logo, a análise do Sebrae (2021) aceita os indicadores do órgão governamental, considerando como empreendedor todo aquele que está à frente de um empreendimento, com ou sem CNPJ, e que possuam ou não empregados. Dessa forma, trabalhadores por conta própria, donos de pequenos negócios e empregadores de pequenas ou grande empresas preenchem a categoria empreendedora.

Discute-se que o empreendedorismo é uma atividade de resposta a uma expressão da questão social, contudo, não objetiva resolvê-la. O desemprego, a pobreza, a precarização do trabalho formal e afins incentivam com que a população migre para trabalhar por conta própria. As pessoas idosas, além do exposto, possuem ainda a característica de serem descartadas do mercado de trabalho pelo fator da idade. Isto, somado a ideologia liberal, faz com que discursos rasos, que culpabilizam os próprios trabalhadores pela situação de desemprego e pobreza, sejam ampliados. Deste modo, a categoria empreendedora mascara uma realidade de trabalhadores precarizados tentando sobreviver ao capitalismo.

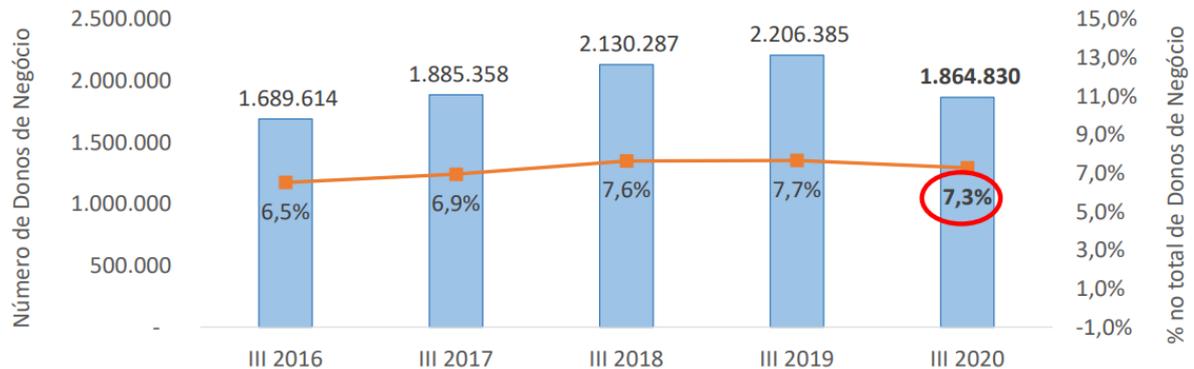
Os resultados do Sebrae (2021) confirmam a força de trabalho ativa da população idosa, mesmo com as condições precárias da informalidade. Nesse interim, existiam cerca de 1,9 milhão empreendedores com 65 anos ou mais no 3º trimestre de 2020, correspondente a 7,3% de pessoas idosas (Sebrae, 2021). Segundo a pesquisa, apesar da população destacada ser os que menos trabalham semanalmente, ocupam as maiores percentagens entre os trabalhadores que mais se dedicam em um único emprego com 98,8% e aqueles que estão há mais tempo na atividade empreendedora atual com 92% há mais de 2 anos (Sebrae, 2021).

Avaliando os dados regionais, o Sudeste é a localidade que mais concentra a população idosa empreendedora com 50%, seguido do Nordeste com 19%; em distribuição percentual, o estado de São Paulo teria 533.941 com 28,6%, e Pernambuco teria 54.546 com 2,9% do número de pessoas idosas instalados nessa categoria de trabalho (Sebrae, 2021). Destaca-se ainda que, em cenário nacional, a maior proporção é a de homens com 73% e pessoas brancas com 59% (Sebrae, 2021), acompanhando os dados apresentados da população ocupada na força de trabalho do IBGE.

Apesar do número elevado de empreendedores com 65 anos ou mais, de acordo com o Sebrae (2021), verifica-se que o período anterior a pandemia concentrava uma percentagem

ainda maior de ocupados. Na tabela a seguir, as evoluções dos números apresentam o cenário exposto:

Gráfico nº 5 - Evolução do empreendedorismo entre pessoas de 60 anos ou mais



Fonte: Sebrae (2021).

Antes da pandemia da Covid-19 o número de pessoas idosas ocupadas em trabalhos por conta própria ultrapassava os 2 milhões. Ocorre uma queda brusca no 3º trimestre de 2020 momento onde o cenário pandêmico atingia seu auge no Brasil; recorda-se que a população idosa fazia parte do grupo de risco e, aqueles que tiveram condições, fizeram um isolamento mais rígido — o alto número de internações e óbitos dessa faixa etária pode ter ocasionado a queda nos números, todavia o Sebrae (2021) não ergueu essa análise estatística.

Debatendo sobre a temática, a FPA (2020) em parceria com o SESC de São Paulo realizou uma pesquisa de opinião pública com cerca de 4 mil entrevistados e, sabendo que os levantamentos focados na população idosa são escassos, os resultados desta pesquisa podem ser úteis às discussões. Encontrou-se que 79% das pessoas de 60 anos ou mais utilizam o SUS como principal atendimento médico e 19% optam pelas unidades privadas; somado a isto, 62% conseguem medicações gratuitas através do SUS, porém, 71% de pessoas idosas se veem obrigadas a pagar pela medicação (FPA, 2020). Apesar do SUS ter uma grande importância na vida do grupo etário em destaque, a maior parte dos entrevistados necessita de mercadorias que a rede pública não é capaz de oferecer em grande demanda. Como consequência, utilizam o próprio dinheiro para fins de saúde.

Com essa demanda, possuir uma boa renda é essencial para se ter uma boa qualidade de saúde e de vida. Relatou-se que 95% das pessoas idosas possuíam alguma renda, sendo 64%

garantida pela aposentadoria (por idade, por tempo de serviço e por invalidez); 22% por algum tipo de trabalho remunerado; 12% por pensão (por morte, alimentícia e vitalícia); e somente 4% obtinham sua renda principal do BPC ou do Bolsa Família (FPA, 2020). Com os dados, vê-se que apesar da dificuldade cada vez maior em se aposentar, a previdência ainda é a principal fonte de renda da maioria das pessoas idosas.

Na categoria trabalho, segunda maior fonte de renda para a população destacada, 73% não exercem nenhuma atividade e 25% permanecem ativos em alguma atividade, destes, 11% são aposentados e continuam trabalhando, e 14% não são aposentados e permanecem no mercado de trabalho (FPA, 2020). Entre os entrevistados, comprova-se que a aposentadoria permite que boa parte da população idosa se estabeleça fora da força de trabalho, entretanto, para os 25% ativos no mercado, formulando 1/4 quarto de pessoas idosas na força de trabalho, o ingresso na informalidade se transforma na porta de entrada mais acessível, com 15% dos trabalhadores idosos inseridos no mercado de trabalho informal (FPA, 2020).

Interessante confrontar as diferentes visões sobre a informalidade, uma vez que, para o IBGE, as pessoas idosas aposentadas são encaixadas na categoria “fora da força de trabalho”. As percentagens trimestrais não revelam com clareza quantos aposentados permanecem no mercado de trabalho ou quantos destes desejam volver ao trabalho, seja para garantir uma renda financeira maior, seja por motivos de status e interações sociais. Nos levantamentos do órgão governamental, também não é explicitado o percentual dos considerados “desalentados” e quantos deles são aposentados que desejam voltar para a força ativa de trabalho. E, como observado pela FPA (2020), cerca de 11% dos aposentados continuam ativos na força de trabalho, gerando, portanto, um debate necessário.

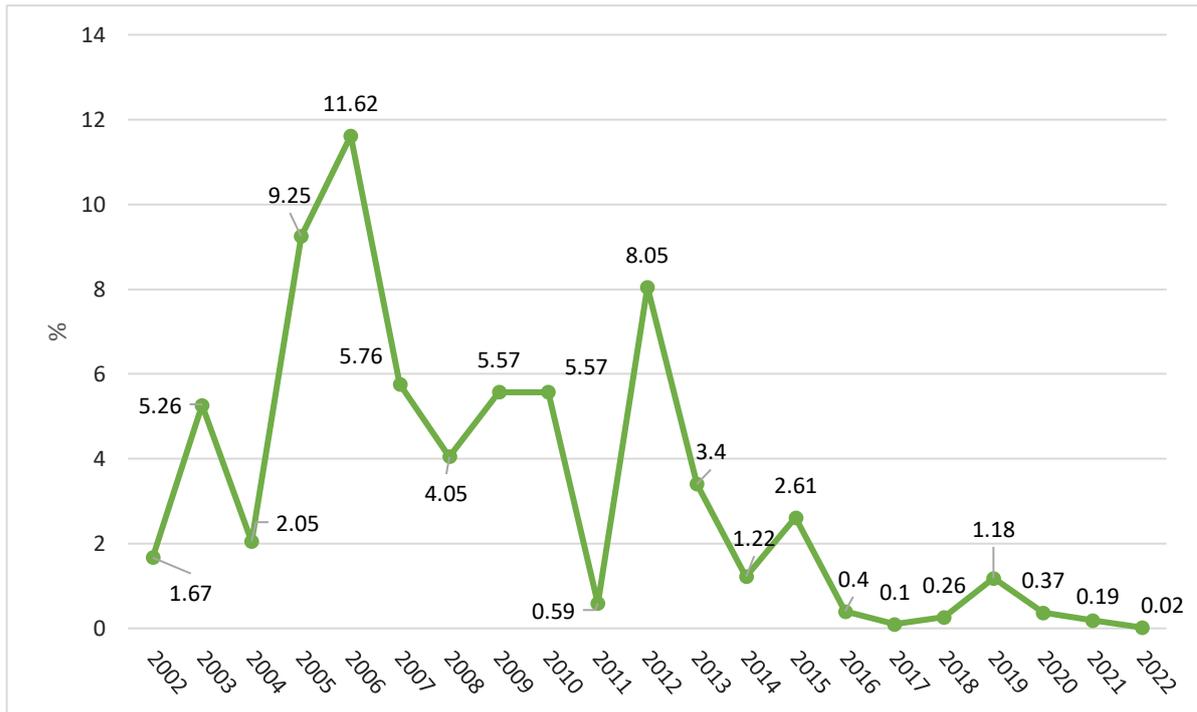
Percorrendo a questão de gênero, a pesquisa em discussão concluiu que os homens são a maioria ocupados no trabalho formal e informal, coincidindo com os levantamentos debatidos anteriormente neste texto. Têm-se 34% dos homens e 18% das mulheres ainda inseridos no mercado de trabalho. No entanto, quando pensado no trabalho não-remunerado⁹, as mulheres possuem 10% a mais que os homens e, estas, são a maioria sem receber nenhum tipo de remuneração mensal, com 8% (FPA, 2020).

Sobre a renda, o resultado da pesquisa demonstra que 69% das pessoas idosas ganhavam em média 2 salários mínimos por mês, 13% de 2 a 5 salários mínimos, e 3% mais de 5 salários mínimos (FPA, 2020). Isto posto, deve-se pensar em qual seria o salário mínimo

⁹ Ver Ávila e Ferreira (2014) “Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras”.

ideal para que a população brasileira tenha uma boa qualidade de vida. Para tal, o jornal Extra (Lopes, 2022) vinculado ao Grupo Globo buscou listar o reajuste do salário mínimo nos últimos 20 anos, utilizando os microdados divulgados pela IPEA, IBGE, IPCA, INPC e pelo DIESSE, como revela a tabela:

Gráfico nº 6 - Evolução da diferença do poder de compra e do reajuste anual



Fonte: Elaboração própria com base nos dados divulgados pelo jornal Extra (Lopes, 2022).

Ao contrastar a percentagem do poder de compra dos consumidores e o reajuste anual do salário mínimo, averigua-se que apesar dos números aparentarem um destaque positivo, tendo uma percentagem alta em alguns anos, a média de reajuste do país nos últimos 20 anos foi apenas de 9%, equivalente a R\$ 50,00. Nota-se que a primeira década dos anos 2000 ainda assim apresentava bons destaques quando comparada com a segunda década que demonstra forte instabilidade. A partir de 2016, os números iniciam um processo de queda sem nenhuma perspectiva de regressar as percentagens dos anos anteriores.

Outrossim, comparando o reajuste com a conversão em reais para o salário mínimo vigente, destacam-se 2004, 2007 e 2018 com os menores valores, respectivamente: R\$ 20,00, R\$ 30,00 e R\$ 17,00 (Lopes, 2022). Entre os anos com as maiores alterações no salário

mínimo, enfatizam-se 2012, 2016 e 2022, na devida ordem: R\$ 77,00, R\$ 92,00 e R\$ 112,00 (Lopes, 2022). Os anos em que o reajuste (%) acompanhou o INPC foram os anos onde o salário mínimo recebeu os maiores aumentos; em contrapartida, os anos em que o reajuste (%) ficou abaixo dos percentuais do INPC ou este apenas apresentou um poder de compra muito pequeno, foram os anos em que o salário mínimo teve as menores alterações.

Além do mais, o baixo índice do reajuste a partir de 2016 coincide com a diminuição da população ocupada (gráfico nº 1) e com o aumento da população desocupada (gráfico nº 3), apresentando números positivos para o governo somente a partir de 2022. Destarte, compreende-se que a alteração do salário mínimo pode influenciar os números do desemprego no país. Pontua-se que a diminuição da população desocupada acompanha a estimativa do reajuste para o próximo ano, que prevê 7,65%, ampliando o salário mínimo de R\$ 1.320 para R\$ 1.421 (Mugnatto, 2023). Caso seja concretizado, 2024 será o 3º ano consecutivo com reajustes acima de R\$ 100,00.

Resgatando os dados da FPA (2020), a maior parte da população idosa tinha como renda em média 2 salários mínimos por mês, cerca de R\$ 1.760 no ano de referência da pesquisa (FPA, 2020). De acordo com o jornal Extra (Lopes, 2022), em 2020 o salário mínimo era de R\$ 1,045; se comparado com a média salarial das pessoas idosas entrevistadas pela FPA (2020), encontra-se que o valor recebido pelo grupo é ainda menor: cerca de R\$ 300 a menos do que o valor total de 2 salários mínimos no ano indicado da pesquisa (R\$ 2.090). Ademais, os cálculos do site Debit (Tabelas do INSS, 2023), no início de 2023, revelam que o valor mínimo pago pelo INSS era de R\$ 1.320,00, mantendo um número 5 vezes menor do que o salário mínimo necessário para que o cidadão brasileiro tenha uma vida digna.

Segundo o jornal O Tempo (Inflação, 2023), a média de inflação dos aposentados fechou 2022 com 6,4%, com isso, ficando acima do reajuste do INSS de 5,93%; em comparação, o IPCA foi de 5,79% em dezembro de 2022 (IBGE, 2022). Tais números indicam que a população idosa é a mais afetada pelas taxas de inflação do país. Destaca-se que a inflação dos aposentados, ou IPCA Aposentados, calcula o consumo para domicílios com ao menos uma pessoa que recebe aposentadoria ou salários da previdência complementares e é realizada pelo Instituto de Longevidade, uma organização sem fins lucrativos.

Ressalta-se que o consumo das famílias que possuam pessoas com 60 anos ou mais, aposentados ou não, tem gastos concentrados nas áreas da saúde e alimentação, uma vez que transporte, educação e habitação são consumos das faixas etárias mais baixas (Inflação, 2023).

Em setembro de 2023, foi divulgado que a categoria "Saúde e cuidados pessoais" teve alta de 8,2% e a percentagem total do IPCA Aposentados acumulada nos últimos 12 meses com elevação de 5,1% (Instituto de Longevidade, 2023).

Consumindo produtos mais caros e ganhando uma renda mensal abaixo do salário mínimo, o retorno ou permanência prolongada da população idosa no mercado de trabalho é uma questão de sobrevivência muito além do que o divulgado nos percentuais de dados. Outro fator a se considerar é a inversão da pirâmide etária, porque demonstra uma realidade onde a população está vivendo mais e trabalhando por mais tempo. E, conforme examinado nos percentuais da população desocupada compartilhados pelo IBGE (2023), a questão da idade traz impactos diretos no mercado de trabalho, que tende a fechar as portas para as pessoas idosas e, por conseguinte, amplia ainda mais o excedente de trabalhadores.

Nesse interim, será proveitoso expor uma última pesquisa sobre a temática do desempregado antes de sintetizar as reflexões da presente análise. Para tal, serão levantamentos os dados do CAGED e do IPEA, ambos de setembro de 2023. Em mais recente carta de conjuntura, o Instituto revelou que o saldo de empregos gerados no Brasil até a data mencionada é de 1.599.918, acarretando uma percentual 27% menor que o ano passado (Hecksher; Lameiras, 2023). Enquanto a população de 18 a 24 anos ocupou cerca de 1,1 milhões de novas vagas de trabalho, a faixa etária a partir dos 50 anos teve um saldo negativo com 176,7 mil (Hecksher; Lameiras, 2023).

Conforme os dados, observa-se que a dificuldade em se inserir no mercado de trabalho é maior para a população mais velha, enfatizando as problemáticas de idade. Segundo reportagem da Brasil (2023), uma pesquisa realizada com 200 empresas brasileiras relatou que a taxa de pessoas com 50 anos ou mais inseridas no quadro funcional dessas organizações é de apenas 6% a 10%. De acordo com o levantamento, 78% das empresas entrevistadas afirmaram ser etaristas e possuir barreiras para contratação de trabalhadores nessa faixa etária (Brasil, 2023).

Vê-se, portanto, uma enorme contradição na dinâmica trabalhista, pois, enquanto as modificações da previdência aumentam o tempo de contribuição do trabalhador e a idade mínima para se aposentar, ao mesmo tempo, fica cada vez mais difícil se manter no mercado de trabalho. Tal instabilidade não faz referência a nenhuma falha do capitalismo, mas, sim, a um objetivo concreto que busca criar empecilhos para o trabalhador, dificultando ou impossibilitando o ingresso da população na aposentadoria. Válido dizer que a Reforma da Previdência, em vigor desde 2019, estabeleceu uma regra progressiva onde a idade mínima irá

avançar 6 meses a cada ano. De acordo com Elias (2023), a mudança foi realizada para evitar uma transição brusca ao acesso do INSS.

Ademais, antes da reforma de 2019, a população era capaz de se aposentar por tempo contribuído, sem necessitar de uma idade mínima estabelecida. Agora, para ingressar na aposentadoria, é exigido uma idade fixa. Os homens precisam ter pelo menos 65 anos e as mulheres, 62 anos (Elias, 2023). Calculando a progressividade do INSS, para se aposentar em 2023 os homens devem possuir no mínimo 63 anos e as mulheres 58. Esses indicadores revelam, de início, uma preocupação com os debates a respeito da inversão da pirâmide etária onde é previsto que a população idosa sobreponha a mais jovem até 2050 e, à vista disso, se faça necessário prolongar o tempo de contribuição dos trabalhadores.

Analisando que as políticas sociais, bem como suas alterações, são mediadas pelo Estado, deve-se pensar nos interesses desse importante agente que, na modernidade, representa a principal organização de muitas sociedades. Destaca-se, que o Estado não pertence a nenhum governo, constitui um poder estrutural, uma construção social com objetivos variados. Por síntese, a entidade seria um conjunto de expressões que visam o controle de classes ou ainda um conjunto de pensamentos dominantes. Entende-se que as ideias dominantes de uma sociedade são moldadas através de sua classe dominante, dessa forma, sendo seguidas pela massa da população, pelo Estado, pela cultura ou pela mídia.

É possível dizer que o Estado carrega uma expressão contraditória. Vê-se, como exemplo, a aposentadoria. Após um longo período de contribuição para o mercado de trabalho, é direito social do trabalhador — garantido pela Seguridade Social — receber um valor ao se aposentar ou perder a capacidade de trabalhar, todavia, a aposentadoria em si não gera lucro algum para o Estado, nem supre as necessidades da classe dominante. Através dessa reflexão, pode-se concluir que as dificuldades em acessar a aposentadoria são um objetivo concreto para o Estado e para a classe dominante, portanto, sendo mais vantajoso que a previdência seja extinta do que ser melhorada para cobrir uma maior parcela da população.

Além do mais, é crucial salientar que os ataques à previdência estão atrelados a Reforma Trabalhista de 2017 momento em que a condição do trabalhador decaiu. Nas modificações, a Lei nº13.467/2017, que altera a CLT, incluiu o trabalho intermitente como trabalho formal, abrindo portas para que os empregadores ampliassem as condições precarizadas e subalternas do trabalhador. Para a Rocha (2022), em reportagem da CUT, as novas regras da CLT condicionaram o país a registrar um maior número de desemprego e de informalidade, reduzindo as chances da população em ingressar na aposentadoria.

Em suma, as reflexões apresentadas indicam que o valor do trabalhador está em sua força de trabalho. Ao deixar de vendê-la, aposentando-se pela previdência ou sendo contemplado pelo BPC, o indivíduo entra em mais um círculo de contradição do capital, pois, sua utilidade é diminuída — visto que, em teoria, não possui mais mercadoria para vender e ajudar a produzir mais lucro —, todavia, o capital ainda precisa da pessoa idosa para reproduzir novas forças de trabalho e consumir a mercadoria que outros trabalhadores produziram. Deve-se considerar os pensamentos que mediaram o início deste estudo, porque o aumento da longevidade e o crescimento absoluto da população idosa podem indicar uma maior permanência no mercado de trabalho.

Os dados analisados revelam que um grande contingente de trabalhadores estão desempregados, em situações de trabalho precarizadas, dessassistidos da proteção social e outro contingente — este em tendência de crescimento — são excluídos do mercado de trabalho por terem ultrapassado uma determinada idade. A reflexão proposta é compreender que, em um futuro próximo, a população brasileira terá mais pessoas idosas do que jovens e não haverá emprego para todos. A perspectiva que se visualiza aqui é a ampliação descomunal do exército industrial de reserva e condições de exploração cada vez mais intensas. Por fim, pretende-se sintetizar as principais análises do texto e encaminhar as interpretações realizadas para possíveis respostas ou estudos. As conclusões sobre a questão das pessoas idosas inseridas no mercado de trabalho serão realizadas no capítulo final.

Percebe-se que a forte mistificação dos indicadores nacionais traz uma visão muito ampla sobre os cenários onde a população está inserida. Os dados sobre o mercado de trabalho nem sempre mostram um resultado preciso sobre a realidade brasileira, que é carregada de particularidades de gênero, raça/cor, idade, território, condições precárias no emprego, na sociedade, nas dinâmicas econômicas, políticas e culturais. Somado a isso, a problematização dos trabalhadores idosos não é estudada com afinco pelos indicadores nacionais e, mesmo com empresas privadas ou sem-fins lucrativos buscando pesquisar o assunto, ainda é escasso o número de reflexões quantitativas sobre a temática.

Atendendo-se a taxa de participação na população total, dos 81% de pessoas em idade para trabalhar, 19% representavam pessoas idosas (IBGE, 2023). Os números indicam que, em vários casos, a população de 60 anos ou mais consegue superar ou iguala-se a população mais jovem, entre 18 e 24 anos. A situação se repete no mercado informal com a média de 2 milhões de pessoas idosas inseridas no setor de empreendedorismo (gráfico nº 5), sendo a faixa etária mais atingida pela informalidade com 69,5%, segundo o Fundo Brasil (2022). Os

dados comprovam o aumento acelerado da população idosa e da procura cada vez mais acirrada no mercado de trabalho. Com os jovens sendo a primeira opção dos empregadores, a competitividade do mercado empurra os trabalhadores idosos para a informalidade.

Enfatiza-se ainda que a aposentadoria não indica um afastamento do mercado de trabalho de modo obrigatório. De acordo com os resultados da FPA (2020), 25% das pessoas idosas continuam em alguma atividade remunerada, sendo 11% aposentados e 14% não aposentados. Refletindo nas razões de aposentados permanecerem ou retornarem ao vínculo empregatício, entende-se que a população idosa além de ter a tendência de receber menos de 1 salário mínimo com a previdência, acaba pagando mais caro nas necessidades básicas como medicamentos e alimentação. Enquanto o IPCA de 2022 foi de 5,79%, a inflação do aposentados fechou o mesmo ano com 6,4% (Inflação, 2023).

Logo, a permanência ou retorno ao mundo do trabalho ocorre, muitas vezes, por motivos de sobrevivência, tanto para pessoas já aposentadas, quanto para aquelas que ainda não conseguiram acessar a previdência. Apesar dessa necessidade latente do grupo de idosos, o mercado de trabalho possui resistência a contratar pessoas acima dos 50 anos, dificultando que essa parcela da população consiga ter uma renda no final do mês. Para as contagens do CAGED e IPEA, a faixa etária destacada possui um saldo negativo de contratações com 176,7 mil pessoas (IPEA, 2023), em contrataste, os mais jovens são aqueles que mais ocupam as novas vagas de trabalho com 1,1 milhões de pessoas entre 18 e 24 anos (IPEA, 2023).

Conforme ocorre um aumento da expectativa de vida, amplia-se as oportunidades do capitalismo em expandir a idade mínima para a aposentadoria. O objetivo é tornar o ingresso a previdência cada vez mais difícil e distante da realidade do trabalhador brasileiro até que a política social não tenha mais razão para existir. Somado a isso, as constantes modificações na CLT (que poderão ser estudadas no futuro), intensificam a precarização do trabalhador, abrindo espaço para os avanços das instituições privadas, o desmonte dos sistemas públicos e a exploração no trabalho de forma legitimada pelo Estado.

Por fim, de forma intrínseca com o mundo do trabalho remunerado, há expressões do trabalho reprodutivo¹⁰ que mantém 53,7% das mulheres desocupadas e 64,3% fora da força de trabalho (PNAD Contínua, 2023). É histórico que as mulheres são empurradas para os trabalhos não-remunerados, enquanto os homens se ocupam em atividades fora de casa. A situação persiste em todas as idades, de acordo com a FPA (2020), 34% dos homens idosos e

¹⁰ Ver Ávila e Ferreira (2014) “Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras”.

18% das mulheres idosas estão inseridos no mercado de trabalho, confirmando a alta desocupação das mulheres. Destaca-se que as mulheres idosas permanecem 10% a mais que os homens no trabalho não-remunerado e 8% delas não possuem nenhum tipo de remuneração mensal (FPA, 2020).

Com as informações trazidas ao longo do texto, pode-se notar a precariedade da população idosa em diversos cenários, desde o trabalho, aos direitos sociais, a visibilidade e a remuneração mensal. Além disso, sendo um dos grupos etários que mais tendem a crescer nos próximos anos, é fundamental enfatizar e refletir em possíveis estratégias para solucionar as problemáticas destacadas. Isto posto, as análises feitas neste texto provocaram a abertura de novos diálogos que são de extremo interesse para a pesquisa, para tal, um segundo momento de reflexões terá início a seguir.

4. O IMPACTO DAS CONTRARREFORMAS NAS POLÍTICAS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS IDOSAS

Neste momento, a pesquisa busca aprofundar os temas abertos na discussão com a finalidade de compreender outras faces da problemática levantada. A fim de estudar o último objetivo deste trabalho, o capítulo presente irá investigar os dados nacionais do AEPS, com foco nos anos de 2020 a 2022, e os últimos levantamentos realizados por organizações privadas sobre a previdência complementar e seus benfeitores. O intuito deste desdobramento é visualizar os desmontes enfrentados pelos setores da previdência social e da saúde, eixos cruciais para o campo da Seguridade Social. Visa-se, em seguida, estudar as restrições orçamentárias da saúde pública e os avanços da saúde privada. Considerar-se-á, para tanto, as disputas políticas que ocorrem no Brasil desde 2015, todavia, a pesquisa não se expandirá nas análises dessas atividades.

4.1. Sistematização acerca do trabalhador informal e da proteção social

No capítulo anterior, foi apurado informações sobre várias faces do mercado de trabalho, passando pela mistificação dos dados, pelo cenário do trabalho formal, do informal e do serviço autônomo, conhecido como empreendedorismo. Cada um dos cenários é permeado por suas particularidades, porém muito se encontrou de similar nos dados compartilhados. É visto uma alta participação dos homens, em todas as áreas, apesar de serem as mulheres aquelas com maior número em idade para trabalhar. Constatou-se, sobretudo, que a população idosa está ativa em cada uma das áreas discutidas, vendendo a mão de obra para o mercado com idades, em diversas áreas, que ultrapassam a indicada para o acesso à aposentaria.

O avanço das entidades privadas é uma constante no país, atraindo a atenção dos trabalhadores que não conseguem um vínculo no setor público. Para relembrar, a maior distribuição de empregos com carteira assinada pertence ao setor privado com 73,7%, próximo do percentual total de brasileiros no mesmo setor com 74,1% ocupados em empregos privados (PNAD Contínua, 2023). Em questão de saúde, 19% das pessoas de 60 anos ou mais optam pela sistema privado e 71% de pessoas idosas se veem obrigadas a pagar pela própria medicação (FPA, 2020). Essa discussão abre caminhos significativos, uma vez que, ao pensar

na pessoa idosa inserida no mercado de trabalho, resgata-se a instituição que mais recebe a população: o setor da saúde.

De acordo com a ONU (2019), até 2100, a população idosa terá um crescimento em números absolutos de 15,2 vezes. Nota-se um fenômeno mundial onde questões como transição demográfica, diminuição da mortalidade e da fecundidade, e o aumento da longevidade, estão em pauta entre estudiosos de diversas áreas. Para a ENAP (2021), a modificação na pirâmide etária é vista, principalmente, por causa do desenvolvimento das sociedades modernas que melhoraram de modo significativo as condições sanitárias, intensificaram a tecnologia na produção de alimentos, remédios e vacinas, ampliaram o mercado de trabalho com a inserção das mulheres e, por conseguinte, aumentaram o custo de vida e o ritmo acelerado da população.

Como dito no capítulo passado, o país tem presenciado um aumento gradativo da taxa de participação das pessoas idosas na força de trabalho, apontando que os brasileiros estão trabalhando por mais tempo e com condições mais precarizadas. Em 2023, 19% da população a partir de 60 anos se encontrava em idade de trabalhar (PNAD Contínua, 2023), todavia, por causa das barreiras para contratação de trabalhadores nessa faixa etária, o grupo teve um saldo negativo com 176,7 mil em relação a ocupação de novas vagas de trabalho (IPEA, 2023). Em 2050, segundo a ONU (2019), as pessoas idosas representarão a maior parcela da sociedade, logo, é crucial examinar quais são os planejamentos do Estado para atender essa população futura. Deve-se refletir não apenas no cuidado à população destacada, como também no aumento da longevidade. Acima de tudo, se o Estado está pronto para uma sociedade com mais aposentados do que contribuintes.

Ampliando o debate sobre a manifestação do trabalho diante da população idosa, observa-se que a contribuição para a previdência social é outro desdobramento crucial a ser analisado. A priori, salienta-se algumas hipóteses relacionadas ao cenário mencionado. O capítulo anterior discutiu o avanço das empresas privadas e a dinâmica que impulsiona as pessoas idosas para o mercado informal. Dos empregados sem carteira assinada, o setor privado carrega 25,9% dos informais e o setor público 23,5%; tendo em conta os trabalhadores familiares e trabalhadores autônomos como informais, o país teria 27,5% dessa população na informalidade (PNAD Contínua, 2023). Em média, 1/4 da população brasileira pode ser considerada fora da proteção social dos direitos trabalhistas.

Por conseguinte, uma grande parcela dos trabalhadores não é contemplado pelos benefícios da previdência social. Para este grupo, existe a opção de se aposentar por meio do

BPC, porém, a possibilidade se revelou baixa quando examinado que apenas 4% dos entrevistados pela FPA (2020) obtinham sua renda principal do BPC e 14% da população idosa não era aposentada e mantinha-se ativa em algum vínculo empregatício (FPA, 2020). Há de se pensar também que o reajuste do salário mínimo não é capaz de garantir uma vida digna para o grupo destacado, sendo insuficiente para cobrir as despesas mínimas de uma família. Deste modo, a permanência da pessoa idosa no mercado de trabalho é uma questão muito atrelada a sobrevivência do usuário.

A previdência social, apesar dos apontamentos, é um importante pilar para a Seguridade Social e um direito fundamental conquistado para a população brasileira. Isto posto, ao analisar o mercado de trabalho, as reflexões sobre o setor previdenciário são atraídas de forma orgânica. Para discutir as questões do trabalhador idoso e as dinâmicas do Estado brasileiro, dois momentos despertam atenção: a Reforma Trabalhista em 2017, que modificou a CLT; e a Reforma da Previdência em 2019, que tornou obrigatório uma idade mínima para se aposentar. As duas articulações fogem do recorte temporal estipulado para a pesquisa, mas são válidos de discutir em contrapesos com os dados que serão erguidos a seguir.

Tratando das disputas políticas e econômicas, há de se pensar ainda nos cortes de verba que o setor da saúde recebeu ao longo dos anos, tendo em vista que o setor participa com frequência da vida da população idosa. Pondera-se que os baixos orçamentos direcionados para a saúde pública acarretam em sobrecargas no sistema e, destarte, empurra os usuários a migrarem para os serviços privados. Como indicado no capítulo passado, 62% das pessoas com 60 anos ou mais conseguem medicações gratuitas através do SUS, porém, 71% dos entrevistados afirmam serem obrigados a pagar pela medicação (FPA, 2020). Conforme a problemática da pesquisa, analisa-se que uma das principais razões para o retorno ao mercado de trabalho da população idosa é a necessidade de ter uma renda que seja suficiente para gastos de saúde, de alimentação e de moradia.

Recorda-se que o consumo das famílias que possuam pessoas com 60 anos ou mais, aposentados ou não, tem gastos concentrados nas áreas da saúde e alimentação, uma vez que transporte, educação e habitação são consumos das faixas etárias mais baixas (Inflação, 2023). Em muitos casos encontrados, a renda da pessoa idosa segue como a principal fonte de renda da família, indicando que as atividades gratuitas do SUS são essenciais não apenas a respeito dos cuidados de saúde, como também na contenção de gastos para essas famílias. Além do mais, em setembro de 2023, foi divulgado que a categoria "Saúde e cuidados pessoais" teve

alta de 8,2% e a percentagem total do IPCA Aposentados acumulada nos últimos 12 meses com elevação de 5,1% (Instituto de Longevidade, 2023).

Os dados trazidos no capítulo 3 investem na hipótese de que a população idosa é a mais afetada pelos gastos básicos, como saúde e alimentação, e recebe os menores reajustes. Soma-se a esta problemática, a dificuldade do grupo idoso em se estabelecer no mercado de trabalho formal, impulsionando-os para a informalidade. O crescimento dos trabalhadores informais traz à tona pensamentos populares de que atividades autônomas são mais remuneradas ou oferecem maior liberdade para o empregado. Todavia, é constatado que o grupo além de não possuir proteção social digna, acabam sendo mais precarizados, trabalhando por mais horas e realizando um número maior de funções.

O texto seguinte procurará ampliar os temas que o primeiro momento de discussão abriu, bem como analisar as consequências das disputas políticas nos setores da saúde e da previdência social, enfatizando o recorte temporal estipulado para a pesquisa. Serão resgatados as análises feitas previamente, contrastando-as com novos dados e reflexões, na tentativa de estudar o efeito das contrarreformas na vida do trabalhador idoso. Deverá ser examinado a evolução das instituições privadas no Brasil e de que forma o crescimento afeta as instituições públicas. Buscar-se-à, por fim, pensar nos interesses políticos e econômicos que interferem nas políticas sociais da Seguridade Social voltadas para a população idosa e de que forma o Estado pensa o futuro dessas políticas.

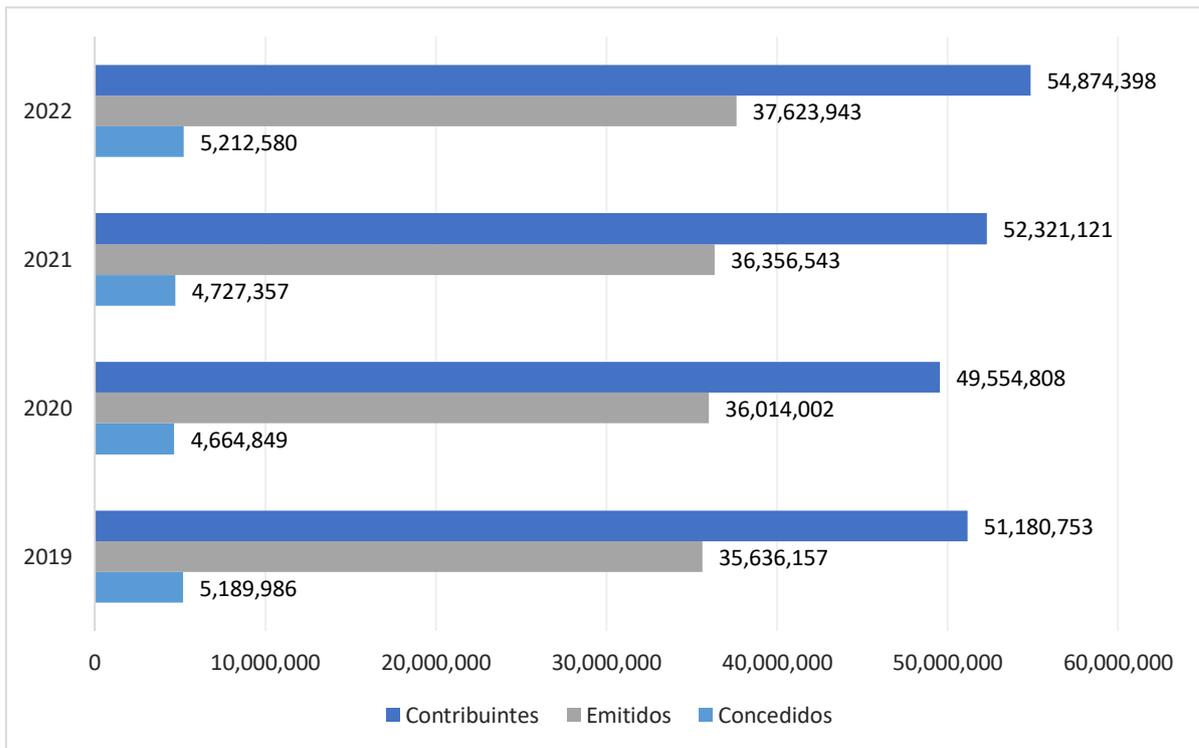
4.2. Previdência social e envelhecimento do trabalhador

4.2.1. Previdência pública: acesso e uso dos benefícios

Completando a discussão iniciada no capítulo antecedente, o gráfico abaixo demonstra que apesar do Brasil ter um número elevado de contribuintes para a previdência pública, o benefício a aposentadoria é concedido cada vez menos. Ressalta-se que o ano de 2023 ainda não foi divulgado pelo site do Ministério de Previdência Social, todavia, interpretando que os números têm poucas variações, espera-se que os novos dados sigam o mesmo ritmo dos antecessores. Em 2021, de acordo com a divulgação realizada pelo AEPS, o Brasil teve 36 milhões de benefícios emitidos e, destes, apenas 4,7 milhões foram concedidos pelo INSS (AEPS, 2021), revelando uma grande problemática da questão previdenciária. Foram utilizados as mesmas nomenclaturas da divulgação oficial, mas, para fins de elucidação,

compreende-se que “emitidos” significa os “benefícios solicitados” e “concedidos” aqueles que foram “aceitos” pelo governo.

Gráfico nº 7 - Benefícios da Previdência Social (2019 a 2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INSS divulgados pelo AEPS (2021, 2022).

Por meio do gráfico nº 7, vê-se que o Brasil tem uma média de 50 milhões de brasileiros, entre 19 e 70 anos ou mais, contribuindo anualmente para a previdência. A quantidade de benefícios emitidos surge com um número elevado, tendo a média de 36 milhões de pedidos por ano. Quando calculado a percentagem entre os números de benefícios emitidos e dos concedidos, apenas 13% dos usuários alcançam a aposentadoria, mantendo 87% da população sem o benefício. Com uma exclusão tão grande, é compreensível que a quantidade de benefícios requisitados tenda a aumentar ano após ano. Isto posto, é necessário questionar o que leva o governo federal a autorizar uma quantidade tão baixa de aposentadorias.

Analisando a população que emitiu o benefício previdenciário em 2020, a maioria foi requisita por mulheres, com cerca de 20 milhões, enquanto os homens tiveram um quantitativo de aproximadamente 15 milhões (AEPS, 2020). Das aposentadorias emitidas, o

grupo de homens e mulheres tiveram um número próximo dos 10,5 milhões, mas, ao investigar as subcategorias, constatou-se que o grupo masculino conseguiu emitir o benefício da aposentadoria em maior quantidade por tempo de contribuição tendo cerca de 4 milhões de pedidos contra os 2 milhões do grupo feminino (AEPS, 2020). Por outro lado, as mulheres tendem a emitir o benefício da aposentadoria com maior ênfase utilizando o fator idade sendo em média 7 milhões contra os 4 milhões dos homens (AEPS, 2020).

Os números se mantêm próximos nos anos posteriores da mesma forma que as subcategorias do benefício da previdência. Assim, percebe-se que os homens emitem mais auxílios por doença, acidentes e por invalidez do que as mulheres (AEPS, 2022). Por sua vez, o grupo feminino emite mais benefícios por pensão por morte e maternidade (AEPS, 2022). Os dados indicam os privilégios de uma sociedade dominada pelo patriarcado e pelo machismo. Como discutido antes, as mulheres passam mais tempo em trabalhos não-remunerados com atividades de cuidado de casa e de familiares, sendo impelidas para fora do mercado de trabalho, pois utilizam seu tempo para os serviços reprodutivos. O cenário brasileiro limita as possibilidades de emissão dos benefícios previdenciários para as mulheres, que chegam à velhice possuindo menos tempo de trabalho do que os homens.

Acompanhando a mortalidade da população brasileira, comentada em outro momento, nota-se que os dados do AEPS reafirmam que o grupo masculino está mais sujeito a acidentes, invalidez ou morte. Tal fato pode ser exemplificado nos dados do capítulo anterior que evidenciaram uma alta percentagem de homens que se recusam ou adiam por muito tempo o cuidado médico. As mulheres, fazendo parte do trabalho não-remunerado, são encaminhadas pelo machismo intrínseco à sociedade a cuidarem dos homens da família, ou seja, quando não há uma presença feminina, os homens tendem a evitar medicações, exames de rotina ou consultas. É válido salientar que essas situações percorrem a vida das mulheres brasileiras desde tenra idade, alongando-se até a velhice.

Pensando nos benefícios concedidos, pouco se encontra sobre a questão de gênero e as especificidades de cada aposentadoria, porque ela não é priorizada. O foco das informações na categoria destacada está relacionado com valores e verbas concedidas. Entretanto, em números totais, os beneficiados no ano de 2020 alcançam um equilíbrio maior, sendo 2 milhões de homens e 2,6 milhões de mulheres com o benefício concedido (AEPS, 2020). Nos anos posteriores, o quantitativo se mantêm com 2,9 milhões de benefícios aceitos para as mulheres e 2,2 milhões para os homens (AEPS, 2022). Em relação a raça/cor, o AEPS não

divulga nenhum dado, seja por ausência de informações, seja por dar prioridade para outros indicadores que se apresentam no sistema de previdência.

Como analisado antes, os dados trimestrais da PNAD Contínua também se mostram escassos a respeito dos indicadores de raça/cor, principalmente quando analisado questões sobre emprego, informalidade e desemprego. Relembrando os dados do IBGE, ocorre ainda a desordem quanto a compreensão da população brasileira a respeito do que se classificaria como povo preto e pardo e, ademais, do que o próprio Instituto considera como sendo preto e pardo. Tais cenários se repetem nas divulgações do AEPS e demonstram um grande deficit de informativos nos órgãos governamentais.

Ao refletir na aposentadoria, importante destacar algumas discussões que apareceram na mídia ao longo dos anos. Em reportagens de 2020, o governo previu uma revisão e um endurecimento nas regras para a entrada e continuidade no BPC (Governo, 2020), planejando economizar 10 bilhões para os gastos nacionais por ano, afetando cerca de 2 milhões de pessoas. Anos mais tarde, apesar da troca de governo, os planejamentos de cortes foram mantidos. No início de 2023, debates sobre uma nova lei que permitiria ao INSS cortar aposentadorias por invalidez com mais de 10 anos estavam ganhando forças (Andrade, 2023) e, no mesmo ano, o governo vigente pretendeu identificar fraudes na lista de beneficiários do INSS com o intuito de economizar 20 bilhões (Moliterno, 2023).

Visualiza-se que existe uma grande comoção para ajustar, revisar ou eliminar gastos quanto as aposentadorias, seja através do INSS com tempo de contribuição, seja por benefícios garantidos pela LOAS para pessoas idosas e com pessoas deficiências. Nas reportagens destacadas, encontram-se planos de governos justificando os ajustes nos gastos por acreditarem que a população utiliza as regras dos programas sociais para usufruir de um benefício sem necessitarem. (Moliterno, 2023). A presente pesquisa não tem o objetivo de examinar a autenticidade dos possíveis fraudes, porém, é válido utilizar o cenário para aprofundar as reflexões erguidas.

É visto no gráfico nº 7 que o governo autoriza uma média de 13% das aposentadorias requisitadas anualmente pelo INSS. Compreendendo que para ter o pedido aceito cada usuário passa por inúmeras verificações, é contraditório que o governo continue a negar tantos pedidos para a aposentadoria sendo que acredita veementemente em fraudes entre os próprios beneficiários. Outrossim, seria útil para o governo questionar o motivo dos fraudes existirem e atentar-se nos números crescentes de pedidos emitidos pelas aposentadorias. Além do mais, ocorrem ainda situações de golpe ou roubo quanto as aposentadorias das pessoas idosas, no

entanto, tais problemáticas não são discutidas e nem vinculadas ao quantitativo de causas para benefícios cessados.

Mediante aos dados exemplificados no capítulo passado, a população brasileira não está apenas envelhecendo, como também trabalhando por mais tempo — e, nesse interim, contribuindo em número elevado para a previdência pública. Apesar da mistificação entre os dados de trabalhadores formais e informais, ainda é visto um equilíbrio entre contribuintes e pedidos emitidos anualmente. Resgatando os dados, em 2023, 19% da população a partir de 60 anos se encontrava em idade de trabalhar e 12% estavam empregadas de alguma forma (IBGE, 2023). Apesar das pesquisas identificarem uma maior dificuldade do grupo idoso em se manter ou retornar para o mercado de trabalho, em síntese, por culpa do preconceito etário e da necessidade do capital em preservar uma população excedente, é notável o aumento gradativo dos trabalhadores idosos no mercado, principalmente nas categorias que preenchem a informalidade, como foi confirmado.

Ao pensar na contribuição por faixa etária, o AEPS divulgou dados significativos para o tema. Destaca-se que os números mencionados a seguir referem-se a quantidade de contribuintes empregados, com exceção dos domésticos. Assim, no ano de 2022, apura-se em números totais que 2.064.963 da população até 19 anos havia contribuído, mantendo um número próximo ao grupo dos idosos, entre 60 ou mais anos, com 2.048.122 pessoas (AEPS, 2022). Ressalta-se que o gênero masculino é o maior contribuinte para a previdência em todas as faixas etárias (AEPS, 2022).

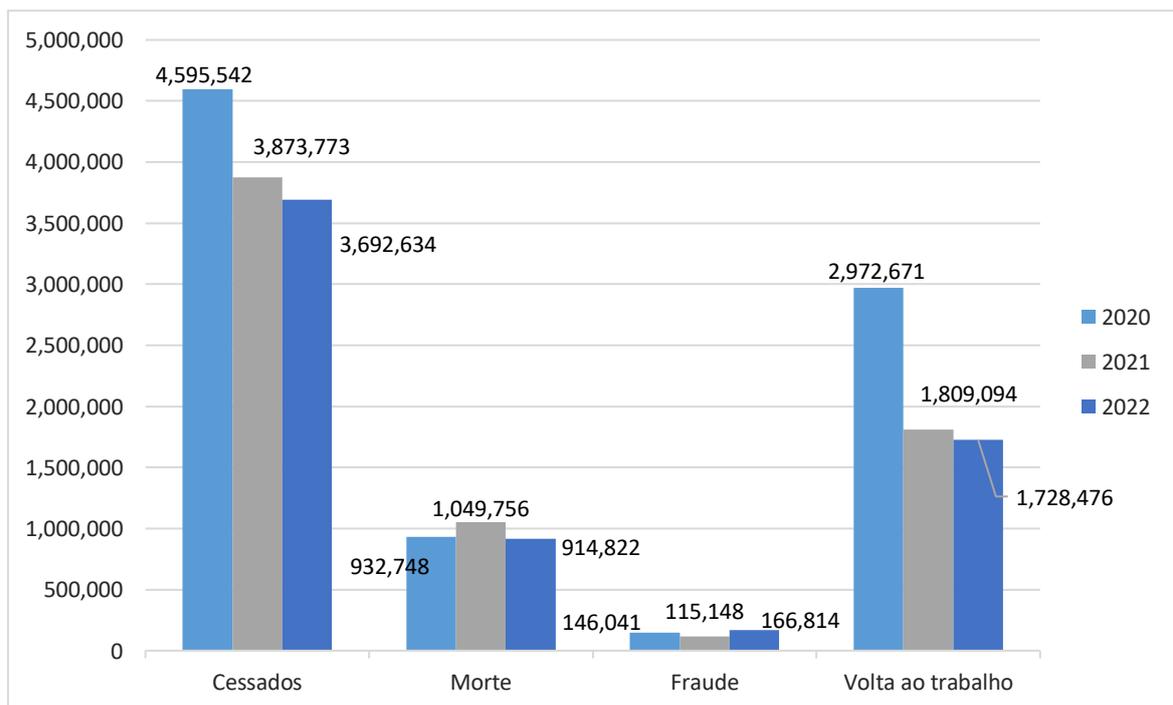
Os dados acima enfatizam os comentários realizados no capítulo anterior, porque a totalidade de contribuintes das duas faixas etárias é similar com as percentagens das taxas de trabalhadores informais, dos níveis de ocupação no mercado de trabalho e afins, indicando que os extremos da pirâmide etária possuem mais compatibilidade do que o esperado. Contudo, apesar das semelhanças dentro da dinâmica trabalhista, os mais jovens permanecem com mais oportunidades de emprego do que os mais velhos. Para o IPEA (2023), a faixa etária a partir dos 50 anos teve um saldo negativo com 176,7 mil, enquanto a população de 18 a 24 anos ocupou cerca de 1,1 milhões de novas vagas de emprego.

Refletindo ainda sobre o gráfico nº 7, apesar das curtas variações, é visto um aumento em todas as categorias destacadas com exceção durante o ano de 2020 — momento em que a pandemia da Covid-19 teve seu auge. Em 2020, têm-se uma diminuição no número de contribuintes e um acréscimo no número de pedidos emitidos. Interessante averiguar esse crescimento quando contrastados com outros indicadores da previdência social. Divulgado

no final de 2023, o AEPS completou algumas informações dos anos decorridos. Em 2022, haviam aproximadamente 37,5 milhões de benefícios ativos (AEPS, 2022), número próximo da quantidade de benefícios requisitados para o mesmo ano, com 37,5 milhões (gráfico nº 7). Isto indica que o Brasil possui um cenário onde a população aposentada representa, em números, exatamente o quantitativo de pessoas que desejam se aposentar.

Constata-se que o Brasil possui um atraso gigantesco relacionado ao equilíbrio de benefícios concedidos para a população. O cenário indica uma problemática constante, principalmente, na vida das pessoas idosas, que são a maior parcela dos atingidos pelas medidas previdenciárias. Com apenas 13% dos pedidos concedidos, é evidente que todos que não conseguiram acessar o benefício devem recorrer a outras formas de renda. No capítulo anterior, a situação foi relacionada ao aumento do número de pessoas idosas no mercado de trabalho, com foco em atividades empreendedoras e informais. Lembra-se, aqui, que todos os anos o governo propõe rever a lista de beneficiários com o objetivo de diminuir gastos e economizar nos cofres nacionais, portanto, o número de benefícios ativos sempre passa por modificações. Em 2020, por exemplo, o quantitativo de benefícios concedidos foi semelhante ao quantitativo de benefícios cessados, demonstrando mais uma vez a evolução lenta do sistema de previdência e contribuição.

Gráfico nº 8 - Benefícios e motivos cessados da Previdência Social (2020 a 2022)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INSS divulgados pelo AEPS (2022).

Como constatado nas divulgações do AEPS pelo site oficial do governo, ocorrem inúmeros fatores que levam o benefício do usuário a ser cancelado, entre eles transferência do benefício, cessação automática e fraude. Para a elaboração do gráfico nº 8 foi decidido trabalhar com os fatores mais populares: morte, fraude e volta ao trabalho. Observa-se que dos benefícios cessados a maior causa é o retorno do usuário ao mercado de trabalho e, apesar dos números demonstrarem queda, esse fator gerou 50% dos benefícios cessados nos anos de 2021 e 2022. Os números comprovam uma das particularidades que obriga a população idosa em retornar ao mercado de trabalho, visto que, a inflação afeta mais os produtos consumidos pelo grupo destacado. Somado ao baixo reajuste do salário mínimo (gráfico nº 6), a renda mensal não garante uma vida de qualidade.

Ao examinar o quantitativo de fraudes, principal justificativa do governo para a realização dos cortes no INSS, de acordo com as reportagens mencionadas, descobre-se um número muito baixo. Os dados indicam algumas contradições válidas de refletir. Segundo Moliterno (2023), foi identificado que o governo pretendia economizar 20 bilhões ao eliminar os casos de fraudes na lista de beneficiários do INSS, porém, a divulgação anual dos dados sobre a previdência revela que o número de fraudes não alcança sequer 10% da quantidade de benefícios cessados. Além do mais, ao economizar 20 bilhões, não é especificado para onde seria direcionado a verba. Somente no ano de 2022 a previdência social teve 37,6 milhões de pedidos emitidos, tornando os 20 bilhões um valor fundamental para o desenvolvimento dos benefícios.

Outro dado a ser analisado diz respeito aos grupos por idade e gênero. Entre os beneficiados, os mais atingidos pela cessação dos benefícios são mulheres — cenário preocupante, uma vez que o grupo feminino faz parte daqueles que enfrentam mais dificuldades em ingressar na aposentadoria. Em 2020, a população feminina atingiu 2,2 milhões contra 1,9 milhões de homens com os benefícios cortados (AEPS, 2021). O quantitativo acompanha a mesma lógica nos anos seguintes, sendo 1,5 milhões de homens no ano de 2022 contra 1,7 de mulheres com o benefícios cessados (AEPS, 2021). Em relação a idade, é visto na totalidade que a faixa etária de 30 a 44 anos formam o grupo mais atingido pela situação. Tais dados assemelham-se com os indicativos de retorno ao mercado de trabalho organizados no gráfico nº 8.

Em reportagem da Folha de São Paulo (Gavras, 2023), pesquisador da FGV afirma que o trabalho informal afeta com maior força as pessoas a partir dos 60 anos e o cenário de

menos contribuintes e mais aposentados deve pressionar a previdência. Identifica-se que os hábitos da sociedade atual caminham para que a população envelheça no trabalho e leve mais tempo para se aposentar, com isso, o governo terá de lidar com mais pessoas idosas no mercado de trabalho e garantir que esse grupo possua uma renda. Para o pesquisador da FGV, o cenário brasileiro aponta para uma nova reforma da previdência social e, de acordo com o atual Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tal situação não é impossível de acontecer (Gavras, 2023).

Refletindo ainda sobre os benefícios concedidos anualmente, é válido analisar os quantitativos por grupos de espécie, ou seja, os tipos de aposentadorias, pensões ou auxílios mais recorrentes no país. Em 2022, ano da divulgação mais recente do AEPS, foram concedidas aproximadamente 1,3 milhões de aposentadorias pela previdência social (AEPS, 2022). Destas, 301.679 mil foram alcançadas por tempo de contribuição, 855.751 mil por idade e 170.560 mil por invalidez (AEPS, 2022). Em comparação, ocorre uma queda do número de aposentadorias por tempo de contribuição e invalidez e um aumento do requisito idade. Em 2019, por exemplo, foram concedidas 420.636 mil aposentadorias por tempo de contribuição, uma diferença de 120 mil usuários (AEPS, 2019).

Os números articulam-se com as análises realizadas no capítulo anterior, pois, como debatido, existe uma dificuldade cada vez maior do trabalhador brasileiro se aposentar por intermédio da previdência social. As razões mais dialogadas até o presente momento são a instabilidade no mercado de trabalho, as oportunidades escassas no trabalho formal e a necessidade da própria subsistência, que leva inúmeras pessoas a abandonarem os benefícios da aposentadoria para retornarem ao mercado de trabalho. Vê-se que uma parcela grande da população está inserida no trabalho informal, apesar da mistificação dos dados, portanto, sendo retiradas das oportunidades de possuir uma aposentadoria previdenciária. O cenário amplia o desconforto dos trabalhadores que, sem conseguir um emprego formal protegido pela regras da previdências, deixam de procurar — ampliando o número de desalentados que, como visto, não são contabilizados como desempregados no país.

Outrossim, a aposentadoria por invalidez não afeta somente o grupo idoso, contudo, como analisado nas pesquisas divulgadas pela FPA (2020), o senso comum da sociedade atrela a condição de inválido para a população idosa. Refuta-se tal estereótipo ao pensar que cerca de 25% das pessoas idosas permanecem ativas em alguma atividade remunerada (FPA, 2020), contribuindo com a força de trabalho produtiva. Em um boletim anual do Distrito Federal com início em 2023, constatou-se que 30,9% da população idosa se mantém ocupada

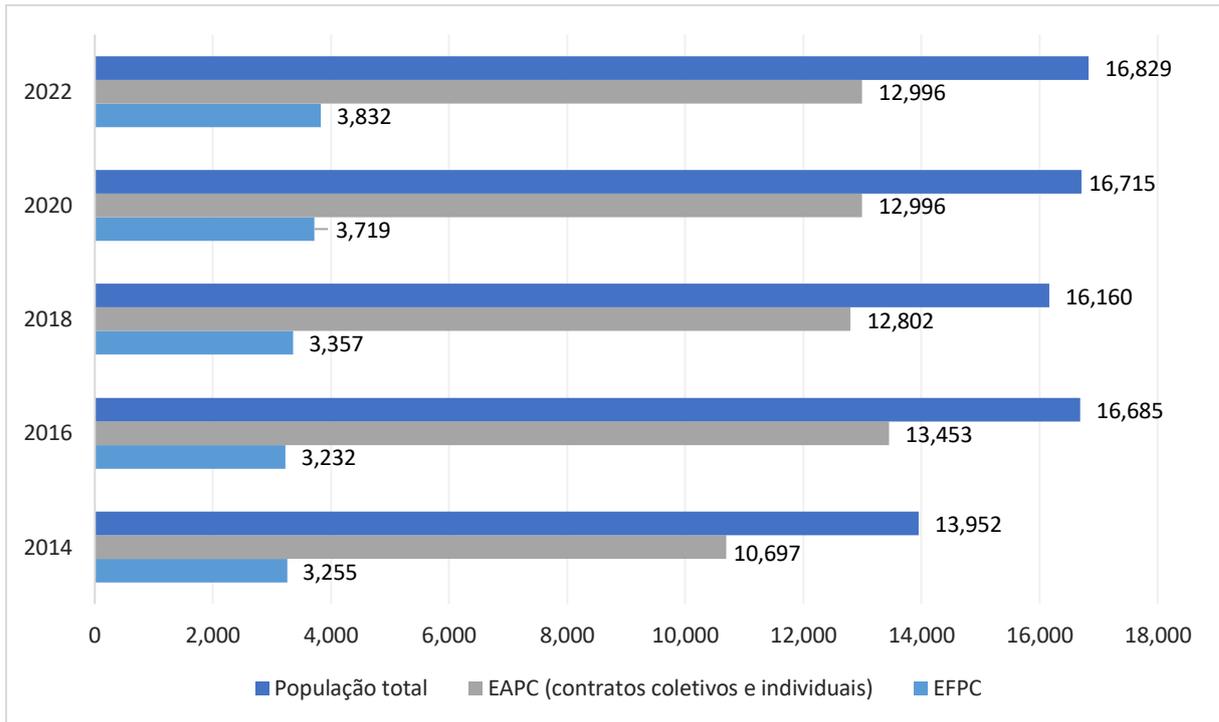
em atividades autônomas e 24,2% em serviços públicos, reafirmando a alta participação do grupo (DIEESE, 2023).

Nesse interim, é indiscutível que a presença da população idosa no mercado de trabalho é uma constante que merece atenção, visto que a força de trabalho do grupo teve um aumento visível nas últimas décadas. Foi destacado no capítulo passado as principais razões que levam os trabalhadores a permanecerem ou retornarem ao mercado de trabalho após a idade indicada para se aposentarem; entre estas a dificuldade em ingressar na previdência social e em ser beneficiado com um salário insuficiente para garantir cuidados de saúde e de alimentação. Os debates abriram novas ramificações do problema. Examinou-se que a previdência carrega atrasos em relação aos benefícios e é afetada por contenções de gastos planejados pelo governo.

Investigando outro aspecto da situação, sabe-se que o governo federal instiga a população a contribuir para uma previdência complementar de âmbito privado. Em capítulo prévio, foi verificado que o setor privado cresce em ritmo acelerado, atraindo a população idosa para áreas empreendedoras com a falsa ilusão de que serão gestores de seu próprio tempo e renda. O mesmo ocorre na área da Seguridade Social. À vista disso, ampliando as reflexões trazidas na primeira parte deste capítulo e, compreendendo que o ingresso a uma aposentadoria pública está cada vez mais complexo, é relevante mencionar algumas características da previdência complementar.

4.2.2. Previdência complementar: mecanismos de privatização da proteção social

De acordo com o Ministério da Previdência, a atividade complementar traz a oportunidade dos trabalhadores brasileiros acumularem sua própria aposentadoria sem depender de um benefício público (Previdência, 2020). A dinâmica não é nova, sendo regulamentada oficialmente em 1977 através da Lei nº 6.435 e, agora, conta com duas classificações: Entidades Fechadas (EFPC) e Entidades Abertas (EAPC), ambas fiscalizadas pelos órgãos governamentais específicos para cada individualidade das entidades. Dessa forma, o RPC conta com o auxílio da Previc e da Susep, respectivamente atuando com a EFPC e a EAPC (Previdência, 2020).

Gráfico nº 9 - Evolução da população ativa nas EFPC e EAPC

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório Gerencial da Previdência Complementar (2023).

Como visto a partir de 2016, o quantitativo de participantes da previdência complementar inicia uma escalada lenta, todavia, com médias constantes. Em 10 anos, a população total ganhou pouco menos de 4 milhões de novos usuários. Os números podem indicar uma baixa adesão ao projeto de acumulação privativa, mesmo que o investimento de entidades capitalistas tenha, em publicação mais recente do relatório, alcançado 2,5 trilhões, sendo 65% aplicados em títulos públicos, 22% em renda fixa, 8,4% em renda variável e 1,2% em Imóveis (RGPC, 2023). Pelas percentagens, constata-se que a dinâmica complementar segrega a maior parte dos trabalhadores brasileiros, pois requer uma alta contribuição dos participantes.

Por meio do RGPC (2023), encontram-se características interessantes na população ativa das entidades. Constata-se que os contratos individuais das EAPC são mais populares que os contratos coletivos; as entidades fechadas possuem mais aposentados do que as entidades abertas; o público masculino abarca cerca de 60% da população total em todos os anos; e os indivíduos entre 35 e 54 anos são os participantes mais ativos (RGPC, 2023). A população idosa, na maioria dos dados, não apresenta um quantitativo alto de participação.

Além do mais, a divulgação do RGPC não revelou nenhum dado sobre a questão de raça/cor, deixando a análise sobre a população participante escassa de informações.

Interessante pontuar que, para o RGPC (2023), apesar da instabilidade na economia do país e nas oscilações geradas pela pandemia da Covid-19, das guerras asiáticas e do aumento dos juros, o mercado de previdência complementar tem crescido em termos de ativos e as expectativas é que se mantenha em ascensão (RGPC, 2023). Tratando de economia, ressalta-se que o investimento atual desse modelo de previdência atingiu 2,5 trilhões no 2º semestre de 2023, um soma que representa 25% do PIB nacional (RGPC, 2023). Ao examinar os dados, vê-se uma contradição relacionada ao cenário da pandemia, visto que as oscilações na economia deveriam gerar perda de investimentos, porém, os dados demonstram o contrário. Em 2018, o valor ativo das entidades acumulava 1,79 trilhões; em 2020, um total de 2,12 trilhões; e, em 2022, cerca de 2,46 trilhões (RGPC, 2023). Afirma-se que a oscilação no mercado e na economia aumentou ainda mais o investimento nas entidades destacadas, tornando uma atividade rentável para as grandes empresas e uma proposta de previdência atrativa para a parcela da população com disposição a pagar.

Tratando ainda do montante de investimentos, essencial dizer que a renda principal da previdência privada vem de patrocínio público. Desde 2020, o investimento ativo de entidades públicas ultrapassa 600 bilhões, alcançando 760 bilhões no 2º trimestre de 2023 (RGPC, 2023). Exemplo da parceria entre os órgãos públicos e o projeto de acumulação da previdência está no recente título do Tesouro Nacional apelidado por “Renda Mais” (estilizado como “RendA+”), um incentivo para que a massa da população trabalhadora comece a investir quantias pequenas todos os meses em prol de complementar a aposentadoria (Tesouro Nacional, 2023).

Para o novo diretor da Previc, Ricardo Pena, o governo seguirá apoiando a previdência complementar em prol de potencializar os investimentos na economia, gerando, assim, mais empregos; será dado prioridade a EFPC (Lima, 2023). Ademais, o diretor afirmou que o objetivo dessa aliança é transformar a previdência complementar em um segundo pilar da proteção social brasileira e, com isso, contribuir para o crescimento econômico do país (Lima, 2023). Em contrapartida, o presidente do Ipern, Nereu Linhares, revelou que a Instituição não terá capacidade de absorver uma onda de servidores em busca de aposentadoria, visto que o Ipern possui atualmente um déficit de R\$ 100 milhões por mês (Tribuna do Norte, 2024).

Os comentários enfatizam a contradição discutida ao longo desta pesquisa, pois demonstram uma preocupação governamental maior na economia, do que na proteção social

em si. É possível refletir a respeito do assunto analisando a verba que cada segmento da previdência recebe. Em 2023, o governo previu um gasto de 860 bilhões com benefícios previdenciários (Pupo; Rodrigues; Trisotto, 2023) ao mesmo tempo em que planejava cortar 20 bilhões ao revisar a lista de beneficiários. Enquanto isso, a previdência complementar segue como prioridade do governo, possuindo como maiores investidores os órgãos públicos, e ultrapassando anualmente a faixa dos trilhões desde o período pré-pandêmico.

Além do mais, a previdência complementar não está livre de riscos. De acordo com a pesquisa divulgada pela Abrapp (2023) com foco nas entidades fechadas, a macroeconomia e a regulamentação são as principais preocupações dos participantes, seguido de taxa de juros, desempenho dos investimentos e atividades *cibernéticas* (Abrapp, 2023). Tais problemáticas apontam que, apesar da previdência complementar ser prioridade para o governo, a nova possibilidade de aposentadoria privada não se articula com os interesses das políticas sociais ou dos trabalhadores brasileiros.

Em suma, o que se vê é um crescimento acelerado de entidades e empresas privadas, acarretando em um desenvolvimento lento das atividades públicas, bem como de investimentos no plano social que são colocados em segundo plano. Para lembrar, em 2023, o Brasil possuía 74,1% dos empregados com carteira assinada no setor privado, média que se manteve estável desde 2020 (PNAD Contínua, 2023). Quando pensado no setor de saúde, têm-se 19% da população idosa optando pelas unidades privadas e 71% de pessoas idosas se vendo obrigadas a pagar pela medicação (FPA, 2020). Tais cenários revelam o intenso crescimento dos setores privados e das consequências da privatização.

Para exercício de reflexão, em 2020, foram gastos 703 bilhões em atividades da previdência social, sendo 56% utilizados em aposentadorias do RGPS nas áreas urbanas (Portal da transparência, 2020). Nos anos seguintes, observa-se um aumento gradativo nos orçamentos. Em 2021, alcançando 740 bilhões; em 2022, 820 bilhões; e, em 2023, 925 bilhões (Portal da transparência, 2023). As aposentadorias do RGPS mantiveram uma percentagem estável em todos os anos com um média de 55% e espera-se que o orçamento de 2024 seja o maior entre os últimos anos, com previsão de 1,01 trilhão (Portal da transparência, 2023). Válido lembrar que o investimento público em entidades da previdência complementar foi de 760 bilhões, em 2023, mantendo-se muito próximo do valor utilizado nos programas sociais (RGPC, 2023).

Desde a Reforma da Previdência, em 2019, as contas públicas economizaram 156 bilhões, número duas vezes maior do que o estimado durante os acordos que levaram à

reforma (Malar; Tuon, 2022). Para especialistas, a economia mencionada vem do resultado da medida provisória nº 871, modificada para Lei nº 13.846/2019, que sanciona programas de revisão regulares dos benefícios do INSS (Malar; Tuon, 2022). Como mencionado em outros debates, são cessados por ano uma média de 145 mil benefícios por causa de fraude (AEPS, 2022), mesmo que não seja o principal motivo de cessamentos da previdência. Em suma, foi averiguado que a previdência complementar não é uma proposta atrativa para a massa dos trabalhadores brasileiros, mas, sim, um atrativo para os bancos e demais instituições.

Bem como o setor privado no mercado de trabalho, a privatização da previdência mascara uma realidade permeada por desigualdades. É visto que a alternativa têm ganhado visibilidade por meio de projetos do governo, criando distrações que interferem no ritmo do desenvolvimento das políticas sociais. Além disso, se o empreendedorismo cria expectativas de que o trabalho tenha maior controle da sua própria mão de obra, a previdência complementar segue o mesmo estilo de maquinação. Pode-se dizer que o intuito é cativar a população com a ideia de que ao investir nas entidades privadas não se faz mais necessário contribuir para a previdência pública. Desse modo, pouco a pouco, a Seguridade Social é desmontada e os direitos alcançados de maneira árdua pela classe trabalhadora, esquecidos.

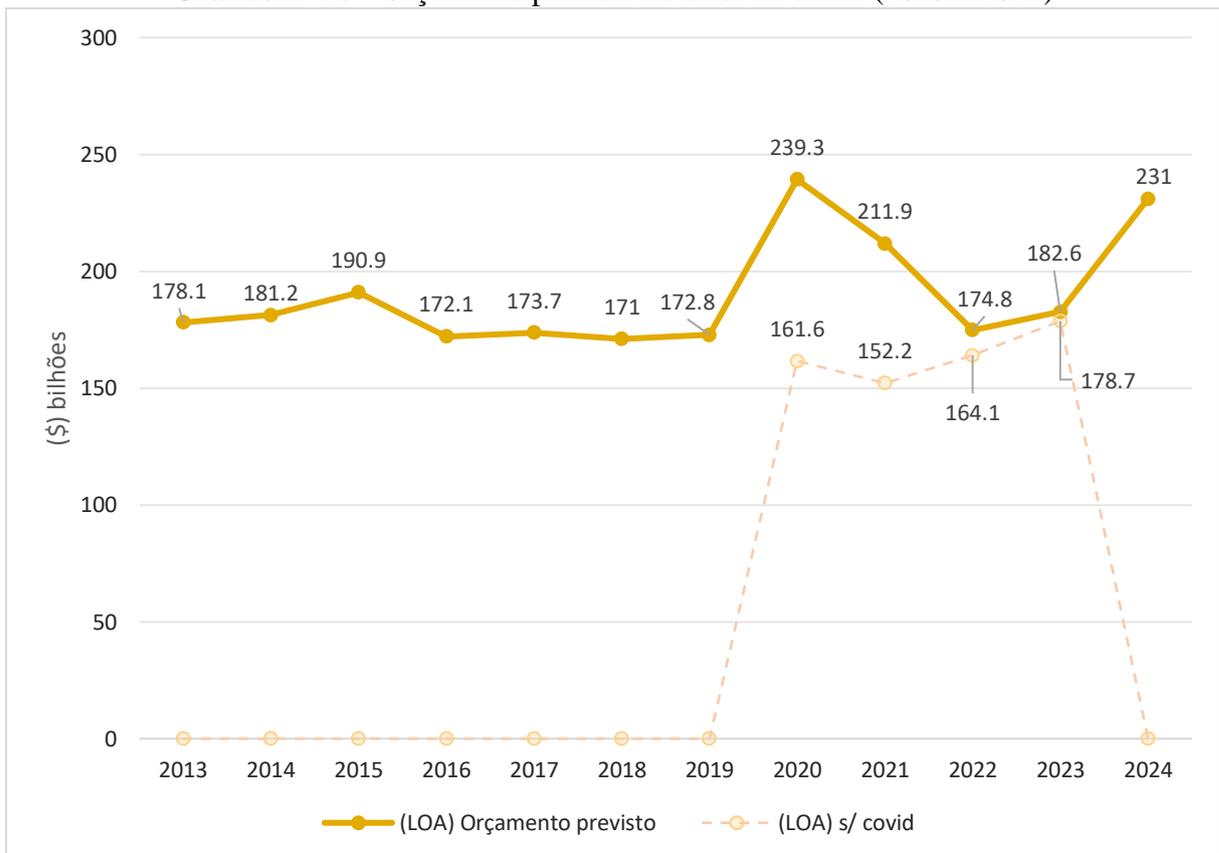
Por fim, uma última reflexão a respeito das problemáticas envolvendo a população idosa se faz necessária. Como mencionado em capítulo prévio, este grupo é o mais afetado pelas taxas de inflação, principalmente ao pensar que os gastos são concentrados nas áreas da saúde e alimentação (Inflação, 2023). Além da previdência social, dinâmica de muita relevância na vida dos trabalhadores brasileiros, que está diretamente ligada ao envelhecimento do trabalhador, há de se pensar na população destacada que constitui aquela que mais utiliza os serviços de saúde. O grupo idoso faz parte do número de pessoas que mais cresce no país e no mundo com previsão de representarem a maior parcela da sociedade até 2050 (ONU, 2019), portanto, o sistema de saúde necessita estar preparado para as altas taxas de participação futuras.

4.3. Desmontes e restrições orçamentárias no serviço público de saúde

De acordo com as análises realizadas até o momento, percebe-se que o rápido envelhecimento da população brasileira têm afetado setores como a saúde pública, a previdência e o mercado de trabalho. As discussões que acompanham os gráficos nº 7 e nº 8

comprovam a sobrecarga da previdência social e as reflexões realizadas intensificam o pensamento de que sem uma ampliação de verba, um planejamento adequado, e uma escuta ativa com a população e suas particularidades, este setor sofrerá de um enorme declínio. A seguir, será analisado se a saúde pública, outro importante pilar para a população idosa, enfrenta a mesma situação.

Gráfico nº 10 - Orçamento previsto no setor da saúde (2013 a 2024)



Fonte: Elaboração própria a partir da divulgação do IEPS (Orçamento, 2022) e Presidente (2024).

Acompanhando as despesas estimadas para cada ano, identifica-se que a saúde pública possui um teto de gastos muito menor quando comparado com a previdência social e a previdência complementar. Entre 2013 e 2023, excluindo a LOA com interferência dos gastos decorrentes da pandemia da Covid-19, não ocorre uma evolução significativa para o país. O que se verifica é uma estagnação constante no setor da saúde. Em 2015, com as articulações políticas que culminaram no golpe de 2016, ocorreu uma queda de 20 bilhões nos orçamentos anuais, todavia, a média de valor não se modifica drasticamente dos anos anteriores,

indicando que a saúde pública enfrentava dificuldades que antecederiam os acontecimentos de 2015 e 2016.

Ao que tudo indica, a LOA de 2023 iniciou um fundamental processo de crescimento com 182 bilhões. A verba seria superior aos últimos 7 anos, caso fosse excluído a interferência dos gastos da pandemia da Covid-19. Em 2024, a promessa de crescimento se manteve, sendo destinados 231 bilhões a saúde pública, de acordo com o Presidente (2024). A verba será investida em muitos projetos que foram deixados em segundo plano nos anos decorrentes, como o programa de agentes da família, a vacinação e a Farmácia Popular. Para o Ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o orçamento previsto para a saúde pública em 2024 representa a maior evolução na verba desde a criação do SUS, uma porcentagem de até 18% a mais (Presidente, 2024).

Uma das singularidades que pode explicar o cenário da LOA para o setor da saúde faz relação com o teto de gastos que foi promulgado durante o Congresso Nacional em dezembro de 2016. A regra, que proibia o aumento das despesas públicas além da inflação pelos próximos 20 anos, teve inúmeros furos desde sua promulgação, corroborando, para que, em 2023, um novo marco fiscal fosse instituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado (Tiozzi, 2023). A moldagem mais flexível do teto de gastos permite o governo aumentar as despesas acima da inflação, podendo chegar a 2,5% (Tiozzi, 2023). A situação responde ao crescimento da LOA para os anos de 2023 e 2024 (gráfico nº 10).

A promessa de maiores investimentos na saúde traz esperança para a população, visto que nos últimos anos as atividades do SUS sofreram cortes penosos. Como afirma a reportagem da Rede Brasil Atual (2022), o programa Farmácia Popular teve uma redução de 60% de seus recursos, deixando os usuários sem a oferta de pelo menos 13 tipos de medicamentos para doenças como diabetes, asma e hipertensão. Válido recordar que, em 2020, durante a pandemia da Covid-19, o governo tentou encerrar a Farmácia Popular e, de acordo com a vice-presidente da Abrasco, as tentativas de sufocar a saúde pública ganharam forças a partir de 2016, após o golpe (Rede Brasil Atual, 2022).

Nesse caminho, apura-se, em 2023, que a inflação sobre medicamentos teve efeito em 30% dos brasileiros, chegando aos 37% quando visto as pessoas idosas de 60 anos (Alejandro, 2023). Como mencionado no capítulo passado, o aumento dos preços no setor da saúde causa maiores efeitos na população idosa. Ressalta-se que a dificuldade em comprar remédios é uma das principais razões para as pessoas idosas retornarem ao mercado de trabalho. Com a Farmácia Popular diminuindo seu catálogo, o sistema de saúde fica ainda mais sobrecarregado.

Em 2022, no entanto, algumas medicações apresentaram queda, com recuo de 25,94% para antissépticos nasais; 4,82% para antiparasitas; e 0,79% para antidiabéticos (Alejandro, 2023), apresentando um alívio para o setor.

O gráfico nº 10 demonstra que a saúde pública é vinculada a um costume de baixos investimentos e altos lucros, dessa forma, não é inesperado que, em 2019, tenha ocorrido um reajuste de 4,33% nos preços dos medicamentos vendidos com receita, valor superior a inflação do ano anterior que percorreu os 3,75% (Valor, 2019). Em reportagem, o Ministério da Saúde informou que o reajuste é permitido pelo teto do ano, podendo cada empresa decidir por qual preço os medicamentos serão vendidos, por um índice total ou menor (Valor, 2019). É possível dizer que mediante ao aumento dos valores, do desligamento dos programas e da estagnação do orçamento anual, o Estado crie espaços para que o setor da saúde tenha seu acesso cada vez mais restringido à população.

Refletindo nisso, o sucateamento do sistema público empurra os usuários a migrarem para os setores privados e a dinâmica ganha forças visto que 60% dos gastos do país vão para o setor privado, como hospitais, farmácias e planos de saúde, enquanto o setor público fica com apenas 40% (Ribeiro; Sobral, 2023). Interessante resgatar dados da década precedente, pois, enquanto os gastos públicos tiveram uma alta de 65,7%, as despesas privadas tiveram um alcance de 85,4% com 314,6 bilhões (Setor Privado, 2018). Percebe-se, no gráfico nº 10, que o orçamento para a saúde pública não se aproxima do teto de 300 bilhões, no tempo em que os gastos privados chegam a este número há cerca de uma década.

Para a atual Ministra da Saúde, Nísia Trindade, o objetivo do governo desde 2023 vem sendo reduzir a vulnerabilidade do SUS e reposicionar o Brasil no cenário internacional, utilizando da neointustrialização como estratégia (Governo, 2023). Apesar das metas, não é o que se encontra em muitos locais do país, onde as privatizações avançam de forma rápida. Nas cidades de Pernambuco, a prefeitura de Recife apresentou uma proposta que aproxima o setor público e privado de saúde, prevendo um investimento de 318,1 milhões e a garantia de administração das unidades de saúde pela iniciativa privada durante 20 anos (Outtes, 2023). O mesmo ocorre com a cidade de Jaboatão dos Guararapes, que fechou uma parceria privada através de um contrato de 750 milhões (Outtes, 2023).

O plano de enfrentar a vulnerabilidade do SUS ainda deve lidar com os retrocessos causados nos últimos anos. No Rio de Janeiro, por exemplo, a cobertura da Atenção Básica caiu para 62,7% em 2017 e, em 2020, para 40,5% (Outtes, 2023). Na mesma capital, o número de equipes de Saúde da Família caiu de 1.180 para 789 (Outtes, 2023) e, como

mencionado, o desgaste dos programas de saúde afetam e sobrecarregam diretamente o SUS. Além do mais, com menores recursos, ocorre um número menor de visitas domiciliares, consultas médicas e atendimentos especializados, afetando uma grande parcela da população. A população idosa, ativamente usuária da Atenção Básica e das atividades domiciliares, é atingida bruscamente com esse cenário.

Em pesquisa de opinião divulgada pelo jornal O Globo (Vilade, 2022), os usuários do SUS revelaram o descontentamento em relação ao sistema de saúde e apontam os principais problemas na saúde pública. A longa espera para conseguir uma consulta, exame ou cirurgia; a superlotações nos hospitais e pronto-atendimentos; a escassez de leitos, de medicamentos e a infraestrutura de baixa qualidade foram os principais problemas apontados (Vilade, 2022). A precarização no setor de saúde é uma preocupação constante, uma vez que ocorrem 5 milhões de mortes por ano causadas pelo atendimento médico precarizado (Atendimento, 2018). Os orçamentos estagnados da saúde não apenas interferem no crescimento do setor, como também contribuem para o número de mortes decorrentes do atraso nacional.

A última PNS constatou que dos usuários que utilizaram o serviço de Atenção Primária no ano da pesquisa 69% eram mulheres, destas, 53,8% não tinha nenhuma ocupação e 64,7% possuíam uma renda inferior a um salário mínimo (PNS, 2020). Os números se aproximam da ideia de que os mais afetados pelos cortes de verba e investimentos despreocupados são pessoas de baixa renda, muitas delas mulheres e pessoas idosas. Espera-se que o capitalismo possua trabalhadores para gerar lucro, todavia, o cenário da saúde brasileira indica uma grande contradição do sistema. Sem saúde, a força de trabalho se torna inviável, assim, é impossível que o capital negue todos os investimentos na saúde. A dinâmica leva aos baixos orçamentos, porém, não ao seu fim.

Outra resposta do capital é cobrar pela saúde, situação que se revela cada vez mais forte, mas os trabalhadores mais vulneráveis não conseguem acessar ao sistema privado. Segundo a Ipsos (2021), 9 em cada 10 brasileiros não tem condições de pagar por saúde de qualidade, reunindo 90% dos entrevistados. Relatos de sobrecarga e tempo de espera também são encontrados nesta pesquisa e 47% afirmam ser difícil marcar consultas médicas perto dos locais onde moram (Ipsos, 2021), revelando outra problemática da questão. Para o IEPS (Orçamento, 2022), 72 milhões de brasileiros não estão cobertos com a AB, representando 34% de toda a população. Sendo a AB um dos principais instrumentos e também a porta de entrada para a saúde de média e alta complexidade, o cenário revela mais uma vez a intensa precarização do sistema brasileiro.

Pensando na questão de gênero, examinou-se que as mulheres utilizam mais os serviços do SUS do que os homens. Em 2021, ainda com efeitos da pandemia, foram 725 milhões de atendimentos masculinos contra os 860 milhões de femininos; em 2022, as mulheres alcançaram 370 milhões de atendimentos contra os 312 milhões dos homens (Brasil, 2022). Os números acompanham os dados da PNS (2019) e as discussões do capítulo anterior. Em consultas especializadas, aconteceram mais de 1,2 milhão de consultas ginecológicas e somente 200 mil em atendimentos urológicos (Brasil, 2022). Constata-se que o grupo feminino possui uma maior preocupação com assunto de saúde e, quando se afastam do trabalho reprodutivo em cuidar dos homens da família, o grupo masculino tende a negligenciar a própria saúde.

Ao resgatar os comentários a respeito da alta inflação em medicamentos, encontram-se entre os mencionados aqueles que são mais essenciais para a saúde da população, tendo em vista que diabetes, asma e hipertensão compõe o grupo de doenças crônicas. Segundo reportagem da Folha (2023), a maior causa de mortes no país está relacionado com alguma DCNT alcançando 54,7% dos óbitos em 2019. Dividindo-se em fatores de risco modificáveis, metabólicos e ambientais essas enfermidades afetam a população mais vulnerável da sociedade. Das doenças metabólicas, hipertensão, obesidade, hiperglicemia e hiperlipidemia, a pressão alta atinge 25% dos brasileiros, chegando aos 45% quando analisado a população entre 30 e 79 anos (Folha, 2023).

Com exceção do câncer, é possível reduzir os casos das DCNT por meio do cuidado prévio com a população, atividade que enfatiza a importância da AB e as equipes de Saúde da Família. Sendo a principal causa de morte entre as pessoas de 30 a 69 anos, as DCNT geram um gasto de 8,8 bilhões para o SUS anualmente (Folha, 2023). No ano de 2019, em números totais, ocorreram 108,2 mil óbitos por câncer; 23,3 mil por diabetes; 19,7 mil por doenças respiratórias e 123,1 mil por doenças cardiovasculares considerando o cálculo por 100 mil habitantes (Folha, 2023). Sabendo que a AB, através das ESF, é capaz de trabalhar a conscientização na população, a situação precária é um atraso enorme para o país. Em 2022, o IEPS informou que os 34% da população que não possuem acesso à atenção básica de saúde, poderiam ser contemplados com um investimento de 17,1 bilhões por ano na AB, cobrindo 100% das ESF faltantes no país (Orçamento, 2022).

Nota-se que a população idosa, além de precarizada no mercado de trabalho, também sofre da precarização em setores da Seguridade Social. Foi identificado ao longo das discussões problemáticas de verba, de vagas de emprego, de saúde, de inflações, de

preconceito etário e, cada uma delas, pode gerar novas e futuras discussões. Em último comentário, uma pesquisa da UFMG (Jovens, 2023) relatou que apesar das DCNT afetarem a população mais velha com maior ocorrência por motivos do envelhecimento biológico, atualmente, os jovens entre 18 e 34 anos apresentam 21% mais riscos de serem afetados pelas enfermidades do que as pessoas idosas com 60 anos ou mais. Bem como a modificação na pirâmide etária, é visto que outros cenários estão surpreendendo as previsões para o futuro, tornando preciso que o debate continue sendo ampliado em outras pesquisas a fim de compreender as problemáticas expressas na sociedade e solucioná-las.

Em síntese, o capítulo analisou as principais dinâmicas que cercam e acompanham o envelhecimento do trabalhador brasileiro. A preocupação com a previdência social e o sucateamento da saúde pública revelam que em todas as etapas do retorno ou permanência da pessoa idosa ao mercado de trabalho serão encontrados situações de precarização. Existe o grupo idoso que nunca para de trabalhar e, com isso, é excluído da proteção social; e aquele onde a previdência pode ser uma opção, porém, ganha ano após ano novas particularidades que afetam o ingresso à aposentadoria. É visto que o alcance das privatizações competem todos os anos com os gastos públicos, impelindo os usuários a buscarem serviços privados, pois, os serviços públicos são duramente prejudicados.

É necessário compreender que o aumento da longevidade e, a transição democrática ocasionada por esse fator, é uma realidade emergente. As problemáticas enfrentadas, principalmente, pela previdência social, não são problemas do futuro, são problemas do hoje e é obrigação do governo tecer planos que solucionem tais situações. Em questões da saúde, não se constrói uma sociedade boa de se viver com a população falecendo de doenças facilmente evitadas com investimento público; além do mais, o setor da saúde é fundamental para o trabalhador brasileiro em todas as faixas etárias com ênfase nas mulheres e nas pessoas idoso — sendo estes os grupos mais atingidos pelos ataques na Seguridade Social. Foi verificado que a tentativa de equilíbrio entre o privado e o público não são eficientes para a população e mantém o crescimento dos projetos sociais em uma luta sem fim. Trabalho, saúde e bem-estar são direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, devendo, portanto, alcançar a população foco desta pesquisa com agilidade e equidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendeu-se que a dinâmica capitalista necessita da produção de excedentes para seu funcionamento. É através do trabalho assalariado que os proprietários dos meios de produção usufruem da mais-valia criada no processo de trabalho para aumentar o lucro e ampliar o capital adquirido na produção de mercadorias. A exploração constante da força de trabalho é uma engrenagem fundamental para a burguesia, de tal forma que se une a diversas contradições. Foi estudado nos textos de Marx (2013) que a expansão do capital produz mais força de trabalho do que o necessário para sua reprodução. Isto indica não apenas a mercadoria comprada do trabalhador no início do processo, mas também a força de trabalho criada e empurrada para a superpopulação relativa.

Nos textos discutidos, ficou entendido que as dinâmicas do capital possuem como objetivo primário a obtenção de lucro e o capital realiza todas as atividades possíveis para alcançar sua meta. Percebeu-se que a acumulação de riquezas, a produção de excedentes e a precarização dos serviços fazem parte das ações realizadas pela burguesia a fim de ampliar seus lucros. Entre as contradições do sistema, o próprio acúmulo de capital se faz presente, visto que, ao focalizar o lucro acima de tudo, os capitalistas ignoram as necessidades de reprodução do trabalhador. Para que a força de trabalho permaneça ativa, o indivíduo deve ter disponível meios para sua sobrevivência, como condições para se alimentar apropriadamente, morar em locais que não prejudiquem sua saúde, socializar para fins de aprendizado, enriquecimento cultural, diversão e tempo para descanso.

Viu-se que o trabalhador usa do salário recebido na compra de sua força de trabalho (mercadoria) para ser capaz de garantir uma vida digna — ou, pelo menos, garantir as necessidades básicas fisiológicas da vida humana como alimentação, saúde e repouso. A contradição do capital surge quando o proprietário dos meios de produção tenta comprar a força de trabalho pelo menor valor possível, fazendo com que a subsistência do trabalhador sofra as consequências. Sem condições de se alimentar, de ter moradia ou de cuidar da saúde, a força de trabalho encontra não apenas obstáculos para se reproduzir, como acaba se esgotando mais facilmente e essa dinâmica leva a algumas reflexões. Ao chegar na velhice, o trabalhador enfrentará mais problemas de saúde e terá menos condições de vender sua força de trabalho para o capital do que outrora, motivando, dessa maneira, que a engrenagem de exploração mantenha-se em movimento.

Estudou-se nos textos de Teixeira (2006) e Paiva (2012) que a saúde do trabalhador e seu envelhecimento saudável, ou não, está vinculado ao MPC. A dinâmica de produção e

reprodução do capital indica a utilização desproporcional da força, do tempo e das relações sociais do trabalhador. Isto posto, constatou-se que o capital se contradiz a todo momento, sendo que ao explorar sua principal mercadoria, acaba prejudicando a reprodução da própria. Uma das alternativas para a reprodução da lei geral da acumulação é a criação do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa), que precariza os serviços de tal maneira que as taxas de desemprego estarão sempre elevadas e, com isso, mantém-se disponível ativamente uma força de trabalho no mercado.

Por razões necessárias à sua sobrevivência, a superpopulação relativa é colocada em uma posição onde precisa aceitar salários mais baixos e precarizações intensificadas. Através dos estudos de Marx (2013), descobriu-se que os trabalhadores velhos de sua época faziam parte do exército industrial de reserva. Todavia, o desemprego aqui não é manifestado na intenção do capital utilizar a força de trabalho deste grupo, mas para mantê-los em camadas pauperizadas da sociedade. Os trabalhadores velhos são, historicamente, diferentes dos trabalhadores idosos da atualidade, entretanto, usou-se essa proximidade entre os grupos para compreender que a população idosa trabalhadora atual também é vista como a última camada da pauperização junto aos indivíduos acamados, incapacitados de trabalhar e vítimas da indústria. Hoje, diferente do período anterior, o capital além de manter parte dessa população em situação pauperizada, ainda utiliza a força de trabalho do grupo para reproduzir a dinâmica do MPC.

Assimilou-se que, ao envelhecer e ter sua força de trabalho diminuída — por motivos biológicos, principalmente —, a população é empurrada para o desemprego no intuito de ampliar o contingente excedente do capitalismo e manter a população em uma miséria atenuante. O cenário, em si, manifesta a incoerência das dinâmicas do capital, visto que o funcionamento do MPC depende, em todos os momentos, do trabalhador. Sua força de trabalho, para início da produção; a reprodução da força de trabalho, para continuidade dos processos produtivos; e, por fim, do consumo alienado do cidadão.

Apesar da burguesia descartar a população idosa como força produtiva, no cenário mais amplo da questão, ainda necessitam que as pessoas idosas desempenhem o papel de consumidores. Foi investigado, no desenvolvimento da pesquisa, que a população idosa consome os produtos mais caros para as necessidades básicas fisiológicas do ser humano e paga juros mais altos por tais produtos — como alimentos, medicações e aluguel. As análises confirmaram que os custos de saúde, setor mais utilizado pelos indivíduos idosos de acordo com os levantamentos (Instituto de Longevidade, 2023; Inflação, 2023), são os mais caros da sociedade — incluem-se aqui remédios, atendimentos especializados e dietas específicas para

cada tipo de doença. Como visto, os trabalhadores precisam ter condições de reproduzir sua força de trabalho e não é diferente durante a velhice, momento em que os indivíduos necessitam de dinheiro para viverem com bem-estar ou, no cenário capitalista, terem condições mínimas de sobreviver.

O ato de consumo, condicionado às necessidades básicas da população idosa, também se manifesta nos embates políticos e econômicos do país. Desde a década de 1990, viu-se intensos processos de privatização ocorrerem nos setores da saúde e da previdência. Braz (2009) comentou sobre essas articulações políticas mediante ao avanço da ideologia neoliberal e dos vínculos do Estado com a burguesia. Ao decorrer da análise, refletiu-se nos objetivos do capital e nos interesses da burguesia. Se o lucro é a meta principal dos capitalistas, entendeu-se que a diminuição de gastos públicos é uma atividade que garantirá economia para o Estado e, portanto, mais oportunidades de lucrar para a burguesia. Como exposto por Braz (2009), os proprietários buscam a todo custo poupar gastos e, quando não conseguem, tentam lucrar de outra forma.

Por este caminho, observou-se que a proposta de privatizar os serviços públicos no Brasil carrega um forte viés ideológico neoliberalista. Sendo incapaz de eliminar completamente as políticas sociais, a burguesia vê na privatização uma forma de cobrar pelas mesmas atividades, mercantilizando os programas sociais. O avanço das entidades privadas é consequência desse cenário e, através dos debates, verificou-se que parte da população acaba optando pelos serviços privados, por encontrar um sistema público desgastado e sobrecarregado. A medida que as privatizações afastam a população dos seus direitos sociais, uma quantidade maior de pessoas, com ênfase na população aposentada precarizada, idosa ou incapacitada de trabalhar, são obrigados a retornar para o mercado de trabalho em prol de pagar pelos serviços de saúde ou manter tratamentos especializados. Ponderou-se também que parte dos usuários encontram-se em camadas demasiadas profundas da miséria e da pauperização, logo, utilizar os serviços privados é inviável.

Constatou-se que a permanência do trabalhador no mercado informal prejudica seu ingresso na aposentadoria pública e a situação também se mantém na velhice do usuário. Uma das razões para a expansão das categorias de trabalho informal diz respeito ao neoliberalismo e as contrarreformas, ambos condizentes com os objetivos do sistema capitalista. Assim, ao precarizar as atividades de trabalho, a população não tem outra opção além de migrar para a informalidade. Um adendo foi o entendimento de que a ideologia neoliberal propaga o empreendedorismo como garantia de liberdade ao trabalhador, este podendo agir como empregado e empregador ao mesmo tempo, controlando seu tempo de trabalho e o salário

recebido. Todavia, a categoria é um recurso da burguesia que visa afastar o indivíduo de seus direitos trabalhistas, atuando, como uma liberdade “manipulada” pelos grupos burgueses.

Deste modo, abriu-se caminhos para novas reflexões. A começar pelos trabalhadores informais, que ficam desprotegidos das leis trabalhistas e passam a ser contabilizados pelas instituições governamentais junto aos empregados no mercado formal. Notou-se que a escolha de contagem prejudica a visualização do real cenário de desemprego no país, além do mais, as pessoas idosas não ganham muito destaque — o que dificultou o processo de análise dos empregados e desempregados idosos. Em busca documental, foram encontrados relatos indicando que o preconceito etário prejudica as empresas a contratarem trabalhadores acima dos 50 anos. A ocorrência se projeta com mais intensidade ao pensar nesse cenário onde os empregadores estão priorizando pessoas jovens e diminuindo cada vez mais a idade considerada como o início da velhice (60 anos).

A construção dos capítulos mediou uma recorrente busca documental e tradução dos dados quantitativos. Com exceção do capítulo 2, momento em que o estudo focou nas discussões teóricas, estas de extrema importância para a compreensão dos problemas intrínsecos ao envelhecimento do trabalhador — suas problemáticas, as contradições do MPC, as relações de produção e reprodução do capital, as consequências enfrentadas pela classe trabalhadora e a pauperização crescente dessa população. Nos textos marxistas, foi verificado que o objetivo maior do capital é o lucro, para tal, a contenção de gastos e a exploração da classe trabalhadora, em todas as fases da vida, torna-se ferramenta crucial. O planejamento reafirma as ações de cunho neoliberal, que busca privatizar os serviços públicos, oferecer mais liberdade aos empregadores na contratação e manutenção dos empregados, e individualizar as questões que atingem a população.

No capítulo 3, as análises interpretaram os dados do IBGE e da PNAD Contínua, entendendo que a Instituição é a maior referência nacional sobre a categoria de ocupação dos brasileiros. Descobriu-se que os indicadores não oferecem ampla discussão sobre os trabalhadores idosos, seja pensando na necessidade de retornar ou permanecer no mercado de trabalho, seja na condição de ser aposentado ou beneficiado de algum programa social, que ainda sim deseja continuar no mercado de trabalho. Os indicadores nacionais mascaram a realidade dos trabalhadores no país, visto que abrangem a categoria ocupada da população de forma a incluir trabalhos informais, precarizados e sem remuneração direta. O cálculo termina inflando o número de empregados, prejudicando as análises da realidade.

Ao longo do capítulo 3, foi compreendido que os indicadores de desemprego excluem a população desalentada e isto causa uma diminuição irregular nos números de desocupados

no país. Entendeu-se que as pessoas desalentadas são aquelas que não estão vinculadas a nenhum emprego, mas que desistiram de procurar. A desistência da população abre oportunidades para muitas discussões — que não foram objetivo da pesquisa —, entre elas, a desesperança da população diante do mercado de trabalho, a oscilação dos números de desemprego e a visão otimista propagada pela mídia quando é divulgada a queda do desemprego no país. O cenário traz dificuldades para as pesquisas relacionadas à população idosa, pois além de não possuírem indicadores sociais próprios, as tendências são que os trabalhadores permaneçam mais tempo no mercado de trabalho e continuem envelhecendo nessas condições.

Encontrou-se ainda a existência de divergências regionais e de entidades públicas e privadas. Os dados da PNAD Contínua revelaram que os indicadores de desemprego na região Nordeste são mais intensos do que na região Sudeste; e que a proporção de pessoas ocupadas com carteira de trabalho assinada é maior no setor privado, confirmando o avanço das entidades privadas. Reitera-se que os indicadores sobre a população idosa se mostraram escassos, tal como informações sobre raça/cor e gênero. Avançando para outros documentos, a pesquisa identificou a evolução do trabalho informal no país (gráfico nº 4) e da categoria empreendedora. Em ambos os casos, viu-se que as pessoas com 60 anos ou mais são as mais presentes nessas atividades — com 69,5% do grupo idoso na informalidade e quase 2 milhões de empreendedores na mesma faixa etária (gráfico nº 5).

Abrindo oportunidades para as reflexões posteriores, a análise documental no capítulo 3 compreendeu que apesar da maior parte da população idosa utilizar os serviços públicos de saúde, como o SUS, 71% viam necessidade de comprar suas próprias medicações. O relato dos entrevistados pela FPA (2020) confirma as discussões iniciadas no capítulo 2 onde foi indicado que a população destacada mantinha-se no mercado de trabalho por motivos de consumir mercadorias do setor da saúde. Além do mais, foi descoberto que o grupo idoso é o mais afetado pelas taxas de inflação do país, sendo que os produtos mais consumidos por essa população são alimentos e medicações.

As interpretações do capítulo 3 concluíram que a dinâmica do mercado de trabalho atual prejudica o ingresso da população na aposentadoria pública e, de modo contraditório, mas seguindo os objetivos da burguesia capitalista, dificulta que a população idosa mantenha-se ou retorne para os vínculos empregatícios. Em muitos casos — que cabem análises futuras —, as pessoas idosas aposentadas não conseguem sobreviver somente com o salário mínimo. O fato ocorre em razão da alta taxa de inflação, da dependência de familiares, das necessidades médicas específicas, entre outros. Notou-se, que no ano de 2022 o salário

mínimo necessário era de 6.306 reais, ficando muito abaixo do salário vigente do mesmo ano que foi de 1.212 reais; em comparação, o salário mínimo necessário de 2002 era de 1.378 reais, aproximando-se do valor mais atual. Identificou-se que o reajuste do salário mínimo, entre os anos de 2002 e 2022, acompanhado do INPC do trabalhador, apesar de se manter igual ou maior que a maioria dos anos incluídos na pesquisa (Lopes, 2022), levou 20 anos para alcançar o salário mínimo necessário do ano inicial do levantamento (gráfico nº 6).

No capítulo 4, as reflexões abertas foram aprofundadas dando ênfase para os setores da previdência pública e da saúde. Buscou-se identificar os problemas e as consequências que os desgastes, os cortes e os baixos orçamentos proporcionam para a população idosa. Viu-se, no capítulo 3, que a expansão do neoliberalismo interfere no mercado de trabalho e deixa desassistido um grande contingente de trabalhadores. No capítulo 2, estudou-se que as contrarreformas, vinculadas às ideias neoliberais, fazem parte de um projeto para afastar o Estado das responsabilidades sociais, objetivando poupar gastos e concentrar a atenção do Estado na economia do país. Desde modo, o capítulo 4 foi atrás dos documentos que comprovem as atividades mencionadas e chegou-se a algumas conclusões.

Descobriu-se que a média de benefícios previdenciários emitidos (solicitados) é muito maior do que a quantia de benefícios concedidos anualmente, indicando que boa parte da população que requisita a aposentadoria fica de fora da autorização da previdência pública. A situação em si induz a reflexão de que os trabalhadores com as aposentadorias recusadas deverão retornar ao mercado de trabalho até que o benefício seja autorizado. No Brasil, as mulheres são destacadas como o grupo que mais consegue acesso aos benefícios concedidos, sendo cerca de 2,6 milhões e 2 milhões de homens. Enquanto o grupo masculino tem a maior tendência em emitir auxílios por doença, acidentes e invalidez; as mulheres são os usuários que mais recebem benefícios por pensão por morte e maternidade. A reflexão abre possíveis estudos futuros — e, apesar de comentários ao longo desta pesquisa, não foram o foco do desenvolvimento —, visto que o cenário está ligado ao trabalho não-remunerado (ou trabalho reprodutivo), ao machismo e a desigualdade de gênero.

Através do gráfico nº 8 foi identificadas questões fundamentais para a compreensão dos interesses deste texto. Observou-se que dos motivos dos benefícios previdenciários cessados, a maior causa está o retorno ao trabalho. Tal fato faz referência aos debates anteriores, pois foi constatado que o salário mínimo, adquirido com a aposentadoria, não é suficiente para que o usuário se mantenha em condições de bem-estar na sociedade atual. A volta para o mercado de trabalho é a estratégia mais utilizada pela população. Viu-se que nem mesmo o número de fraudes são relevantes no corte de benefícios, logo, o argumento utilizado pelo governo não

condiz com a realidade dos trabalhadores. A pesquisa encontrou inúmeras articulações divulgadas na mídia que almejavam a diminuição de gastos do Estado, afirmando que as fraudes são a causa da precária situação em que se encontra a previdência pública. Todavia, o número de fraudes não alcança 10% dos benefícios cessados.

Afirmou-se que os números da previdência indicam, de fato, a dificuldade do trabalhador brasileiro em conseguir ingressar na aposentadoria pública. As razões mais dialogadas foram a instabilidade no mercado de trabalho, as oportunidades escassas no trabalho formal e a necessidade da própria subsistência, que leva inúmeras pessoas a abandonarem os benefícios da aposentadoria para retornarem ao mercado de trabalho. Com parte da população inserida no trabalho informal, o cenário revela uma tendência perigosa para os usuários em condições de alcançar uma aposentadoria previdenciária.

No decorrer do capítulo 4, foram tecidos alguns comentários sobre a previdência complementar, articulada entre as EFPC e as EAPC. Contudo, apesar do intuito burguês em fazer o projeto crescer, entendeu-se que existe uma baixa adesão da população trabalhadora com uma média de 16 milhões de participantes ativos (gráfico nº 9). Interessa aqui pontuar o investimento e as articulações com as entidades públicas. Investigou-se que, hoje, a previdência complementar representa 25% do PIB nacional, atingindo 2,5 trilhões no 2º semestre de 2023 — investimentos que não foram afetados pela pandemia da Covid-19, ao contrário, o valor ativo das entidades acumulava 1,79 trilhões em 2018; mas, em 2020, tiveram um total de 2,12 trilhões; e, em 2022, cerca de 2,46 trilhões (RGPC, 2023). Outrossim, descobriu-se que a renda principal desse modelo previdenciário vem de patrocínio público, alcançando investimento de 760 bilhões vindos de entidades públicas em 2023.

As investigações comprovaram as teorias discutidas no capítulo 2, pois é notável uma preocupação governamental maior na economia, do que na proteção social. Enquanto ocorriam planejamentos estatais que visavam cortar até 20 bilhões da previdência pública, o setor privado recebia atenção e seguia fechando acordos — como foi verificado no comentário do diretor da Previc, onde o próprio revelou que o governo seguirá apoiando a previdência complementar em prol de potencializar os investimentos na economia. Os estudos afirmaram que a Reforma da Previdência, em 2019, auxiliou as contas públicas a economizarem 156 bilhões, número duas vezes maior do que o estimado durante os acordos que levaram à reforma.

O capítulo 4 conduziu também o levantamento de dados a respeito do setor da saúde — serviço requisitado por parte majoritária da população idosa e que obriga muitos usuários a retornarem ao mercado de trabalho a fim de terem condições de consumir medicamentos e

recursos especializados. Acompanhou-se (gráfico nº 10) que os orçamentos para a saúde mantiveram-se abaixo dos 200 bilhões por mais de 10 anos, com exceção do período pandêmico. Os valores demonstraram que a saúde pública possui um teto de gastos muito menor quando comparado com a previdência social e a previdência complementar. A estagnação indica o descaso para com a população, que permanece sendo explorada, trabalhando em condições cada vez mais precárias, adoecendo física e mentalmente, e envelhecendo sem meios adequados de bem-estar.

Compreendeu-se que os investimentos na saúde estão interligados aos interesses econômicos e políticos do país. A começar pelos cortes no SUS, o teto de gastos e a expansão das entidades privadas. Para lembrar, em 2022, o programa Farmácia Popular sofreu uma redução de 60% em seus recursos, afetando diretamente 37% das pessoas idosas. O sucateamento do sistema público empurra os usuários a migrarem para o setor privado de saúde. Dos motivos para tal escolha, os usuários enfatizaram a longa espera por atendimento, a escassez de medicamentos gratuitos e as condições precárias nos prédios e espaços de serviços (Vilade, 2022). Verificou-se que a qualidade do SUS poderia ser elevada mediante ao investimento e a atenção do Estado. As análises reafirmaram a contradição inerente ao sistema capitalista, visto que o capital não pode negar todos os investimentos de saúde para a população, pois necessita da reprodução da força de trabalho e, sem saúde, o trabalhador é incapaz de vender sua mercadoria. A principal solução para o capital é cobrar pelo serviço que deveria ser gratuito.

As descobertas realizadas neste estudo conseguiram responder o questionamento inicial e expandiram o conhecimento para que novas perguntas fossem elaboradas. O desenvolvimento da análise teve desafios, como a interpretação dos indicadores sociais, a construção dos gráficos e a busca por pesquisas quantitativas com foco na pessoa idosa que percorressem além das reflexões no eixo doença-saúde, entretanto, as dificuldades somente impulsionaram novos diálogos com o tema central da pesquisa. Em suma, foi concluído que o envelhecimento do trabalhador inserido no MPC é uma problemática em constante crescimento na sociedade. A precarização a qual está inserido o trabalhador resulta, na velhice, em impasses no benefício concedido pela previdência pública e desenvolvem um conjunto de problemáticas.

Sem acesso a aposentadoria, a população idosa precarizada é obrigada a retornar ao mercado de trabalho, porém, sem oportunidades no mercado formal, migram para as camadas mais frágeis. Competem na informalidade, em todos os setores, com a população jovem — escolha principal para os empregadores. Deve-se ter em mente que a problemática a respeito

dos trabalhadores na velhice é algo atual e uma tendência para o futuro, não apenas do Brasil como do mundo. O contingente de trabalhadores ativos, hoje, ampliará a população idosa em números que o sistema público não está preparado. E, apesar da relevância para o Serviço Social, viu-se que existem poucas pesquisas na área sobre a temática, intensificando a urgência em debater e planejar intervenções eficazes para a população.

Por fim, foi visto que as particularidades de trabalho a qual o indivíduo envelhece interferem diretamente em sua saúde e em seu bem-estar, especialmente, no momento da velhice. A precarização do mercado de trabalho informal condiciona o trabalhador a permanecer em atividades laborais por toda a vida; e, mesmo aqueles que conseguem o acesso à aposentadoria previdenciária, encontram dificuldades em sobreviver diante do alto custo de vida na sociedade contemporânea. Além do mais, a população brasileira não envelhece de forma igual, sendo preciso estudar a individualidade do trabalhador somado a sua totalidade social. Na perspectiva estudada, conclui-se que somente com a superação dos MPC será possível envelhecer com qualidade de vida, bem estar e segurança.

REFERÊNCIAS

- ABRAPP. **Relatório: pesquisa sobre riscos do sistema fechado da previdência complementar**. mar. 2023. Disponível em: <https://www.abrapp.org.br/produto/pesquisa-riscos-sistema-previdencia-complementar-2022/>. Acesso em: 28 jan. 2024.
- AEPS. Ministério da Previdência Social. Versão Online AEPS 2022. Sessão I, Benefícios. Sessão V, Contribuintes para a Previdência Social. **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/copy_of_onlinte-aeps-2022-. Acesso em: 23 jan. 2024.
- AEPS. Ministério da Previdência Social. Versão Online AEPS 2019. Sessão I, Benefícios. **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/versao-onlinte-aeps-2019->. Acesso em: 12 nov. 2023.
- AEPS. Ministério da Previdência Social. Versão Online AEPS 2020. Sessão I, Benefícios. **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/versao-online-aeps-2020>. Acesso em: 12 nov. 2023.
- AEPS. Ministério da Previdência Social. Versão Online AEPS 2021. Sessão I, Benefícios. Sessão V, Contribuintes para a Previdência Social. **Ministério da Previdência Social**. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-social/arquivos/onlinte-aeps-2021->. Acesso em: 12 nov. 2023.
- ALEJANDRO, Diogo. Inflação dos medicamentos preocupa 30% dos brasileiros, diz pesquisa. **Veja**, 12 dez. 2023. Saúde. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/preocupacao-com-inflacao-dos-medicamentos-atinge-30-dos-brasileiros/>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, Gustavo. Nova lei permite ao INSS cortar aposentadoria com mais de 10 anos. **Tribuna Online**, 15 out. 2023. Economia.
- ATENDIMENTO precário mata mais do que a falta de acesso a médicos, diz estudo. **G1, Globo**, 6 set. 2018. Ciência e Saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/09/06/atendimento-precario-mata-mais-do-que-a-falta-de-acesso-a-medicos-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2024.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. (Orgs.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.
- BARROS, Albani; MUNIZ, Tatiana da Silva. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. **Cadernos de graduação**, Ciências humanas e sociais, Serviço Social. v.1, n.1, p.103-116. Maceió, 2014.
- BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEHRING, Rossetti Elaine; BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Política Social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSCHETTI, Ivanete Salete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. *In*. BEHRING, Rossetti Elaine; SALVADOR, Evilasio; LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e as política social. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL, Cristina Indio do. Etarismo dificulta inserção de maiores de 50 anos no mercado. **Agência Brasil**, Brasília, 15 jun. 2023. Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/etarismo-dificulta-insercao-de-maiores-de-50-anos-no-mercado>. Acesso em: 26 nov. 2023.

BRASIL, Cristina Indio do. Homens x mulheres: demanda por atendimento no SUS segue desequilibrada. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 15 ago. 2022. Saúde. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-07/homens-x-mulheres-demanda-por-atendimento-no-sus-segue-desequilibrada>. Acesso em: 3 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022**. Institui o Programa Emprega + Mulheres; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2022] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14457.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1994] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 635, de 22 de maio de 2023. Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1 - extra B, p. 11, ed. 96-B. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>. Acesso em: 11 mar. 2024.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. ed. 8. São Paulo: Cortez, 2006.

CONGRESSO Catarinense de Assistentes Sociais, 2013, Florianópolis, SC. **O envelhecimento (como) expressão da Questão Social e algumas considerações pertinentes ao Exercício Profissional**. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-envelhecimento-como-expressao-da-questao-social.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

COUTINHO, Nelson Carlos. **A hegemonia da pequena política**. *In*. BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DIEESE; PED-DF. **Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal”. Boletim anual**. nº 6, set. 2023, ano 32. Distrito Federal. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2023/2023Idosopedbsb.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

ELIAS, Juliana. Reforma da Previdência: como funciona a regra de transição? Veja tabelas para aposentadoria em 2023. **CNN Brasil**, 20 jun. 2023. Economia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/regra-de-transicao>. Acesso em: 26 nov. 2023.

ENAP. O envelhecimento no contexto das crises sanitárias e o direito à saúde. *In*. ENAP. **Direito e Atenção à Saúde da Pessoa Idosa**. v.1. Brasília: ENAP, 2021.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: um ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FPA. **Pesquisa de opinião pública**: Idosos no Brasil II, Vivências, desafios e expectativas na 3ª idade. 2020. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2020/08/Pesquisa-Idosos-2a-ed-18-nov-2023.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FUNDO BRASIL. **Mapeamento do trabalho informal no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/01/mapeamento-trabalho-informal-corte1-1.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2023.

GAVRAS, Douglas. Informalidade atinge mais brasileiros a partir dos 60 e deve pressionar Previdência. **Folha de São Paulo**, 18 mar. 2024. Mercado de Trabalho. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/09/informalidade-atinge-mais-brasileiros-a-partir-dos-60-e-deve-pressionar-previdencia.shtml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

GOVERNO lança estratégia para desenvolver Complexo Econômico-Industrial da Saúde com investimento de R\$ 42 bilhões até 2026. **Gov Br**, 26 set. 2023. Neoindustrialização; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/resolveuid/0d3bc5f1104e4adc97357a603821de62>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GOVERNO quer corte de R\$ 10 bi ao ano em benefício para deficientes e idosos. **O Popular**, 15 set. 2020. Economia. Disponível em: <https://opopular.com.br/economia/governo-quer-corte-de-r-10-bi-ao-ano-em-beneficio-para-deficientes-e-idosos-1.2119365>. Acesso em: 7 nov. 2023.

HECKSHER, Marcos; LAMEIRAS, Maria Andrade Parente. Carta de conjuntura. Indicadores mensais do mercado de trabalho - setembro de 2023. **IPEA**, 4º tri. 2023, nº 61. Mercado de Trabalho. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/11/231110_cc_61_nota_11.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 18. ed.. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE (Brasil). Variável - IPCA - Variação acumulada no ano %, dezembro, 2022. **Sidra, Banco de Tabelas Estatísticas**. Pesquisa Mensal de Serviços. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/69/p/202212/c315/all/d/v69%2021/p+t+v,c315/resultado>. Acesso em: 26 nov. 2023.

IMENES, Martha. Quer saber quanto tempo falta para aposentar e as regras de transição? Confira!. **Gov Br**, 5 jan. 2024, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Notícias; Serviço. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/quer-saber-quanto-tempo-falta-para-aposentar-e-as-regras-de-transicao>. Acesso em: 11 mar. 2024.

INFLAÇÃO é maior para idosos do que para o resto da população. **O Tempo**, 8 fev. 2023. Economia. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/inflacao-e-maior-para-idosos-do-que-para-o-resto-da-populacao-1.2810560>. Acesso em: 26 nov. 2023.

INSTITUTO DE LONGEVIDADE. IPCA Aposentados Inflação dos Longevos. **Instituto de Longevidade**, set. 2023. Disponível em: <https://institutodelongevidade.org/nossas-iniciativas/boletins-macroeconomicos>. Acesso em: 26 nov. 2023.

IPSOS. Para 9 em cada 10 brasileiros, população não tem condição de pagar por saúde de qualidade. **IPSOS**, 4 nov. 2021. Notícias e Eventos. Disponível: <https://www.ipsos.com/pt-br/para-9-em-cada-10-brasileiros-populacao-nao-tem-condicao-de-pagar-por-saude-de-qualidade>. Acesso em: 3 fev. 2024.

JOVENS apresentam 21% mais comportamentos de risco para DCNT do que idosos, afirma estudo. **Universidade Federal de Minas Gerais**, 22 maio 2023. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/jovens-apresentam-comportamentos-de-risco-para-dcnt-21-maior-que-idosos-afirma-estudo/>. Acesso em: 3 fev. 2024.

LIMA, Helder. Fundos de pensão vão atuar para o país voltar a criar emprego e renda, afirma novo diretor da Previc. **Rede Brasil Atual**, 11 mar. 2023. Economia. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/fundos-de-pensao-va-atuar-para-o-pais-voltar-a-criar-emprego-e-renda-afirma-novo-diretor-da-previc/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

LOPES, Letícia. Salário mínimo: veja a evolução do valor e os reajustes aplicados nos últimos 20 anos. **Extra, O Globo**, 22 out. 2022. Economia e Finanças. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/salario-minimo-veja-evolucao-do-valor-os-reajustes-aplicados-nos-ultimos-20-anos-25594834.html>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MALAR, Pedro; TUON, Lígia. Reforma da Previdência economiza 2 vezes mais que esperado em 3 anos, diz estudo. **CNN Brasil**, São Paulo, 31 ago. 2022. Economia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/reforma-da-previdencia-economiza-2-vezes-mais-que-esperado-em-3-anos-diz-estudo/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

MARX, Karl. **O capital [livro 1]: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. 2.ed. v.1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLITERNO, Danilo. Por ajuste fiscal, governo projeta cortar R\$ 20 bi com pente-fino no INSS; especialistas questionam. **CNN Brasil**, São Paulo, 18 set. 2023. Economia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/por-ajuste-fiscal-governo-projeta-cortar-r-20-bi-com-pente-fino-no-inss-especialistas-questionam/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MUGNATTO, Silvia. Salário mínimo já tem regra de reajuste. **Câmara dos Deputados, Rádio Câmara**. 6 set. 2023. Comunicação; Minuto da Economia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/995152-salario-minimo-ja-tem-regra-de-reajuste>. Acesso em: 02 dez. 2023.

NERI, L. Anita (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Abramo, 2007.

NERI, L. Anita. A velhice no Brasil: contrastes entre o vivido e o imaginado. *In*. NERI, L. Anita (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Abramo, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Caroline. Prefeitura de São Paulo faz pouco contra desemprego e taxa está acima da média nacional. **Rede Brasil Atual**, 8 nov. 2020. Trabalho. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/prefeitura-sao-paulo-desemprego/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

OLIVEIRA, Debora Lopes de. A saúde do trabalhador e os impactos da contrarreforma trabalhista: um panorama sobre a situação dos trabalhadores no estado do Rio de Janeiro. *In*. BEHRING, Rossetti Elaine; SALVADOR, Evilasio; LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do capital e fundo público**: implicações para o trabalho, os direitos e as política social. São Paulo: Cortez, 2019.

ONU. World Population Prospects 2019. **Department of Economic and Social Affairs Population Dynamics**. Disponível em: <https://population.un.org/wpp2019>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORÇAMENTO da Saúde cresceu apenas 2,5% em 10 anos, revela pesquisa do IEPS e Umane. **IEPS**, 8 maio 2023. Notícias IEPS. Disponível em: <https://ieps.org.br/orcamento-da-saude-cresceu-apenas-25-em-10-anos-revela-pesquisa-do-ieps-e-umane/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

OUTTES, Ludmila. Recife e Jaboatão dos Guararapes avançam na privatização da Saúde. **A Verdade**, 21 dez. 2023. Brasil; Saúde. Disponível em: <https://averdade.org.br/2023/12/recife-e-jaboatao-dos-guararapes-avancam-na-privatizacao-da-saude/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PNAD Contínua. Indicadores IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Primeiro Trimestre de 2023. **IBGE**. Brasil: Rio de Janeiro, 2023.

PNAD Contínua. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Segundo Trimestre de 2023. **IBGE**. Brasil: Rio de Janeiro, 2023.

PNAD Contínua. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial, Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. **IBGE**. Primeiro Trimestre de 2023. Brasil: Rio de Janeiro, 2023.

PNS 2019: Quem mais utiliza o SUS avaliou mais positivamente a qualidade dos serviços de Atenção Primária à Saúde. **Agência de Notícias**, 21 out. 2020. Estatísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29203-pns-2019-quem-mais-utiliza-o-sus-avaliou-mais-positivamente-a-qualidade-dos-servicos-de-atencao-primaria-a-saude>. Acesso em: 3 fev. 2024.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Total de despesas executadas para a área de atuação previdência social. **Gov Br**. Despesas Públicas; Áreas De Atuação Do Governo. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/09-previdencia-social?ano=2024>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PORTAL DO IBGE. Acesso a informação. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PRESIDENTE sanciona Lei Orçamentária Anual de 2024. **Agência Gov**. 23 jan. 2024. Economia. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/presidente-sanciona-lei-orcamentaria-anual-de-2024-que-preve-equilibrio-fiscal-e-responsabilidade-social>. Acesso em: 28 jan. 2024.

PREVIDÊNCIA Complementar. **Gov Br**, 8 jun. 2020. Ministério da Previdência Social. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar>. Acesso em: 24 jan. 2024.

PUPO, Amanda; RODRIGUES, Eduardo; TRISOTTO, Fernanda. Previsão de gastos com benefícios previdenciários em 2023 sobe R\$ 2,4 bi, diz relatório. **CNN Brasil**, 21 ago. 2023. Economia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/projecao-de-despesas-com-beneficios-previdenciarios-sobe-r-24-bi-aponta-relatorio/>. Acesso em: 24 jan. 2024.

QUEIRÓS, Eça de. **A cidade e as serras**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

REDE BRASIL ATUAL. Bolsonaro corta 60% da verba do Farmácia Popular para abastecer orçamento secreto. **Rede Brasil Atual**, 16 set. 2022. Saúde e Ciência. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/bolsonaro-corta-60-da-verba-do-farmacia-popular-para-abastecer-orcamento-secreto/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

RGPC. Ministério da Previdência Social. **Acompanhamento Estatístico da Evolução dos Segmentos Aberto e Fechado de Previdência Complementar**. 2º tri. jun. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-complementar/mais-informacoes/arquivos/rgpc_202306-1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

RIBEIRO, Renato Janine; SOBRAL, Fernanda. Saúde pública no combate à desigualdade. **Jornal da Ciência**, nº 802, mar. 2023. Disponível em: https://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/wp-content/uploads/2023/03/JC_802.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Rosely. Reforma Trabalhista aumenta informalidade e acaba com o sonho da aposentadoria. **CUT**, 22 set. 2022. Notícias. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/reforma-trabalhista-aumenta-informalidade-e-acaba-com-o-sonho-da-aposentadoria>. Acesso em: 26. nov. 2023.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público, crise e financeirização da previdência social. *In*. BEHRING, Rossetti Elaine; SALVADOR, Evilasio; LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e as política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

SEBRAE. **Empreendedorismo na 3ª idade**. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Empreendedorismo-na-3a-idade-_2021.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

SETOR PRIVADO gasta quase 60% do total no País. **IESS**, dez. 2018. Blog. Disponível em: <https://www.iess.org.br/publicacao/blog/setor-privado-gasta-quase-60-do-total-no-pais>. Acesso em: 29 jan. 2024.

SILVEIRA JR., Adilson Aquino. Seguridade social e desmonte da assistência social no Brasil. *In*. BRAGA, Iracilda Alves (Org.). **A assistência social e o SUAS no contexto de desmonte da seguridade social brasileira**. Teresina: EDUFPI, 2021.

TABELAS DO INSS de 1990 a 2023. **Debit**. Histórico de Tabelas do INSS. Disponível em: <https://www.debit.com.br/tabelas/tabelas-inss>. Acesso em: 26 nov. 2023.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira**

contemporânea. 2006, Tese (Doutorado em Políticas Públicas) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

TESOURO NACIONAL passa a oferecer novo título público para quem quiser investir em aposentadoria privada. **G1, Jornal Nacional**, 30 jan. 2023. Tele Jornal. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/30/tesouro-nacional-passa-a-oferecer-novo-titulo-publico-para-quem-quiser-investir-em-aposentadoria-privada.ghtml>. Acesso em: 24 jan. 2024.

TIOSSI, Saulo. Novo marco fiscal aprovado pelo Congresso põe fim ao teto de gastos. **CNN Brasil**, Brasília, 22 ago. 2023. Economia. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/novo-marco-fiscal-aprovado-pelo-congresso-poe-fim-ao-teto-de-gastos/>. Acesso em: 29 jan. 2024.

TRIBUNA DO NORTE. Previdência estadual não conseguiria absorver corrida por aposentadoria, diz presidente do Ipern. **Tribuna do Norte**, Natal, 25 jan. 2024. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/natal/previdencia-estadual-nao-conseguiria-absorver-corrida-de-sevidores-pela-aposentadoria-diz-presidente-do-ipern/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VALOR. Remédios podem ficar até 4,33% mais caros a partir de amanhã. **Valor; Agência Brasil**, São Paulo; Brasília, 31 mar. 2019. Empresas; Notícias. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/03/31/remedios-podem-ficar-ate-433-mais-caros-a-partir-de-amanha.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2024.

VILADE, Giulia. Demora para atendimento e falta de cobertura: os 10 principais problemas da saúde pública e privada no Brasil. **O Globo**, São Paulo, 6 set. 2022. Blogs. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/09/demora-para-atendimento-e-falta-de-cobertura-os-10-principais-problemas-da-saude-publica-e-privada-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 3 fev. 2024.